

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

JANETE ABREU HOLANDA

**JOGOS DE VERDADE SOBRE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA
[MANUSCRITO]: ANÁLISE DE EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA
DE S. PAULO E DA REVISTA CARTA CAPITAL**

Goiânia

2012

JANETE ABREU HOLANDA

**JOGOS DE VERDADE SOBRE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA
[MANUSCRITO]: ANÁLISE DE EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA
DE S. PAULO E DA REVISTA CARTA CAPITAL**

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: Língua, texto e discurso.

Orientadora: Dra. Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago.

Goiânia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Holanda, Janete Abreu.

H722j Jogos de verdade sobre Dilma Rousseff na mídia
[manuscrito] : análise de editoriais do jornal Folha de S. Paulo
e da revista Carta Capital / Janete Abreu Holanda. - 2012.
121 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Faria dos Santos
Paniago.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2012.

Bibliografia.

Anexos.

1. Análise do discurso – Jornalismo. 2. Poder (Ciências
Sociais). 3. Verdade. I. Título.

CDU: 81'42:070

JANETE ABREU HOLANDA

**JOGOS DE VERDADE SOBRE DILMA ROUSSEFF NA MÍDIA
[MANUSCRITO]: ANÁLISE DE EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA
DE S. PAULO E DA REVISTA CARTA CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Linguística, defendida e aprovada em 09 de agosto de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Profª. Dra. Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago
Universidade Federal de Goiás - UFG
Presidente

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Eliane Marquez da Fonseca Fernandes
Universidade Federal de Goiás - UFG

Eliana Melo Machado Moraes
Universidade Federal de Goiás - UFG
Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder sabedoria neste momento.

Ao meu esposo David, a quem amo muito e devo várias conquistas.

Aos meus filhos, Bruno e Hugo Leonardo, por terem compreendido os momentos de meu recolhimento para meu estudo.

À minha mãe por ter possibilitado a minha existência e também por sempre me incentivar no meu processo de evolução intelectual e espiritual.

À minha orientadora Professora Dra. Maria de Lourdes Paniago por ter acreditado no meu projeto de pesquisa e por estar ao meu lado durante as minhas (in)decisões, na minha pesquisa, entre um teórico e outro.

Aos meus professores Kátia Menezes, Roberto Baronas, por me guiarem pelo caminho da pesquisa.

Às professoras, Eliane Marquez e Eliana Melo, membros da banca de qualificação, pelas valiosas contribuições apresentadas.

À minha grande amiga Waléria Escher que sempre esteve ao meu lado, dando-me forças e orientações durante o mestrado.

Ao grupo Trama, por ter-me recebido com carinho e por me apresentar Foucault.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de saber-poder que instituem regimes de verdade nos discursos de duas instituições midiáticas, jornal *Folha de S. Paulo* e revista *Carta Capital*, no período eleitoral de 2010, especificamente os editoriais sobre a candidata Dilma Rousseff. Dentre os vários editoriais que foram produzidos nesse período eleitoral, buscamos fazer um recorte para a nossa análise, observando três editoriais da *Folha de S. Paulo* e três editoriais da *Carta Capital*. Os dois suportes midiáticos, em análise, utilizam os mesmos mecanismos discursivos, tais como: a polifonia por meio da ironia, da autoria e da adjetivação, o Porta-voz do discurso, a redução da credibilidade do outro e adjetivações. Mesmo que recorram aos mesmos mecanismos, por meio dos seus enunciados, percebemos que cada um constrói verdades diferenciadas sobre a candidata Dilma, como por exemplo: as coisas boas do governo petista começaram no governo tucano, o governo de Lula é corrupto, Dilma é golpista, Dilma é vítima da mídia nativa, o continuísmo do governo Lula é uma imposição, o continuísmo é uma vontade do povo. Assim, a atenção maior é compreender esses espaços discursivos como local de embate pela construção de “verdades”. Quando nos referimos a verdades, isso deve ser entendido como um processo de construção, de procedimentos que autorizam um determinado enunciado ser ou não considerado verdadeiro. Sob a abordagem da Análise de Discurso, esta pesquisa fundamenta-se em referenciais de Michel Foucault (1995, 2004, 2005, 2006a, 2006b, 2009a, 2009b, 2010), Courtine (2006a, 2006b), Bakhtin (2003, 2006) e também recorremos a alguns estudiosos brasileiros da Análise do Discurso, como Navarro (2010), Sargentini (2005) Gregolin (2003a, 2003b, 2006, 2007), entre outros. A partir das posições da revista *Carta Capital* e do jornal *Folha de S. Paulo*, verificamos que cada um assume um caráter de resistência. Percebemos também que, ao escolherem enunciar no gênero editorial, cada jornalista-editorialista defende a posição assumida, procuram manter controle, domínio sobre certos dizeres e exerce de maneira mais efetiva seu saber e poder sobre o leitor.

Palavras-chave: Saber, Poder, Verdade, Discurso.

ABSTRACT

This dissertation examines critically, the relations of knowledge-power that establish truth regimes, specifically in the editorials about the candidate for presidency Dilma Rousseff in the pre-election period of 2010, from discourses of two media institutions: the newspaper *Folha de S. Paulo* and magazine *Carta Capital*. Among several editorials, written in this electoral period, three *Folha de S. Paulo*'s editorials and three *Carta Capital*'s editorials were chosen to be analyzed. The two supports media in analysis, using the same discursive mechanisms, such as polyphony through irony, authored and adjectives, the Spokesperson of the speech, reducing the credibility of the other and adjectives. Even making use of the same mechanisms, through their statements, we realized that each builds on the truths differentiated candidate Dilma. For instance: the good things in Luís Inácio Lula da Silva (Lula)'s government have begun in the Fernando Henrique Cardoso (FHC)'s government; Lula government is corrupt; Dilma is a rascal; Dilma is a victim of the native media; the Lula's continuity is an imposition; the continuity is the will of the people. Thus, the aim is to comprehend these discursive spaces as sites of struggle to set up "truths", which must be comprehended as procedures to authorize certain utterance as true or not. On Discourse Analysis approach, this research is based upon Michel Foucault (1995, 2004, 2005, 2006a, 2006b, 2009a, 2009b, 2010), Courtine (2006a,2006b), Bakhtin (2003, 2006). Also, it is based upon Discourse Analysis' brazilian theorists, as Navarro (2010), Sargentini (2005) Gregolin (2003a, 2003b, 2006, 2007), among others. In the stands from the newspaper *Folha de S. Paulo* and from the magazine *Carta Capital*, we could verify that each one assumes a resistance feature. Likewise, when journalist-editorialists choose to utter in the editorial text, they support their chosen position, they keep control, they hold in fee about certain utterances and they exert effectively their knowledge and power on the reader.

Keywords: Knowledge, Power, Truth, Discourse.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	9
Metodologia e vertente teórica	10
Delineando nosso caminhar	12
CAPÍTULO 1: ANÁLISE DO DISCURSO	15
1.1 Domínios de Pêcheux	16
1.2 Domínios de Foucault	19
1.3 Trilogia de Foucault	21
1.4 A Arqueologia do Saber	22
CAPÍTULO 2: DISCURSO JORNALÍSTICO – UMA PRÁTICA DISCURSIVA.....	32
2.1 A simulação da realidade	33
2.2 Disciplina e controle à distância	35
2.3 Jornalismo – discurso do poder, do saber e da verdade	39
2.3.1 Poder	39
2.3.2 Discursos de reação – resistência	43
2.3.3 Saber	44
2.3.4 Verdades	45
2.3.4.1 Nem tudo se pode dizer e saber	49
2.4 Gênero – uma prática discursiva	52
2.4.1 Editorial – uma voz social	54
2.4.2 Jornalista-editorialista – o discurso autorizado	57
2.4.3 Jornalista-autor – controle no discurso jornalístico	59
2.4.4 Entrecruzamento de vozes	61
2.4.4.1 Ironia	63

2.5 De onde se fala?	64
2.5.1 Da Folha de S. Paulo	65
2.5.2 Da revista <i>Carta Capital</i>	67
CAPÍTULO 3: “VERDADES” PRODUZIDAS NO JORNALISMO.....	69
3.1 O discurso da continuidade.....	70
3.2 Discurso polifônico.....	73
3.2.1 A autoria	73
3.2.2 A ironia	79
3.2.3 A negação	83
3.3 Porta-voz do discurso.....	85
3.4 Redução da credibilidade do outro	89
3.5 A adjetivação	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS	
ANEXO A - <i>Folha de S. Paulo</i> - 17 de setembro de 2010. A grande família	108
ANEXO B - <i>Folha de S. Paulo</i> - 05 de outubro de 2010. Nova oportunidade	109
ANEXO C - <i>Folha de S. Paulo</i> - 01 de novembro de 2010. Dilma presidente.....	112
ANEXO D - <i>Carta Capital</i> - 20 de setembro de 2010. Espanto e pavor. Em Marte	114
ANEXO E - <i>Carta Capital</i> - 12 de outubro de 2010. Dilma, mostre que é de briga ..	118
ANEXO F - <i>Carta Capital</i> - 31 de outubro de 2010. Até o Papa apoiou o Serra	120

INTRODUÇÃO

O ano de 2010 foi marcado pela escolha de uma presidente pela primeira vez. Os candidatos Dilma Rousseff e José Serra disputam essa escolha marcada por acusações de corrupção, ataques pessoais e rivalidades partidárias, o que tornou essa disputa um tema interessante para ser o alvo do olhar “vigilante” da esfera jornalística. Assim essa esfera posiciona-se, veiculando uma infinidade de dizeres, antes, durante e depois da eleição de 2010, por meio de um grande número de artigos, charges, editoriais, dentre outros. Mas a palavra produzida, nesse campo, deixa de ser uma informação e passa a ser expressão máxima do que é verdadeiro, ou seja, um discurso construído e proferido como válido, um jogo discursivo, no qual os enunciados se ligam a outros, retualizando-os. Percebe-se, então, que esses discursos produzidos colocam o indivíduo numa trilha, como sendo esse caminho das verdades e passam a controlar o que se pode ou se deve falar, permitindo alguns tipos de discursos e excluindo outros.

Isso significa que, nesse momento político, algumas ideias devem ser enunciadas e outras precisam ser caladas. A partir disso, entendemos que o discurso proferido nessa esfera é um dispositivo discursivo por meio do qual retoma uma memória para o presente, almejando um status de verdades. Vale ressaltar que pluralizamos a palavra verdade, por também acreditarmos que o seu conceito perde o critério do absoluto e/ou do indivisível. Não haveria, portanto, mais uma verdade filosófica, mas várias verdades.

A partir disso, encontramos na revista *Carta Capital* e no jornal *Folha de S. Paulo*, especificamente em seus editoriais, discursos, que ocupam os espaços da mídia por um tempo de maneira destacada e reiterativa, sobre esse processo eleitoral, atraindo nossa atenção, porque, concordando com Foucault (2005, p. 75-76), ao falarmos sobre o discurso jornalístico podemos “nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo” nesse momento decisório da eleição. A forma de dizer desses dois suportes faz com que grande parcela da sociedade divida-se na sua escolha, pois o discurso favorável ou desfavorável a alguns candidatos é recorrente nas suas falas. É na emergência desses discursos que nos propomos trabalhar, partindo das seguintes indagações: Como se produzem as verdades em editoriais da revista *Carta Capital* e do jornal *Folha de S. Paulo*? *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* usam os mesmos mecanismos discursivos para produzirem verdades?

Portanto, com esta pesquisa, como objetivo geral, analisamos as relações de saber-poder-verdade, os mecanismos discursivos utilizados para gerar o efeito de verdades nos discursos dessas duas instituições midiáticas, jornal *Folha de S. Paulo* e revista *Carta Capital*, no período eleitoral de 2010. E como objetivos específicos detectamos como cada jornalista-editorialista das duas instituições utiliza mecanismos discursivos para estabelecer verdades e efeitos de poder e compreender a complexa relação que se estabelece entre poder e saber na constituição de verdades pela mídia.

Metodologia e vertente teórica

Dentre os vários editoriais que foram produzidos nesse período eleitoral, escolhemos três editoriais da *Folha de S. Paulo* e três editoriais da *Carta Capital* para nossa análise. Selecionamos as sequências discursivas que, para nós, representam momentos cruciais e de embate nesse processo de escolha presidencial: um no momento do escândalo do caso Erenice em setembro; outro no momento pós-eleição do primeiro turno em outubro e por fim o momento da vitória de Dilma depois de sua eleição no segundo turno. Para tal análise, selecionamos da *Carta Capital* (Espanto e pavor. Em Marte - 20/09/2010; Dilma, mostre que é de briga - 12/10/2010; Até o papa apoiou Serra - 02/11/2010) e da *Folha de S. Paulo* (A grande família - 17/09/2010; Nova oportunidade - 05/10/2010; Dilma presidente - 01/11/2010).

Escolhemos *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* por percebermos que esta se posiciona de forma contrária à candidata Dilma Rousseff e aquela a apoia, nesse momento político, apresentando condições de funcionamento discursivo específicas. De um lado, quando o jornal *Folha de S. Paulo* emite enunciados em 17/09/2010 como: “Depois dos escândalos revelados pela imprensa” e “Da compra do apoio de partidos e parlamentares à violação do sigilo bancário (...)” mostra-se desfavorável à candidata de Lula e sempre tenta realçar para o sujeito-leitor os escândalos cometidos no governo petista. Por outro lado, a revista *Carta Capital* estabelece formações discursivas distintas e contrárias aos posicionamentos da “mídia nativa”, termo dito pela própria revista, emitindo enunciados como: “Vigorosa intérprete do ódio de classe em exclusivo proveito do privilégio, atravessou oito anos a alvejar o presidente mais amado da história do Brasil”, “mídia atucanada”, “mas a hipocrisia da mídia não tem limite” em 31/10/2010, estabelecendo, assim uma relação de força. E nesse embate, podemos verificar, nos seus discursos, o engendramento de saberes instituídos, tidos como verdades a partir de um exercício de poder. Dessa forma, esses ditos têm uma dimensão polifônica, pois o que se diz, nesses editoriais, responde a algo, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais,

procura apoio etc. Ou seja, os editoriais criam verdades sobre a candidata Dilma e rompem com verdades para obter certos resultados políticos. A partir dessas posições da revista *Carta Capital* e do jornal *Folha de S. Paulo*, é até natural que os seus posicionamentos, de um lado ou de outro, tenham assumido, em muitos casos, um caráter de resistência.

Ressaltamos que analisamos, exclusivamente, os editoriais sobre a candidata Dilma Rousseff no ano de 2010, primeiro por percebermos os discursos serem polêmicos nos editoriais do corpus escolhido, nesse momento. Além disso, diversos institutos de pesquisa apontam-na como a detentora do maior índice de intenções de voto ao cargo máximo do Executivo, sendo que esse dado nos chama mais a atenção, pois vários suportes midiáticos, nesse período, produziam discursos desfavoráveis à eleição da “candidata de Lula”. Diante dessa constatação, vêm a nossa vontade de observar o que está dito no meio jornalístico para identificarmos recortes discursivos que engendram os saberes instituídos sobre a candidata, tidos como verdades, a partir de um exercício de poder. Não nos interessa saber se os enunciados produzidos correspondem aos fatos, mas como eles se tornam verdadeiros. Foucault (2005) nos alerta que a produção de verdades não pode ser dissociada dos mecanismos de poder, pois, segundo ele, esses mecanismos induzem a produções de verdades e essas têm efeitos de poder que nos unem e nos atam.

Pensando dessa forma, podemos denominar os discursos produzidos nos editoriais da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* como forma de controle, porque nesse *gênero discursivo*¹ há a manutenção da formação discursiva de cada instituição jornalística.

Para percebermos isso, fundamentamo-nos na perspectiva teórica da Análise do Discurso, a qual tem como mola propulsora uma concepção de linguagem que parte da ideia de tomá-la como processo e não como produto. Também recorremos aos referenciais epistemológicos de Michel Foucault (2005, 2009a, 2009b, 2010) e a alguns estudiosos da Análise do Discurso no Brasil, Navarro (2010) Gregolin (2003a, 2003b, 2006, 2007) entre outros. Ao adotarmos esse campo como referencial, nesta pesquisa, compreendemos que os processos semânticos são construídos por uma determinação histórica, que tudo que é falado no meio jornalístico é historicamente possibilitado.

Logo, tratamos dos fatos de linguagem, buscando regularidades dispersas nos discursos jornalísticos como materialidades de jogos de verdades. Nesse sentido, mesmo que Michel Foucault não se filie à Análise do Discurso, seus postulados trazem grandes contribuições a este trabalho para as nossas análises acerca da produção da verdade. Concordando com Paniago (2005, p. 26) “na companhia de Foucault, não é possível buscar as interpretações evidentes, mas também não se pode obstinadamente ir ao enalço de um sentido que estaria oculto, como se

¹ Desenvolvemos, posteriormente, no capítulo 2, mais detalhadamente sobre o gênero discursivo na concepção de Bakhtin.

houvesse uma verdade que só o grande *expert* seria capaz de desvelar”. Portanto, entendemos que as verdades são, então, produzidas historicamente por meio do jogo discursivo, no qual está posto o falso e o verdadeiro. Segundo Navarro (2010, p. 83) “desde a antiguidade até os dias de hoje, a vontade de verdade representa a busca de um discurso verdadeiro, capaz de impor saber e poder”. Com essa vontade da verdade, um sistema de exclusão é “alicerçado num suporte institucional, que aplica, valoriza e distribui o discurso ‘verdadeiro’ no interior da sociedade”. Isso é bem evidenciado no jornalismo, quando ele traduz e constrói, via recursos discursivos, uma simulação da realidade mediante todo um sistema próprio de cada veículo. Com isso, podemos dizer que nesse jogo discursivo há necessariamente o exercício do poder que precisa formar, organizar e colocar em circulação saberes. E o jornalismo, dentre outros tantos lugares por onde o discurso do verdadeiro pode se constituir, é também o espaço para criar novos campos do saber. A busca dos discursos considerados verdadeiros pela sociedade motiva a luta. Assim, não há uma verdade essencial no mundo, escondida para ser descoberta. Mas o discurso jornalístico tem legitimidade de dizer e separar o enunciado verdadeiro do falso e estabelecer saber e poder.

Percebemos também que o jornalista, ao enunciar no gênero editorial, defende a posição assumida pelo veículo opinativo como porta-voz, tentando manter o controle e o domínio sobre certos dizeres. E também, como jornalismo opinativo, há a tomada de posição e a interpretação dos fatos, a partir de seu lugar discursivo, deixando muitas vezes marcas na superfície textual.

Com os resultados desta pesquisa, esperamos confirmar nossa principal asserção, que é a de que, a *Carta Capital* e a *Folha de S. Paulo* utilizam os mesmos mecanismos discursivos para construir verdades sobre a candidata Dilma.

Não temos aqui a pretensão de convencer o interlocutor de que esses suportes midiáticos estejam certos ou errados, mas queremos apresentar leituras possíveis acerca dos discursos analisados, a partir das suas condições de produção e da posição-sujeito em que foram enunciados.

Delineando nosso caminhar

Ao desenvolvermos nosso estudo, com o intuito de atingir os objetivos traçados, dividimos o nosso trabalho em três capítulos, os quais estão estruturados de forma inter-relacionada.

No primeiro capítulo, expomos uma breve fundamentação teórica sobre as contribuições de Pêcheux e Foucault na Análise do Discurso. Resolvemos, nessa parte,

enforçar somente esses dois teóricos por acharmos que os seus projetos epistemológicos, como fases assumidas em determinados momentos, contribuíram muito para a constituição da Análise Discurso. Posteriormente, fazemos uma exposição sobre o método arqueológico construído por Michel Foucault. Como na “*A Arqueologia do Saber*”, em essência, estão expostos os pressupostos teóricos que fundamentam sua arqueologia, tais como a noção de arquivo, enunciado, formação discursiva, percorremos um pouco mais esses aspectos no desenvolvimento desse capítulo.

Após embasarmos em concepções teóricas no Capítulo 1, no Capítulo 2, enfocamos, especificamente, o discurso da esfera jornalística. Nesse segundo capítulo, esclarecemos como essa esfera ordena, disciplina e simula a realidade, estabelece a relação poder-saber-verdade. Para explicar melhor a ideia do poder produzir efeitos de saber e verdade, dialogamos com Foucault (2005, 2006b). Nessa perspectiva, entendemos, a partir desse autor, que a produção da verdade se dá dentro de relações de poder que funcionam como eficientes mecanismos de exclusão, constringendo e condicionando a circulação da verdade em toda a rede de poder. O saber, portanto, é produzido nas cadeias de transmissão do poder para manter, transmitir e recriar o próprio poder. Essa indissociável relação com o saber é fruto da legitimidade que o poder necessariamente busca através da verdade.

Enfocamos, também, sobre a autoria e a ironia para mostrar como esses podem manter o controle discursivo, nesse gênero. Para isso, recorremos aos postulados de Brait (1996) e Hutcheon (2000), aos pressupostos de Bakhtin (2006) e aos postulados de Foucault (2006a), esclarecendo sobre esses aspectos discursivos: autoria, ironia e polifonia.

Prosseguindo nossa pesquisa, ainda nesse mesmo capítulo, por fazermos nossa análise em editoriais, não poderíamos deixar também de abordarmos os pressupostos bakhtinianos sobre os gêneros discursivos, os quais são considerados na nossa pesquisa como práticas discursivas estabelecidas para a ação conjunta de interação entre os indivíduos. Como tratamos sobremaneira a relação entre a linguagem e os sujeitos que dela fazem uso (discurso), sentimos também a necessidade de situarmos esses sujeitos, os quais não são livres para formular qualquer discurso, pois só pode ser formulado aquele que for autorizado pelo sistema de relações que regula as práticas discursivas. De acordo com Navarro-Barbosa (2004, p. 113), “é o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas”. Portanto, ao analisarmos os discursos produzidos nos editoriais que compõem o *corpus* desta pesquisa, encontramos uma pluralidade de sujeitos dispersos na materialidade desse gênero, o editorial. E finalmente, buscando definir a regularidade entre os enunciados dispersos e heterogêneos, localizamos uma das regras que regem as modalidades de enunciações- quem fala no editorial e de onde fala.

No último capítulo, para fazermos a análise dos discursos dos editoriais selecionados, selecionamos sequências discursivas, identificando o discurso da continuidade; índice de polifonia: a ironia, a autoria e a negação, o Porta-voz; a redução da credibilidade do outro e a adjetivação como mecanismos discursivos utilizados pela *Carta Capital* e pela *Folha de S. Paulo* para produzirem suas verdades. No nosso estudo, não ficamos comparando um texto com outro texto, já que o nosso objetivo é verificar aspectos da discursividade, ou seja, do discurso. Ressaltamos que optamos por apresentar as nossas análises divididas por mecanismos discursivos, pois eles estão entrelaçados nos dois suportes midiáticos escolhidos por nós.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO

Nesse primeiro capítulo, com uma fundamentação teórica sobre as contribuições de Pêcheux e Foucault, na Análise do Discurso, exploramos os constructos necessários à investigação proposta. Como na *A Arqueologia do Saber* (2009a), em essência, estão expostos os pressupostos teóricos que fundamentam sua arqueologia, tais como: a noção de arquivo, enunciado, formação discursiva.

Atualmente o estudo da língua, sob a perspectiva discursiva, está bastante difundido, havendo várias correntes teóricas. “A maneira de se estudar a língua é diferente em diferentes épocas, em distintas tendências e em autores diversos” (ORLANDI, 2003, p. 15). Portanto, há diferentes possibilidades de compreensão da linguagem em diferentes campos. Porém, mesmo com a diversidade teórica, filosófica, metodológica, devemos entender cada proposta para evitar incompreensões. Pensando dessa forma é que no nosso estudo vamos nos ater somente em uma dessas tendências linguísticas, a Análise do Discurso francesa. Para essa linha, os dois conceitos básicos são ideologia e discurso. As vertentes que influenciaram a corrente francesa são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser (1974) e, do lado do discurso, as ideias de Foucault.

Por isso, ao explanarmos sobre a constituição da Análise do Discurso de linha francesa, não há como desconsiderarmos o nome de Foucault e também de Pêcheux. Gregolin (2006) mostra-nos que é possível apontar diferenças entre esses dois teóricos, dizendo que o ponto de divergência ocorre basicamente com relação às propostas althusserianas, pois tanto Pêcheux quanto Foucault foram alunos de Althusser, mas assumiram posições ideológicas e políticas distintas. Enquanto, para o segundo não há nas suas propostas teóricas questões ideológicas e de lutas de classes; para o primeiro, há filiação de seu projeto teórico a um projeto político de intervenção na luta de classes, concebendo a teoria fortemente vinculada à prática política.

Ao apontarmos esses dois nomes, em nosso trabalho, também não queremos dar um cunho de dupla fundação para a Análise do Discurso (doravante AD). Mas acreditamos que quando trilhamos esse campo de pesquisa, (AD), esses dois autores em questão puderam provocar o surgimento de outros trabalhos, ao tramarem os fios pelo discurso, propondo um novo olhar para o sentido, o sujeito e a história. E essa é uma passagem necessária para entendermos alguns caminhos percorridos pela AD.

Portanto, comecemos contextualizando as contribuições e propostas de Pêcheux e Foucault.

1.1 Domínios de Pêcheux

Seria um equívoco de nossa parte, nesse momento de estudo, deixar de evocar a considerável presença e o papel desempenhado de Michel Pêcheux nos debates que acompanharam o desenvolvimento da Análise do Discurso e de sua posição no interior desse desenvolvimento. Paniago (2005) afirma que

A constituição da Análise do Discurso representa, para Pêcheux, uma tentativa de colocar em suspenso a concepção instrumental da linguagem, advinda do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, que provocou profundas transformações na ciência linguística, porque propôs um deslocamento conceitual, em que se separou a *prática* da *teoria* da linguagem.

Percebemos, com isso, que Saussure, ao pensar uma nova forma de analisar a língua, desconsidera o extralinguístico, a história e o sujeito, tendo um olhar para a língua como apenas um instrumento que possibilita o exercício da fala pelos indivíduos. Dessa forma, a língua é verificada fora do processo de interação entre os falantes.

Mas Brandão (2004, p. 10) destaca que

O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana.

A partir dessas mudanças, em 1960 e 1970, surgiram na França grandes campos de investigação, os quais avançam em direção à interdisciplinaridade crescente e à intersecção com a filosofia e outras ciências humanas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a neurociência, a semiologia. E um deles é o campo da Análise do Discurso, disciplina que surgiu, em 1960, tendo como objeto teórico o discurso. Mas Mussalim (2006) esclarece que há nesse campo as linhas francesa e anglo-americana, mas não pretendemos aqui fazer uma análise comparativa entre elas, optamos por estabelecer nosso lugar teórico na linha francesa. E como adotamos tê-la como referência na nossa pesquisa, não é de nosso interesse saber o que o sujeito quis dizer ao escrever, mas quais sentidos veiculam. Orlandi (2003, p. 15-16) expõe que AD

[...] não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Conforme a autora, a AD considera os sujeitos, suas inscrições na história e as condições de produção da linguagem. Assim o analista do discurso estuda as relações estabelecidas entre a língua e os sujeitos que a empregam e as situações em que se desenvolve o discurso. Ou seja, a AD estuda a relação que há entre a língua, o discurso, o sujeito e sua realidade sócio-histórica.

Pêcheux, um dos precursores dos estudos discursivos na França, defende a teoria de que não há um sujeito individual no discurso, mas há um ajustamento dele à ideologia. A partir dos apontamentos de Pêcheux, Gregolin (2003b, p. 27) assevera que “o sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono de seu discurso, mas é apenas um efeito do ajustamento ideológico”. Dessa forma, na AD, a língua é constituída não apenas por elementos linguísticos, mas, também por elementos “extralinguísticos”. Portanto os sentidos não estão presos às palavras e frases, mas ligados às condições de produção dos dizeres.

Michel Pêcheux foi um dos principais articuladores da AD, na França. Ele, com seu projeto articulatório entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, não produziu sínteses, mas deslocamentos e questionamentos de forma progressiva e amadurecida.

Gregolin (2003a, p. 10) afirma que a AD surge, no final dos anos 1960, “principalmente em torno dos trabalhos de Michel Pêcheux e Michel Foucault”. A obra *Análise Automática do Discurso* (1990b) de Pêcheux, para a autora, representa o marco inicial da análise do discurso, pois esse livro lança, à sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura e os sentidos.

Mas é preciso que se diga que essa teoria do Discurso é resultado da interlocução de Pêcheux com a Teoria das Ideologias, com a História, com o Materialismo Histórico, com a Linguística e com a Psicanálise. Conforme Fernandes (2004, p. 43-44)

surge na França na década de 1960, a Análise do Discurso em decorrência do entrecruzamento de três áreas do conhecimento: a Linguística (nega-se a imanência do significado), o Materialismo Histórico (teoria das transformações sociais e funcionamentos ideológicos) e a Psicanálise (sujeito em sua relação com o simbólico, e o inconsciente que se estrutura pela linguagem). Trata-se de uma disciplina em processo de enfrentamento teórico, cuja metodologia de trabalho implica constante retorno e revisão teórica na construção do objeto de análise.

Assim, com a AD percebemos que o discurso funciona na relação entre língua, sujeito e história.

Mas, a *Análise do Discurso*, como campo teórico, inicia-se com o propósito de conciliar a criação de uma teoria materialista do discurso ao projeto político de intervenção na luta de classes.

Baseando-se na teoria de Althusser (1974) sobre ideologia, Pêcheux dá uma grande contribuição aos estudos linguísticos ao defender a ideia de que a ideologia se materializa e atua nos sujeitos sociais, “fixando-os em posições-sujeito e dando-lhes, ao mesmo tempo, a ilusão de serem agentes livres. Esses processos ocorrem em várias instituições como a família, a lei, a escola” (MARTINS, 2004).

Assim, a AD desenvolve-se em meio a alguns embates e desvinculações devido a releituras feitas por Pêcheux. Com isso, ela se desenvolve em três fases. Para Gregolin (2006, p. 60),

o que foi chamado de “três épocas da análise do discurso” por Pêcheux revela os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa. O solo epistemológico precisou ser revolvido e as mudanças delineiam os debates teóricos e políticos que surgiram de crises que atingiram a reflexão sobre como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a História.

Na primeira fase da AD (doravante AD1), verificamos uma conjuntura teórica bastante marcada pelo estruturalismo. Com base na informática, a AD postula um dispositivo para poder determinar as generalidades dos discursos, como se fosse uma “máquina de ler” que “arrancaria a leitura da subjetividade” (MALDIDIER, 2003, p. 21). Essa “maquinaria discursiva”, cunhada pelo próprio Pêcheux, constitui um *corpus* fechado de sequências discursivas produzidas “num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas” (Pêcheux, In: GADET; TAK, 1993, p. 312). Pêcheux nos apresenta, nessa primeira fase, um sujeito totalmente assujeitado, ou seja, interpelado pela instância linguística e pela ideologia, o que faz com que esse sujeito (falante) se constitua com base nessa interpelação, sendo mero reprodutor de estruturas linguísticas já determinadas pela maquinaria discursiva.

Na segunda fase da AD (AD2), ao tomar emprestado o conceito de Formação Discursiva (FD) de Michel Foucault, Pêcheux começa a perceber que as formações discursivas não são homogêneas, mas se relacionam e ainda se constituem por aquilo que não é dito, o silenciado. Nesse momento, mesmo com esse empréstimo, a maquinaria discursiva ainda não é deixada de lado. Diante desse impasse, estabelece-se uma divergência, de um lado Pêcheux apoia-se em ideologias e, de outro, Foucault baseia-se na materialidade discursiva, no que foi efetivamente dito (GREGOLIN, 2006).

Na terceira fase da AD (AD3), desfaz-se a ideia de maquinaria e se insere um sujeito heterogêneo que não fala apenas de um lugar ou assujeita-se de maneira uniforme a uma ideologia

específica, pois ele é atravessado por relações interdiscursivas. Com essa nova postura, Pêcheux passa a considerar o sujeito disperso, capaz de ocupar vários lugares na sociedade e de assumir várias posições-sujeito (GREGOLIN, 2006).

E com essas releituras, à medida que a AD passa a vivenciar um estreitamento da sua interface com a Psicanálise, com o pensamento de Foucault e com a nova História, o grupo de Michel Pêcheux é levado a se questionar sobre os equívocos ocasionados pela tentativa de se conciliar, em teoria, os propósitos teóricos e político. A partir daí, impõe-se à Análise do Discurso a necessidade de revisão de elementos do seu quadro conceitual, que incidiam diretamente sobre a constituição do corpus discursivo e dos métodos de análise.

1.2 Domínios de Foucault

Quando decidimos focar as ideias de Foucault, não estamos, com isso, tentando atribuir-lhe uma paternidade. Porém os seus escritos contribuíram para o pensamento dos analistas do discurso a partir do momento que passa a defender que o discurso não está no campo da língua, mas no campo do enunciado,² por isso, deve ser visto em sua função enunciativa.

Também esse filósofo traz grandes contribuições junto aos trabalhos de Pêcheux e também influencia outros teóricos que trabalharam junto a Pêcheux, como o linguista e historiador Jean-Jacques Courtine.

Mesmo que Foucault não seja um linguista, são comuns, a exemplo, os textos de Pêcheux recorrendo a conceitos de Foucault, mesmo que seja para concordar ou ainda que seja para refutá-lo. Inspirada na citação de G. Deleuze, a seguir, reforçamos esse nosso caminhar em direção às ideias de Foucault.

Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque têm algo a fazer com ele, em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma. Não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical. Afinal, as belas aulas se parecem mais a um concerto que a um sermão, é um solo que os outros ‘acompanham’. (DELEUZE, 2006, p. 108)

Dessa forma, Foucault apresenta-nos o caminho a ser percorrido para compreendermos melhor a relação existente no processo de construção das verdades com o poder e o saber. Por isso, é impossível não cruzarmos com Michel Foucault e tentarmos compreender o seu

² O enunciado em si não constitui uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem. O conceito de enunciado será melhor “explorado” em capítulo subsequente.

lugar nas tramas da análise do discurso. Consideramo-lo como filósofo das visibilidades, pois torna perceptível aquilo que de tão próximo e tão intimamente ligado a nós, nos parece invisível.

Acreditamos que pouco importa saber quem ele é, e também não é o nosso objetivo ficar tecendo sua biografia, pois ele mesmo, nesse sentido, afirma: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo [...]” (FOUCAULT, 2009a, p. 20). Mas, com nosso estudo, queremos mostrar o que pretende dizer, ou melhor, o que é dito por meio dele, já que o que diz não é somente ele que o diz, mas uma multiplicidade. É o que ele próprio externa em uma parte de seu livro *A Ordem do Discurso* (2010, p. 5) “uma voz sem nome me precedia desde há muito”.

Reforçamos essa ideia com Barros e Fiorin (2003, p. 14) ao afirmarem que

tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala. (BARROS; FIORIN, 2003, p. 14)

Portanto, a voz ecoada de Foucault não pertence somente a ele, neste trabalho, mas tudo o que ele disse está sendo retomado aqui para compreendermos a constituição, o desenvolvimento do discurso.

Diante dessas considerações, acreditamos que, nesse momento de nossa pesquisa, também buscamos fazer uma arqueologia para elencarmos e discutirmos as contribuições desse teórico e filósofo para a Análise do Discurso.

O que nos parece, no entanto, sem pretensões de caracterizar o pensamento foucaultiano, é que o ponto de convergência entre seus escritos seja a preocupação com o sujeito na sua relação com o saber, com o poder e com a verdade. Ou seja, tenta entender como o saber circula e funciona, estabelece verdades e cria relações de poder. Os escritos de Foucault, com exceção de *História da Sexualidade*, concentram-se do século XVI até o presente.

Diante disso, constatamos que ele não quis construir uma teoria do discurso. Porém, Foucault analisava as práticas discursivas, mostrando que é o dizer que constrói as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. Ressaltamos isso com Gregolin (2006, p. 54) “é assim, no interior da reflexão sobre as transformações históricas do fazer e do dizer na sociedade ocidental que uma teoria *do discurso* vai-se delineando e encontra um lugar central na obra de Foucault”.

A análise que Foucault faz do discurso não é uma investigação que tem a linguagem como objeto. Seu interesse é pelos enunciados. Isso quer dizer que o importante é saber como no discurso uma palavra encontra “espaço” para ser dita.

Portanto, as ideias de Foucault são fecundas, porque são referências para uma *Análise do Discurso*. Brandão (2004, p. 31) destaca as seguintes contribuições do estudioso para o estudo da linguagem:

A concepção do discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com outras práticas não discursivas; o conceito de “formação discursiva”, cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas “regras de formação”; entre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação e o enunciado (que passa a funcionar como unidade linguística, abandonando-se, dessa forma, a noção de sentença ou frase gramatical com essa função); a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva e também de luta; o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar.

Como podemos observar, Foucault tenta compreender a formação, a circulação, a transformação das práticas discursivas.

Assim, ele aponta a necessidade de tratar os discursos como acontecimentos dispersos em suas historicidades. “O projeto de Foucault não é dizer se um enunciado é ou não científico, mas sim analisar aquilo que uma época pôde constituir como objeto para um saber no nível discursivo” (ARAÚJO, 2001, p. 61).

Depois de apresentarmos esse panorama histórico e teórico, propomos agora entender brevemente as “fases” nas obras de Foucault. Não temos o objetivo de fazer uma abordagem cronológica da obra desse teórico, mas queremos somente ressaltar os deslocamentos ocorridos, não de forma linear, dos estudos de Foucault.

1.3 Trilogia de Foucault

Convencionou-se que a extensa obra de Foucault pode ser dividida em três grandes domínios. Essa divisão estabelecida – arqueologia, genealogia e ética – deve ser vista como uma abordagem sem rupturas bruscas entre cada etapa, ou seja, cada uma engloba a anterior. Gregolin (2006, p. 59) afirma que “os três momentos da obra foucaultiana não são etapas estanques, mas indicam predominância de certos temas, de certas teorizações”.

A arqueologia e a genealogia articulam-se sob o domínio discursivo, o qual é para a arqueologia o mecanismo em que se ordenam os saberes, e, para a genealogia, é o dispositivo no qual se alojam as relações entre saber e poder. Na arqueologia, Foucault interessa-se por todas as ciências que têm o homem como seu objeto. Seu objetivo é explicitar as “regras” de uma época, ou seja, evidenciar que os saberes são constituídos historicamente e, conseqüentemente,

descontínuos. Já no momento da genealogia, Foucault, ainda estudando o sujeito, enfoca-o não tanto como um resultado dos saberes, mas aquele sujeito instituído e constituído por redes de poder. Nesse segundo deslocamento, tendo como foco o eixo do poder, Foucault propõe, a partir de meados de 1970, outra concepção de poder – elemento produtor de saberes. O que ele nos apresenta, nessa “fase” é que não existem sociedades livres de relações de poder, pois os sujeitos são o produto dessas relações.

A partir de 1980/1981, deslocam-se seus estudos para um terceiro âmbito, o do sujeito consigo mesmo. Não tanto numa dimensão disciplinar, nem normativa, mas de um sujeito que se faz de si mesmo como objeto de cuidado. Em suma, Foucault realiza um deslocamento no seu trabalho em direção a uma genealogia do sujeito compreendido como um agente de ações éticas que determinam a maneira pela qual ele, o indivíduo, deve constituir a si mesmo como o sujeito moral de suas próprias ações.

Podemos notar que, mesmo com esses deslocamentos, Foucault, em seu projeto arqueológico e genealógico do sujeito, define diferentes formas como nos tornamos sujeito: como elemento do saber; como elemento do poder e como elemento do sujeito (conhecimento de si e que cuida de si).

Gregolin (2006, p. 58) ajuda-nos a compreender esse olhar de Foucault sobre o sujeito, quando diz que “o sujeito é, portanto, o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra. Ele é o seu objeto seja enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto de poder, seja enquanto objeto de construção identitária”. Diante dessas considerações, identificamos o sujeito como um composto histórico.

Enquanto a arqueologia é a descrição do discurso, revelando como o saber nele aparece regulado; a genealogia quer mostrar como nas práticas discursivas há uma relação saber-poder que gera o exercício do poder.

Esclarecemos que, com essa categorização apresentada, não temos o intuito de indicar autores que discutem a viabilidade ou não destas classificações e nem mesmo estamos filiando-nos a algumas ideias deles. Mas é necessário que explicitemos um pouco, nesse momento, essas contribuições de Foucault na análise do enunciado, o qual é melhor conceituado, em suas propostas, na *A Arqueologia do Saber* (2009a).

1.4 A Arqueologia do Saber

Das diversas obras de Foucault, retomamos aqui alguns pontos da proposta desse filósofo com a obra *A Arqueologia do Saber* (1969), a qual apresenta a descrição de forma

conceitual da formação dos saberes, sejam eles científicos ou não. Nessa obra, Foucault sistematiza as obras anteriores -*História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963), *As Palavras e as Coisas* (1966)). Mas somente com *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault consegue explicitar melhor o seu método de análise histórica, considerando o discurso como saber, e não como ciência.

Nesse sentido, na introdução dessa referida obra, Foucault aponta que, por muito tempo, a atenção dos historiadores esteve voltada para a descrição de longos períodos temporais, a fim de revelar episódios políticos, processos irreversíveis, regulações e fenômenos.

Portanto, acerca dessa posição, Foucault (2009a, p. 157) contribui dizendo que “a arqueologia não procura encontrar a transição contínua que liga os discursos ao que os precede, envolve ou segue”. Assim, na perspectiva arqueológica, os fenômenos surgem em algum lugar, em algum momento. Dessa forma, o tempo apresenta-se como uma sucessão de descontinuidades, de começos já-começados; não é o devir de um pensamento ou de uma razão que, desde a sua origem, se arrasta na evolução lenta e contínua do seu progresso.

Revel apresenta essa ligação que se estende até a década de 70 da seguinte maneira:

ao invés de estudar a história das ideias em sua evolução, ele [Foucault] se concentra sobre recortes históricos precisos – em particular, a idade clássica e o início do século XIX –, a fim de descrever não somente a maneira pela qual os diferentes saberes locais se determinam a partir da constituição de novos objetos que emergiram num certo momento, mas como eles se relacionam entre si e desenham de maneira horizontal uma configuração epistêmica coerente. (REVEL, 2005, p. 16)

Assim, segundo Foucault (2009a), o acontecimento discursivo é histórico, descontínuo e também marcado por rupturas. Por descontinuidades Foucault ressalta que “[...] o fato de que em alguns anos, por vezes, uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 69).

Nessa lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles. É importante notarmos que ocorre uma nova concepção da história tradicional, pois o historiador deve ver o fato histórico como uma singularidade.

Como podemos observar, a noção do conceito de história e sua relação com o método arqueológico é nuclear em *Arqueologia do Saber*, gerando assim os principais conceitos ligados à teoria do discurso. É importante, nesse momento, compreendermos bem esses conceitos na proposta do método arqueológico. Certamente, nossa preocupação manifestada aqui é a de extrairmos elementos que forneçam as bases de uma teoria enunciativa, compreendendo parte da trajetória do método da história arqueológica, construído por Michel Foucault, na sua obra *Arqueologia do Saber*.

Dessa forma, apontamos algumas características desses conceitos sem querer esgotar as considerações sobre o assunto. Iniciamos pela seguinte formulação de Foucault:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2009a p. 28)

Quando ele diz que precisamos acolher os discursos, entendemos que é preciso ficar, ou não ficar, simplesmente no nível de existência das palavras. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar.

Como optamos pelos caminhos teóricos foucaultianos, achamos necessário explicitar algumas concepções teóricas, desse filósofo, também usadas durante toda a análise dos dados, tais como: acontecimento discursivo, enunciado, discurso, formação discursiva e arquivo.

O acontecimento, retomado na arqueologia, é o discurso que se rompe, aparece. Mas há um conjunto de regras para que um discurso possa aparecer. Foucault entende por acontecimento o próprio conjunto das condições que tornam um discurso possível. Assim, esse teórico chama de acontecimento o fato de alguém poder dizer algo em um determinado momento.

A partir das definições de Foucault (2010), é possível afirmar que a eleição presidencial em 2010 pode ser compreendida como acontecimento discursivo, já que provocou a produção de um conjunto de textos dispersos em diversas materialidades. Ou seja, uma infinidade de textos orais, escritos, formais e informais surgiu durante e depois da ocorrência desse fato.

Foucault (2006a, p. 57) esclarece que, o acontecimento não é

nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre do âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui o seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo incorporal.

Assim, o autor chama de acontecimento como a irrupção de uma singularidade única em lugar e momento de sua produção. Mas a partir disso vem uma questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2009a).

Em quase todas as formulações sobre discurso, Foucault refere-se ao enunciado. Para ele (2009a p. 98), o enunciado “é uma função de existência”, pois não descreve um estado de coisas que pode ou não ocorrer no mundo. Conforme a análise arqueológica, os enunciados não remetem a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados.

Um enunciado é explicado por outro enunciado. A análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados situados em certas condições de produção, ou seja, suas correlações.

Portanto, por ser uma função e fazer parte de uma determinada formação discursiva, o enunciado atravessa as frases, as proposições, as enunciações, permitindo que esses existam. Por isso, não se pode limitar o conceito do enunciado ao linguístico, porque se expande para incluir outros elementos, como tabelas, gráficos, árvores genealógicas, organogramas, relatórios contábeis, balanços contábeis, grades curriculares, equações, entre outros.

Essa função (existência material) caracteriza-se por quatro elementos: um referente (conjunto de regras que dão existência a determinados objetos para serem mencionados), um sujeito (posição a ser ocupada, ou seja, aqueles que vierem a interagir com a formulação do enunciado), um campo associativo (coexistência com outros enunciados), e uma materialidade específica (coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas por meio de técnicas, práticas e relações sociais). Como afirma Foucault (2009a, p. 112) “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências”.

Assim, o enunciado é mais do que uma unidade gramatical ou linguística, é uma função epistemológica (o que pode ser dito?) e política (quem está autorizado a dizer?). Seguindo o raciocínio de Foucault (2009a), podemos entender que o enunciado distingue-se da frase, da proposição, do ato de fala, porque “a) está no plano do discurso; b) não está submetido a uma estrutura linguística canônica (não se encontra enunciado encontrando-se os constituintes da frase); c) não se trata do ato material, nem do resultado alcançado” (FERNANDES e SANTOS, 2007, p. 51).

Levando para o estudo de nosso *corpus*, por exemplo, o seguinte dizer da *Folha de S. Paulo*, “O que esteve em jogo na sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva não constitui segredo. Foi o seu próprio governo, cujas altas margens de aprovação garantiram, não sem sobressaltos, a vitória da candidata que designou” (01/11/2010), é mais do que uma frase, mais do que um desejo, porque o que está dito pelo jornal é um já-dito e, como tal, ocorre num espaço de exterioridade em relação à língua e ao sujeito. Ou seja, esse enunciado ao ser dito ou retomado na *Folha de S. Paulo* é outro dizer, isto é, o que foi dito instaura uma realidade discursiva.

Mas que realidade? Percebemos que o jornal retoma a memória de que Dilma não era conhecida, não tinha uma carreira política prévia às eleições, por isso precisava sempre que Lula confirmasse suas qualidades. Também aparentemente a *Folha de S. Paulo* compartilhou de um posicionamento contrário à eleição de Dilma, ativando a memória discursiva de que Dilma seria apenas um fantoche de Lula e precisaria da ajuda dele para governar. Entretanto, essa memória só é retomada por leitores que acompanharam as campanhas eleitorais. Sendo assim, o sujeito diante desse acontecimento poderia assumir uma posição no sentido de ser contrário ao governo PT. Se articularmos esse enunciado dito pelo jornal a este enunciado dito pela *Carta Capital*, “Como de hábito, apelaram para a má-fé para explorar a ignorância de um povo que, infelizmente, ainda não conhece a sua história, e que não a conhece por obra e graça sinistra de uma minoria a sonhar com um país de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem demos” (31/10/2010), constrói a formação discursiva favorável ao governo PT. Foucault (2009a) afirma que o enunciado precisa relacionar-se com uma série de formulações com as quais ele coexiste. Nesse caso, ambos enunciados relacionam-se na mesma enunciação e com a interpretação deles o sentido do acontecimento vai sendo construído.

Segundo Foucault (2009a), não existe enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados, os quais têm historicidade e isso diferencia o enunciado da frase ou da proposição que, mesmo isolados são reconhecidos apenas por seus elementos intrínsecos. É dessa forma que o discurso aparece como a materialidade do processo enunciativo, mostrando o cruzamento da língua com a história, daí que todo texto mantém uma relação não apenas com a ordem da língua, mas também com a ordem do histórico.

No entanto, esse retorno não é uma mera repetição, mas é outro dizer, pois os sujeitos e a história são outros. Ao trazer de volta isso no jornal e na revista, esta se posiciona a favor do partido do PT e o jornal posiciona-se desfavorável, passando um efeito de sentido da não-popularidade de Dilma.

Resumidamente, Foucault (2009a, p. 112) especifica que

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Assim, o enunciado pode ser reutilizado em diferentes contextos e circular em espaços determinados discursivamente por seu caráter sócio-histórico.

Mas o que, além do sistema aparentemente estável de regras gramaticais e lexicais da língua, constitui o nosso dizer?

Para respondermos a essa pergunta, devemos voltar nosso olhar ao discurso. Para entendermos melhor o discurso, recordemos da metáfora da rede.

Uma rede, e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, por que tem os furos, e não estável, por que os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos que o discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não sistêmico, o não representável”. (FERREIRA, 2003, p. 44)

Conforme a metaforização anterior, o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social e é uma dispersão. Para Foucault, os discursos não possuem uma unidade ou uma homogeneidade interna, são heterogêneos, tais como as vozes sociais de que fala Bakhtin (2003) e não formam uma unidade por se referirem a um mesmo objeto (o objeto também é heterogêneo), por comportarem um tipo específico de enunciação ou uma unidade temática. Mas, nessa dispersão, é possível definirmos uma regularidade ou percebermos elementos de sua formação.

A dispersão, compreendida não como o oposto da convergência, mas como uma força que desestabiliza os sentidos hegemônicos e os códigos, provoca mudanças que podem ter tanto a forma de uma nova convergência, quanto o formato da antiga convergência sutilmente modificada. Para Foucault (2009a, p.79) a dispersão

com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas, e substituições – pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas.

Portanto, o discurso constitui-se de acontecimentos reais e dispersos, não podendo ser analisado fora do contexto histórico em que se desenvolveu, ou seja, ele é o conjunto de regras e práticas que constroem uma versão da realidade ao produzirem representações sobre certos objetos e conceitos e definirem aquilo que se pode dizer sobre aqueles objetos e conceitos, num momento histórico específico (FOUCAULT, 2009a). Percebemos isso, por exemplo, com as representações, em época de eleição, como em 2010, sobre a Candidata Dilma Rouseff na mídia, construídas no interior de discursos.

A conceituação de discurso como prática social é apresentada por Foucault (2009a) ao expressar que deve-se

(...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Nesse sentido, o discurso não pode ser visto como uma simples referência a coisas, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo, não se constitui como algo dado a priori, um termo primitivo, mas sim como uma construção que está ligada a uma formação discursiva.

Assim, cremos que todo discurso tem uma formação. E “descobrir essa formação é revelar a relação que existe entre determinados enunciados, suas regularidades” (FOUCAULT, 2009a).

O conceito de Formação Discursiva (FD) é fundamental à Análise do Discurso. E sua formulação, segundo Baronas (2004), tem uma paternidade partilhada entre Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* no final de 1960 na França e, alguns anos depois, no início de 1970, com Michel Pêcheux. Com as contribuições de Foucault, elimina-se o problema da homogeneidade na constituição dos *corpora* discursivo em AD.

A caracterização de um conjunto de discurso pertinente a uma vertente específica do saber, vista por Foucault como uma *formação discursiva*, é reconhecida e amplamente aceita por estudiosos da área da análise do discurso e acha-se extensamente trabalhada no livro do referido autor. Para Foucault (2009a, p. 43) existe uma formação discursiva (doravante FD) quando

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, o conceito, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diversos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Ao contrário do estável e do sistemático preconizado pela Linguística, Foucault aponta séries de condições para a formação discursiva (doravante FD). Ou seja, “...é a própria formação discursiva como a lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes...” Cardoso (1999, p. 35) nos esclarece ainda mais quando diz que

formações discursivas são as grandes unidades históricas que os enunciados constituem. Ex.: a medicina, a gramática, a economia, a política etc. São sistemas de dispersão de difícil demarcação. Não são blocos fechados, estabilizados. As formações discursivas são constituídas de práticas discursivas, que determinam

os objetos, as modalidades de enunciação dos sujeitos, os conceitos, as teorias, as escolhas temáticas. A formação discursiva não é a “essência” do discurso, não é a “estrutura profunda” ou seu “sentido profundo”, mas é, ao mesmo tempo, um operador de coesão semântica do discurso e um sistema comum de restrições que pode investir-se nos universos textuais.

Constatamos com essa citação que as FDs são unidades históricas de difícil demarcação. Essa constatação é explicada por Gregolin (2007, p. 166) que diz “todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro”. Por meio dessas “vozes” verificamos que, embora uma formação discursiva contenha regularidades, ela não é una, ao contrário, é heterogênea porque no interior de uma mesma FD existe o espaço para as divergências e é o local de coexistência de vozes que se entrecruzam, pois existe a presença de outros discursos, de outras vozes. Suas reflexões são de grande relevância, pois nos permitem verificar a presença de diferentes vozes entrecruzadas nos discursos sob análise, visto que o sujeito, segundo a perspectiva da Análise do Discurso, é atravessado por múltiplas vozes.

No enunciado “*Dilma e o PT vão mexicanizar o Brasil? Carta Capital prevê, pelo contrário, um avanço democrático*” produzido na revista *Carta Capital* (Anexo D) há entrecruzamentos de vozes: aquela que afirma e acredita no PT, o qual propagará uma política democrática, e a que nega isso. Dois posicionamentos configurando Formações Discursivas heterogêneas. Nesse sentido, a construção discursiva do sujeito-editorialista gira em torno das FDs da ditadura versus democracia. E esses pontos de vista são sociais, são as posições divergentes que se estabelecem nesse momento político sobre a credibilidade no Partido dos Trabalhadores. Ao empregar a palavra *mexicanizar* precisamos recorrer à história para interpretá-la, recuperar o que foi dito, durante décadas, sobre o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México. Isso equivale dizer que devemos saber, por exemplo, qual foi o papel do Partido Revolucionário Institucional (PRI) ao longo da história. Saber que esse partido controlava os principais setores da economia, direta ou indiretamente. Enfim, faz-se necessário entender quais ideologias estiveram presentes na cultura do passado e quais os seus efeitos sobre os discursos da atualidade. O que notamos é que esse já-dito manifesta segundo novas condições de produção, fazendo parte de um contexto histórico novo e permitindo, por isso, novos efeitos de sentido. Por essa razão, Foucault (2010, p. 26) diz que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

E nesse retorno, observarmos que os dizeres dos sujeitos-jornalistas não são blocos homogêneos, mas o dito faz parte de uma rede, ou melhor, de um arquivo, que não pode ser entendido como um lugar onde se guardam documentos, ordenados de acordo com determinados critérios. Porém, Foucault (2009a, p. 146), define assim:

São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

No arquivo, estão guardados aqueles discursos que não mais nos pertencem e que, pela análise, é possível recuperar para a nossa verdadeira memória cultural. Mas essa “recuperação” não está diretamente relacionada à busca do passado, do antigo, e sim à existência dos discursos ainda nos dias atuais. Não podemos imaginar o arquivo tendo a função de “guardar” algo antigo, ter adormecido fatos, mas devemos compreendê-lo numa perspectiva de dinamicidade, numa movência de sentidos.

Portanto, o arquivo, segundo os postulados de Foucault, deve ser compreendido como uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados “o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2009a, p. 147).

Esclarecendo ainda mais, Foucault (2009a) mostra que se trata de um jogo em que são estabelecidas regras para poder jogar, determinando o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas.

Podemos perceber isso nos editoriais em análise. A soma de todos os discursos possíveis produzidos na eleição de 2010 é aquilo a que Foucault chama de arquivo. Mas tudo o que é dito nesse momento não é de forma regular, uniforme, pois o próprio filósofo francês desfaz esse sentido, quando diz que

longe de ser o que unifica tudo que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2009a, p. 147, grifos do autor)

Com isso, percebemos que o que é dito nos editoriais, em análise, tem uma especificidade que é preservada, ou seja, um arquivo, que demarca, é constituído em no período da eleição por um conjunto de enunciados. Isso é possível por ser ele o espaço em “que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tanto acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (FOUCAULT, 2009a, p. 147).

Esse conjunto de textos (o arquivo) é, pois, o objeto empírico de análise, é por meio dele que se observa como o jornalista se apropriou das formas linguísticas para enunciar, como a memória de um saber é resgatada e textualizada no enunciado e como é possível perceber

as diversas posições assumidas por ele, ou seja, as formações discursivas que determinam a possibilidade de existência desses enunciados.

Dessa forma, ao observarmos os enunciados produzidos, encontramos diversos textos a respeito desse acontecimento discursivo produzidos nesse momento, formando um arquivo sobre a eleição presidencial em 2010.

Assim, para reforçar essa ideia, continuamos nossa reflexão no próximo capítulo com os discursos produzidos na esfera jornalística para compreendermos como os discursos procuram ordenar, disciplinar e controlar.

CAPÍTULO 2

DISCURSO JORNALÍSTICO – UMA PRÁTICA DISCURSIVA

Após apresentarmos algumas concepções teóricas no capítulo anterior, neste capítulo voltamos nosso olhar para os aspectos relacionados, especificamente, ao discurso do jornalismo impresso.

Iniciamos pela trilha das discussões acerca da relação do saber, do poder e da verdade numa revisão das posturas genealógicas sobre os mecanismos de controle exercidos no jornalismo, que propaga um saber e usa o discurso da verdade, exclui, separa, interdita, enfim, exerce o poder. Nesse aspecto, recorreremos a Foucault (2005) para pensar o poder como uma força cíclica que só funciona em cadeia, ou seja, que se exerce em rede. Trata-se, portanto, de uma cadeia complexa de poderes associada à produção, à circulação e ao funcionamento do discurso jornalístico. Foucault (2005, p. 248) afirma que “o poder não existe” o que existem são práticas, relações de poder, micro-luta desenvolvida e espalhada na topografia social que transcende a noção marxista de luta de classe.

Mas, ao discorrermos acerca da temática “verdades”, analisamos, na nossa pesquisa, como uma construção transmitida sob o controle a partir dos acontecimentos e das coisas num dado momento e lugar. Para nos ajudarem a pensar a relação paradoxal que elas assumem no jornalismo, em uma vertente histórica, e submetida a uma constante incitação econômica e política, buscamos os referenciais do pensamento dos filósofos F. Nietzsche e M. Foucault sobre essa temática.

Como o nosso *corpus* é composto por editoriais, decidimos mencionar os pressupostos bakhtinianos sobre os gêneros discursivos, os quais são percebidos por nós como práticas discursivas. Nesse sentido, verificamos também uma ligação estreita entre autoria e gêneros discursivos, pois esses determinam ao sujeito-editorialista a se “representar” com o seu discurso desenvolvido, em consonância com as regras de produção impostas pelo gênero editorial, pela instituição (*Carta Capital ou Folha de S. Paulo*) na qual se insere o texto produzido e o próprio sujeito que escreve. Segundo Gregolin (2006, p. 102), “a fundação de um espaço textual, pela escrita, obriga o sujeito a representar-se na relação com um corpo social e com uma instituição de saber”. Em princípio, partimos do pressuposto de que o editorial apresenta um princípio de autoria, ou seja, um autor que se apresenta como sujeito “responsável” pela coerência interna e pela constituição de todo o corpo textual. Por isso, com uma breve exposição do princípio de

autoria, vamos buscar em Foucault (2006b) a sua compreensão de autor como *função*, pois o sujeito-editorialista está, no momento da produção do editorial, exercendo uma função autor. E como a discussão sobre autoria, em Foucault, inscreve-se na sua preocupação principal: o sujeito e o discurso, sentimos necessidade de ampliar, ainda, a concepção de sujeito como uma figura discursiva, que se constitui historicamente, por acharmos que, sob a ótica desse teórico, parece-nos aproximar-se mais de nosso objeto de pesquisa.

Também recorreremos a Brait (1996), a Muecke (1995) e a Hutcheon (2000) para explicarmos melhor os pressupostos sobre a ironia por acharmos que esteja presente no gênero discursivo editorial e também por ser um recurso discursivo muito usado pelos sujeitos-jornalistas. Além disso, mobilizamos o conceito de polifonia, recorrendo novamente a Bakhtin, por defendermos o uso da ironia no editorial como um processo polifônico.

E para finalizar o capítulo, apresentaremos o perfil dos dois veículos de comunicação escolhidos, o jornal *Folha de S. Paulo* e a revista *Carta Capital*, a fim de mostrarmos o lugar de onde o sujeito-editorialista, além de verificar o *status* desse sujeito para poder falar. Começamos, então, entendendo melhor como o discurso jornalístico constrói realidades.

2.1 A simulação da realidade

Em um momento do diálogo reproduzido em *Microfísica do Poder* em que Michelle Perrot e Jean-Pierre Barou falam com Michel Foucault (2005, p. 224) explicita como é o corte desmistificador realizado pelo jornalismo, no ideário da época:

E que estes “média” seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos: Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. *No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar.* (Grifo nosso)

Diante dessas ideias, percebemos, no jornalismo, uma aproximação ao que Foucault disse sobre o caráter utópico. O que ele realmente afirma é que estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, na época do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. E, com a atividade jornalística, é possível aproximar o que está distante.

Como também diz Thompson (1998, p. 121), “o desenvolvimento da comunicação mediada forneceu os meios pelos quais muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos, e ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos”. Sob essa ótica, a impressão é que o mundo ficou bem menor, pois se diminuíram as distâncias. Ou seja, com produção e

circulação de discursividades, no meio jornalístico, podemos saber mais sobre os acontecimentos em intervalos pequenos de tempo (quando não instantaneamente, simultaneamente). De alguma forma, o sujeito-jornalista “compartilha” com a sociedade o que é atual e importante e o que não o é, gerando conhecimento e também sugerindo, direta ou indiretamente, respostas para os nossos problemas diários. Portanto, somente circulam os temas que atendem a exigências organizacionais da formação discursiva sócio-historicamente circunscrita. Isso é bem ressaltado por Navarro (2010, p. 84) ao dizer que “o resultado do trabalho da prática jornalística em instituir a ‘verdade’ tem por corolário outra ilusão, aquela de retratar em seus textos a ‘realidade’ – que é também uma construção resultante da escolha de alguns fatos e do apagamento de outros (...).”

Mas, essa “realidade” é revelada pelo sujeito-editorialista, por meio de procedimentos de investigação e apuração (entrevista, análises, flagrantes dados estatísticos), exercendo um papel de mediador e colocando em movimento, ao mesmo tempo, diferentes posicionamentos ideológicos presentes nos discursos que circulam em nossa sociedade. Nas palavras de Charaudeau (2006, p. 33), é

(...) um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, a priori benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor.

Conforme Charaudeau afirma, encontramos nesse processo mediador um poder de dizer para os sujeitos, os quais dão conta do mundo por meio dos saberes e crenças sobre padrões de moda, de comportamento, de justiça e de moralidade. Mas, no jornalismo essas “crenças” adquirem um valor a partir da manifestação de um discurso autorizado. É um expediente usado pelo jornalismo para dizer ao leitor que quem está falando não é somente o jornal, mas também um especialista, um sujeito que está protegido por um saber. Quem informa tem uma competência para informar e no discurso jornalístico há credibilidade por admitir-se que dispõe de critérios de avaliação eficientes e justos para julgar e separar o verdadeiro, confiável e autêntico, do falso.

E, para garantir sua audiência e sua credibilidade, utiliza-se de mecanismos discursivos para convencer o leitor de suas verdades, apresentando o acontecimento discursivamente com um único sentido. “A criação dessa ilusão de ‘unidade’ do sentido é um recurso discursivo que fica mais evidente nos textos da mídia (...) as mídias desempenham papel de mediação entre seus leitores e a realidade” (GREGOLIN, 2003a, p. 97). Mas essa realidade não antecede o discurso, porque ela é um discurso que se articula em signos linguísticos, ou seja, uma realidade discursiva. Sob essa perspectiva de construtora da realidade, Rosa (2002, p. 3) também reafirma essa sua condição.

O discurso jornalístico [...] não reflete a realidade. Traduz e a constrói via recursos discursivos, simulando realidades mediante todo um sistema próprio de cada veículo em que os jornalistas captam um certo número de informações e que são transformadas em notícias por meio do discurso perpassado pelas rotinas produtivas, experiência do jornalista e pela ideologia e cultura do veículo. É no campo midiático que o cotidiano dos campos sociais ganha anunciabilidade, transparência e pluralidade para o consumidor, mas essa visibilidade se dá sob uma forma específica do campo dos *media*, e não, dos de origem e é ofertada como verdade absoluta pelos veículos que tentam vender seus produtos no competitivo mercado do discurso da informação. (itálico da autora).

E a história do tempo presente passa a ser construída, compreendendo o acontecimento jornalístico em um acontecimento discursivo resultante de escolhas que garantem a impressão de que tudo é vivenciado de perto. “O presente converteu-se numa espécie de autoridade que organiza o modo como gerimos o tempo, marcando a hora a que alguns acontecimentos devam ocorrer” (GOMES, 2003, p. 73).

Assim o acontecimento irrompe como elemento discursivo no meio jornalístico, pois esse exerce poder de fazer circular e dar visibilidade a que estava “escondido”.

Nesse sentido, segundo Gomes (2003), é dessa maneira que entendemos que nosso acesso ao real é sempre mediado, dado numa outra dimensão que não a dele, dado na ordem simbólica. Mas esse processo de mediação institui uma disciplina e também um controle. Entendamos um pouco mais isso a seguir.

2.2 Disciplina e controle à distância

Conforme estudos de Foucault (2005), podemos identificar as relações de força na sociedade e como elas vão se deslocando. Nesse processo de deslocamento, encontramos, até a Revolução Industrial, as sociedades de soberania, deslocando-se para as sociedades disciplinares, e finalmente, para as sociedades de controle.

Ao traçar o deslocamento da soberania para a disciplina, Foucault (2005) mostra como, em cada um desses momentos, as relações de força pareciam escolher um alvo principal em que o poder precisaria ser necessariamente exercido. A escolha desse alvo permite explicitar os objetivos do controle exercido e as estratégias de constituição da sociedade. Enquanto na sociedade de soberania explorava-se a terra e em seus produtos, para extrair deles bens e riqueza, na sociedade disciplinar voltava-se para os corpos e seus atos, para extrair continuamente, por meio da vigilância e do controle constantes, o tempo e o trabalho – um poder microscópico.

Com o poder de soberania, há uma relação hierárquica do soberano e súbito. Portanto, esse tipo de poder só se exerce violentamente, de tempo em tempo, e sob a forma de guerra, da punição exemplar, da cerimônia.

Por outro lado, o poder disciplinar atinge os corpos de forma incessante e age sobre eles com mecanismos próprios. Assim, é uma apropriação do corpo e intervém em nível do que acontece, de forma prévia, antes até do próprio ato, por meio de um jogo de vigilância contínua.

E essa nova forma de conceber a sociedade, por meio do poder disciplinar, impõe a disciplina e a constante vigilância e controle sob o olhar de alguém, ou na situação de ser olhado. E todo esse aspecto disciplinar pela visibilidade absoluta e constante, rodeando os corpos dos indivíduos, processa-se como um Panóptico, ver tudo, o tempo todo, todo mundo.

O Panóptico, criado por Jeremy Bentham, é um espaço onde há várias celas, as quais são iluminadas por duas janelas, uma para o exterior da prisão, outra para o interior, voltada para a torre central. Essas deixam entrar a luz na cela de forma que o menor movimento do preso pode ser identificado pela pessoa que estiver na torre, o inspetor. Conforme Foucault (2009a, p. 191), “O efeito mais importante do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”.

Portanto, o Panóptico permite aperfeiçoar o exercício do poder no final do séc. XVIII. O “poder disciplinar Panóptico”, por meio da visibilidade, da regulamentação minuciosa do tempo e na localização dos corpos no espaço, possibilita o controle sobre os indivíduos vigiados, de forma a torná-los dóceis e úteis à sociedade, instaurando, dessa forma, uma nova tecnologia do poder.

Esse modelo arquitetônico, para Foucault (2009a), define o funcionamento das relações de poder sobre o indivíduo da disciplina. Assim, ainda, destaca Foucault (2010, p. 169): “o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens (...)”.

Por meio de sua investigação sobre a prisão, Foucault vê que também nesse lugar não só se aplicam castigos, mas há um projeto social de transformação dos indivíduos, pelo poder disciplinar. Segundo Paniago (2005, p. 128),

Foucault preocupou-se em historiar não apenas o processo carcerário a partir do estudo das condições de aparecimento da prisão. Ele também se ocupou de todo um dispositivo estratégico cuja positividade se expressa em muitos níveis da sociedade: na clínica, na fábrica, na escola. É esse novo esquema de visibilidade que, como dissemos, transforma todo sistema social.

Visto desse modo, a disciplina é um instrumento de poder, o qual trabalha o corpo, fabrica um tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade capitalista. “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2005, p. 133).

Para Deleuze (2000a), presenciamos uma passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do controle. Para o teórico, foi na segunda metade do século XX – após a Segunda Guerra Mundial – que as sociedades disciplinares deram lugar às sociedades de controle.

E esse controle social torna-se a mais nova expressão do exercício do poder que se aprimora e passa a adquirir total fluidez. Dessa forma, não há mais um espaço restrito para que o poder se faça sentir; pelo contrário, ele se faz presente em todos os lugares.

E hoje podemos perceber que um desses lugares é a esfera jornalística, pois sua atuação tem se tornado cada vez mais frequente no cotidiano, permitindo controle, acompanhamento e vigilância das pessoas de modo tão eficaz quanto o poder disciplinar apresentado por Foucault. Percebemos esse controle na esfera jornalística quando podemos ler na revista *Carta Capital* sua postura, por exemplo, a favor da candidata Dilma, enfocando, ou melhor, dando visibilidade a uma realidade a ser vista sobre ela.

Gomes (2003) vê no jornalismo uma forma disciplinar, pois ele traz à visibilidade, ou seja, mostra o mundo do ponto em que deve ser visto.

Portanto, é por causa dessa visibilidade que o jornalismo assume um papel crucial de disciplinar e controlar. Gomes (2003, p. 77) ressalta que

temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluam. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira de mostrar, enquanto mostra ela controla pelo próprio mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe.

Pelas palavras dessa autora, entendemos que o discurso jornalístico funciona como dispositivo disciplinar ao ter a ação de mostrar e assim, nossa vida organiza-se em função do seu discurso. Cabe-lhe o poder de olhar por nós e de nos apresentar o que seleciona, expondo-nos (de modo ampliado ou reduzido) o modo de ver a realidade, ou seja, “trata-se de uma apresentação do mundo nos modos em que esse deve ser vivido, um *dar a ver o mundo*” (GOMES, 2003, p. 44).

E para mostrar o “mundo” a *Folha de S. Paulo* e a *Carta Capital* trabalham na suposição de uma linha de conduta, apelam para a responsabilidade, o bem comum, a moralidade.

E nesse embate entre a *Folha de S. Paulo* e a *Carta Capital* não há imparcialidade, porque o discurso de cada uma é produzido dentro dos limites de um sistema de dominação, mas lugar de visibilidade, de exercício do poder. Mas cada suporte, ao mesmo tempo que faz circular, também tenta impedir a livre movimentação do discurso, cuja produção acaba sendo

controlada e selecionada. Dito de outro modo, de acordo com Foucault (2010, p. 8) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade.

Do modo como explicita esse autor, os dois suportes analisados nesta pesquisa controlam, selecionam, organizam e redistribuem os discursos. Mas os sujeitos-editorialistas dos editoriais, em análise, não têm direito de falar à vontade, não podem dizer tudo, enfim, não podem falar de qualquer coisa, pois existem os tabus, os rituais da circunstância, devem seguir certas regras internas e externas dessas instituições de onde falam.

Portanto, toda produção discursiva feita no período eleitoral, em questão, segue um conjunto de regras coercitivas de controle na produção dos editoriais. Assim, os editorialistas da *Folha de S. Paulo* e da *Carta Capital* não são livres para falar qualquer discurso, porque só podem dizer o que é autorizado, ou seja, os aspectos ideológicos e econômicos determinam o que eles podem e devem escrever. E nessa ordem há um “jogo de regras” variável num curso histórico.

Isso se deve ao fato de que o jornalista, historicamente, adquire autorização para falar em nome da sociedade e também sabe como enquadrar os padrões e as normas da empresa. Ou seja, a produção da eleição em acontecimento discursivo está submetida ao estilo do jornal ou da revista. E nesses espaços discursivos, cada jornalista usa dessa autoridade para, muitas vezes, passar informações ou visões sobre o processo de escolha na eleição.

Assim, o jornalismo, que controla e é controlado, ao mesmo tempo, pelos mecanismos de coerção social, interpreta os acontecimentos. Isso implica dizer que o processo de produção discursivo da revista *Carta Capital* e do jornal *Folha de S. Paulo* não estão livres das coerções sócio-discursivo-ideológicas. Assim, no momento da elaboração dos seus editoriais, os jornalistas, influenciados pelos interdiscursos que circulam no âmbito social, inevitavelmente, neles se apoiam para produzir o seu.

E Deleuze e Guatarri (2000b, p. 12) ressaltam outro papel do meio jornalístico.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – *transmissão de palavras de ordem*, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (grifo nosso)

Conforme os autores, os dois suportes em que analisamos, a exemplo, produzem enunciados de forma recorrente. Os seus jornalistas-editorialistas nos dizem o que se deve “pensar, reter, esperar” sobre a candidata de Lula como uma palavra de ordem, mantendo a

escala de valores, educando-nos para a aceitação ou rejeição da candidata em questão. Enquanto a *Folha de S. Paulo* enuncia que “Dilma Rousseff surgiu como um nome imposto por Lula ao mundo político”(Anexo C), *Carta Capital* ressalta que “Dilma Rousseff representa entre nós a vitória contra o velho preconceito pelo qual mulher só tem serventia por certos dotes que a natureza generosamente lhe conferiu”.(Anexo F)

E recorrer a um jornal ou a uma revista passa a ser uma forma de “inclusão”, porque, por meio desses suportes, podemos “capturar” infinitas ideias sobre a política, a Dilma, tornando-os visíveis. Portanto, o jornalismo se apresenta como instrumento de disciplinaridade, pois aponta o que seu público deve dar atenção.

Ao discorrermos sobre as sociedades de soberania, deslocando-se para as sociedades disciplinares, e finalmente, para as sociedades do controle, cumpre-nos destacar o fato de que as formas de ação sobre a ação dos outros estão pautadas na complexidade da relação que envolve o poder, o saber e a verdade. Portanto, passemos a observar, no próximo tópico, a relação da construção do saber com a produção de verdades e o exercício do poder percebidos na constituição do discurso jornalístico.

2.3 Jornalismo – discurso do poder, do saber e da verdade

Saber, poder e verdade. Ao voltarmos o nosso olhar para essa tríade, não se pode separá-los. A motivação de observá-los isoladamente é apenas didática. Assim é que, por exemplo, na abordagem do poder, naturalmente vai aparecer o saber e por sua vez a “verdade”. Foucault (2009b), simplificando, diz que toda relação de poder constitui um campo correlato de saber e que toda relação de saber constitui um campo correlato de poder. Portanto, trata-se de uma forma de poder que, pelo saber, em uma rede de relações discursivas, produzem verdades. A relação entre o poder, o saber e a produção de verdades se estabelece a partir de como os mecanismos de poder arranjam-se dentro de determinado domínio discursivo. Começemos, então pelo poder.

2.3.1 Poder

A partir do material de pesquisa – que coleta – Foucault (2005) identifica formas de exercício de poder diferentes do Estado e conclui que o aparato estatal não detém exclusivamente o poder. Machado (2005, p. XI) ressalta que

estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo da sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder.

Ao nos referirmos a esse autor, não estamos querendo minimizar o papel do Estado (e muito menos Foucault o quer), mas pretendemos chamar a atenção sobre a ideia arraigada de que o Estado seria o único e exclusivamente órgão central de poder. Nessa visão, o poder é tido como um objeto de que se pode valer o dominador para usar contra o dominado quando esse fizer algo que quebre o programa estabelecido pelo seu senhor; mais ainda, quando sua soberania estiver em perigo.

Segundo Machado (2005, p. XIII), uma das preocupações centrais de Foucault, nesse momento de seus estudos, é procurar pelo nível molecular de exercício do poder sem partir do macro para o micro. Ele não se dispõe a colocar o Estado sozinho no centro do poder, nem a compreender a rede de poderes das sociedades modernas como extensão simples do poder do Estado. Sua estratégia, numa análise ascendente, é partir da especificidade da questão, ou seja, dos mecanismos de poder que estão relacionados com a produção de determinados saberes, para então ver como esses micropoderes, que apresentam história e tecnologias específicas, se inscrevem no nível mais geral do poder de Estado.

E segundo Foucault (2005, p. 221), “a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado”. Tendo essas referências, ele estabelece a questão do poder articulada com os poderes locais circunscritos a uma pequena área de atuação que ele chamou de microfísica do poder. Isso significa dizer que os poderes não estão localizados, visíveis, com fronteiras na estrutura social, mas funcionam por mecanismos, aos quais ninguém escapa. O poder, assim compreendido, não ocorre verticalmente, mas circula entre todos os indivíduos, manifestando-se por intermédio de um jogo de forças que perpassam todo o corpo social.

Então, outras formas de exercício de poder foram sendo colocadas em prática a fim de manter sob controle as indesejáveis e crescentes massas indisciplinadas. Para Foucault, o poder se desloca conforme a sociedade de cada época. Mas esses deslocamentos não ocorrem em termos de substituição, mas somente por um “ajustamento” de um tipo de sociedade a outro tipo.

Descentrando o poder do aparelho estatal para um campo minúsculo, é possível olharmos para as instituições jornalísticas como um lugar específico para o exercício do poder que se concretiza nas suas práticas discursivas. Mas é necessário entendermos que, mais do

que suporte para a transmissão de informação e conteúdo simbólico, sua atuação implica a transformação das interações no mundo social e o surgimento de novas formas de práticas sociais. Thompson (1998, p. 14) ressalta que

de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum.

E nesse processo de organização temporal e geográfica na sociedade, estabelece uma relação de forças. Nesse ponto é importante novamente dialogar com Foucault (2005) para pensar o poder como uma força circular que só funciona em cadeia, ou seja, que se exerce em rede. Trata-se, portanto, de uma cadeia complexa de poderes associada a uma produção, uma circulação e um funcionamento do discurso. Isso significa, então, que os sujeitos envolvidos nessa trama tanto se apropriam e fazem uso do discurso jornalístico, como alerta Foucault (2005, p. 131), que o poder “atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”.

De acordo com Paniago (2005, p. 81-82)

temos que o poder em Foucault é bastante distinto das idéias das teorias clássicas, como as da releitura althusseriana do marxismo, por exemplo. O poder, para Foucault, não é algo que se possa possuir, porque não é um bem alienável do qual se possa ter a propriedade. Por isso, qualquer que seja a sociedade, não existe divisão entre os que têm e os que não têm poder.

Tal configuração dada ao exercício do poder mostra-nos que ele está em toda parte e nada está isento do poder. Assim, é uma relação de força, situação estratégica. Foucault (2005, p. 183) nos recomenda para

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; (...) O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.

E é justamente essa ação em rede que podemos situar o meio jornalístico como um espaço discursivo por onde se “educa” para um enfoque específico. Nesse espaço, há todas as possibilidades de escolher conforme a importância, não do fato em si, mas de uma linha ideal de conduta, incluir ou excluir, qualificar ou desqualificar; legitimar ou não. E ao proceder dessa forma, dizendo-nos o que é “necessário pensar, esperar, age com positividade, segundo leitura de Machado (2005, p. XVI),

o que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

Assim se desfaz uma ideia falaciosa sobre o poder como algo violento, repressivo, pois nenhum poder se mantém se for exclusivamente baseado na repressão. Acreditamos que a visão negativa ainda está em nível do direito, pois possui ainda uma identificação do poder com o Estado, o qual intervém sobre os cidadãos de forma violenta, coerciva, opressora.

Podemos entender melhor isso, a relação de poder, pelas próprias palavras de Foucault (2005, p. 7-8) ao dizer que

quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. (...) Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Ao negar a concepção tradicional do poder, Foucault o compreende como algo positivo, pois há ação sobre ação sempre. O poder se estabelece sempre em relações: entre sujeitos, entre instituições e sujeitos e, inclusive, na relação que um sujeito estabelece consigo mesmo. É a partir desse entendimento do poder como um exercício que Foucault (1995, p. 247) vai ressaltar a impossibilidade da posse do poder: “o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados”.

Essa ação de alguns sobre os outros ocorre no âmbito do que Foucault denomina “micropoderes”, cujas ações são difusas, penetram todas as instâncias da vida dos indivíduos, das mais formais às mais cotidianas, estimulando-os a produzir discursos e atitudes, construindo, portanto, subjetividades.

Assim, com o olhar foucaultiano, desloca-se a análise do poder como um feixe de relações, que circula, nunca está centrado aqui ou ali nem está nas mãos de alguns. Por isso, não podemos mais conceber o sujeito como possuidor ou não do poder, mas vê-lo sempre em posição de ação, em um processo cíclico, no qual esse sujeito utiliza-se de um dado saber para agir sobre o outro. Por isso, a busca dos sujeitos pelo poder é um estar momentâneo (exercício do poder) no poder e não de detê-lo. Portanto, essa forma de poder refere-se a que qualquer sujeito, que pode utilizar/fazer para levar o outro a uma ação que o beneficie.

E nessa ação de trocas, ou seja, agir sobre o outro, os discursos produzidos no campo jornalístico podem ser aceitos ou não, pois as posições sociais que ocupam os sujeitos-leitores não são estáticas, mas estão sempre se rompendo, aqui e ali, por meio de resistências cotidianas (FOUCAULT, 2005). Mas a quem ou a que resistir? Para sabermos melhor sobre isso, vejamos o próximo tópico.

2.3.2 Discursos de reação – resistência

“Foucault não enxerga os indivíduos como autônomos a aceitarem passivamente todas as determinações do poder” (GREGOLIN, 2003a, p. 101). Para ele, só há possibilidade de exercício do poder, se diante de uma situação as pessoas forem livres para reagir de maneiras muito diferentes.

Nessa concepção, percebemos que essa reação do sujeito é uma forma de produzir respostas ao poder pela resistência. Paniago (2005, p. 185) explica bem essa relação.

A relação entre poder e resistência para Foucault poderia ser analisada como uma faca de dois gumes, porque o poder precisa da resistência para existir, ela é uma das condições essenciais para que o poder possa se irradiar pela malha social, mas, por outro lado, é a resistência que viola e rompe o poder.

Em função disso, não há como estabelecermos uma centralidade no poder e nem na resistência, pois para aquele continuar precisa desta, ou seja, ela é coextensiva a ele.

Ao apontar a circularidade na relação de força, permite-nos observar que se constrói uma luta constante entre os sujeitos. Dessa forma, há um sujeito que se posiciona de cada lado, mas cada um exerce uma relação de força e resistência, ou seja, uma relação de choque. Portanto, esses sujeitos estão sempre construindo suas próprias referências e significações.

Para Foucault (2005, p. 241), entretanto, “para resistir é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”.

Como o exercício do poder está em toda parte, a resistência também ocupa todos os lugares da sociedade e se manifesta, de diversas maneiras, nos sujeitos. Isso pode ser visto nas duas instituições jornalísticas em estudo, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo*. Os seus discursos acabam também produzindo “respostas”, como uma resistência. E isso é possível porque nos seus dizeres mantêm uma relação de polêmica, pois se estabelecem formações discursivas distintas e contrárias.

As diversas vozes que compõem o discurso jornalístico nos editoriais, em análise, situam-se em embates sociais, pois de um lado está *Carta Capital* filiando-se à Dilma e do outro,

a *Folha de S. Paulo* contrapondo-se a ela. Com isso, nesse jogo discursivo, há necessariamente o exercício do poder que precisa formar, organizar e colocar em circulação saberes. Passemos, então, à reflexão sobre o saber.

2.3.3 Saber

Sob a ótica de Foucault (2009b, p. 30), “temos que admitir que o poder produz saber”, o processo de conhecimento de cada um está baseado em diferentes propriedades. Essas diferenças fundamentam, por exemplo, o porquê de os saberes serem passíveis de aprendizado, tendo em vista que eles estão situados dentro de uma forma que podemos entender como matéria, conteúdo, modo de dizer e agir. Já o poder não está no campo do aprendizado, mas, no campo do exercício. Foucault preocupou-se em analisar o surgimento dos saberes situando-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica, ou seja, como dispositivos de poder.

Foucault (2009a, p. 204) compreende o saber “a esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência...”. Assim, ele também afirma que “um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico” (FOUCAULT, 2009a, p. 204). E o jornalismo é responsável em grande medida por essa circulação desses saberes.

Dessa forma, instituições tradicionalmente responsáveis por gerir saberes, na contemporaneidade, acabam dividindo seu espaço com a mídia, descentralizando o conhecimento. Diante desse cenário, a sociedade passa a conviver com outras formas de aprendizagem.

Esse processo de descentralização possibilita maior circulação dos saberes por fora da escola e dos livros. Com isso, os muros que separam os conhecimentos acadêmicos dos saberes comuns caem e se cria um processo de globalização dos saberes que servem de base para o processo de socialização das novas gerações advindos tanto das instituições (escola, família, igreja, etc.) como, especialmente, da mídia. Diante disso, o jornalismo acaba por também ocupar um papel representativo tanto na circulação de saberes presentes em outras instâncias como também na configuração e legitimação de saberes próprios (instituídos pela ambiência midiática). E essa circularidade dos saberes, em cada interação, vai se complementando, como um verdadeiro “quebra-cabeças”, cuja montagem depende de cada ator que conforma essa trama comunicacional.

Portanto, evidencia-se que o jornalismo constitui como um dentre outros tantos lugares por onde o discurso do verdadeiro pode se constituir, criando novos campos do saber. Mas o que são as verdades? Portanto, explicitemos melhor no tópico seguinte.

2.3.4 Verdades

Antes de falarmos a maneira pela qual Foucault se refere às verdades, colocamos algumas ideias de Nietzsche sobre isso. Nietzsche nos esclarece primeiro o efeito das verdades quando diz que

[...] na medida em que o homem, ao mesmo tempo por necessidade e por tédio, quer viver em sociedade e no rebanho, necessário lhe é concluir a paz. [...] De fato, aquilo que daqui em diante deve ser a ‘verdade’ é então, fixado, quer dizer, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas [...] (NIETZSCHE, [1873] 1999, p. 54)

É justamente nesse acordo que Nietzsche acredita alcançá-las. No dizer desse filósofo o homem, para manter-se em um rebanho, considera como verdade a forma de pensar do próprio rebanho e, do lado oposto, tem como mentira aquilo que pode excluí-lo de tal grupo. Assim, o homem utiliza seu intelecto “com fins de dissimulação”. Ou seja, para se inserir e conviver de forma pacífica em um determinado grupo o homem passa a procurar uma verdade e a cultuá-la. Dessa forma, ela não existe em si mesma, não preexiste à ação humana; de fato, ela resulta de um julgamento coletivo que representa idealmente a opinião da maioria, vale para o conjunto da coletividade. E é dessa verdade que a mídia fala, a verdade da maioria para a maioria.

Portanto, viver em sociedade exige alguns princípios que devam respeitar certas normas, criando o binômio de oposição, que se contrapõe em um longo duelo: verdades x mentiras.

É por meio da linguagem que os homens vão se entender sobre as determinadas formas de agir dentro do rebanho e dentro da sociedade e essas formas vão determinar as verdades. O sistema de códigos da linguagem nasce com a necessidade de comunicação imposta pela vida em grupo. Segundo Nietzsche, para o homem dizer uma verdade ou uma mentira, utiliza-se de palavras, mas essas são metáforas do real, pois não correspondem ao real. Por isso, esse filósofo considera as verdades como ilusão, pois a palavra não pode representar perfeitamente o objeto e, com isso, permitir descrever a realidade. Com isso podemos afirmar que há um processo interpretativo sobre a realidade e esse ato é uma ilusão, ou seja, uma simulação, a qual não tem um valor menor em relação à realidade; ao contrário, ela correlaciona a uma perspectiva (uma verdade para mim), abarcando uma parte da realidade e não ela toda. É o que transmite Nietzsche ao dizer:

O que é, portanto, a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; [...] que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal. (NIETZSCHE, [1873] 1999, p. 57)

O filósofo mostra que o homem procura uma “verdade” que esteja diretamente ligada a um mundo verdadeiro, ou seja, a um mundo que deveria caracterizar-se justamente pela estabilidade, permanência e unidade. Mas o que ele possui é uma crença sobre os objetos. Sobre essa questão, Nietzsche (1873, 1999) afirma que “acreditamos saber algo das coisas em si mesmas, quando falamos de árvores, de cores, de neve e de flores e, entretanto, não possuímos nada mais que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades originais”. Portanto o homem possui uma vontade de uma verdade, que decorre do seu sentimento de ter a sua prática de vida pautada em estabilidade e solidez.

Segundo Navarro (2010, p. 83), “desde a antiguidade até os dias de hoje, a vontade de verdade representa a busca de um discurso verdadeiro, capaz de impor saber e poder”. E com essa vontade da verdade constitui-se um sistema de exclusão, que “alicerçado num suporte institucional, que aplica, valoriza e distribui o discurso ‘verdadeiro’ no interior da sociedade”.

Assim percebemos que a verdade faz parte de um determinado conjunto de estratégias de poder e de saber que conduzem nossos atos e pensamentos e que conduzem nossa subjetividade. E uma das formas de sustentar o discurso da verdade está, sem dúvida, na mídia.

Segundo Foucault (2005, p. 14), as verdades são “...um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, percebendo-a com vínculo a sistemas de produção e controle de poder, os “Regimes da Verdade”. Dessa forma, o pensamento do teórico não pretende definir analiticamente o grau de verdade de determinado discurso de uma época, para que se possa avaliar se ele é mais ou menos verdadeiro quando comparado ao de outra época. As verdades são, então, produzidas historicamente por meio dos jogos discursivos que são um conjunto de regras no qual está posto o falso e o verdadeiro.

Conforme Nietzsche concebe a verdade, podemos relacionar ao que Foucault fala sobre os regimes de verdades. As sociedades de discurso, mostradas por Foucault, ao viverem em seus “rebanhos” criam suas verdades, seus regimes de verdades, com isso se estabelece um saber, o qual cria um processo de oposição: o verdadeiro X falso e também controla o que se diz, como se diz e aquele que pode dizer, funcionando como procedimentos de exclusão na ordem do discurso. Ou seja, é o rebanho (sociedade de discurso) que impõe a forma de pensar e também valida o que é verdadeiro e o que é falso de uma determinada época. Assim, certos enunciados, dependendo do local em que são proferidos ou de quem os declara, ganham o estatuto de “verdadeiro” mesmo não o sendo. Para o filósofo francês, a produção dos discursos nas sociedades não se dá de forma natural e ingênua. Segundo ele, o dizer é regulado, selecionado, tendo a palavra um poder que organiza o que é dito.

Mas acreditamos que esse controle acaba dimensionando a verdade como propriedade privada, ou seja, um monopólio da verdade. Courtine (2006a, p. 17) afirma sobre Disraeli “somente o *gentleman* sabe por natureza quando convém dizer a verdade e quando é necessário silenciá-la ou travesti-la”.

Isso é bem evidenciado no jornalismo, pois ele seleciona o que pode ser dito e descarta outros discursos, instaurando assim

(...) sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2005, p. 12)

Diante disso, podemos dizer que o homem, em seu rebanho/sociedade de discurso, interpreta o mundo por metáforas, com sua subjetividade, e atribui o valor de verdade à interpretação, aos textos, mas conforme seu rebanho e seu momento histórico e social. Assim, essas verdades constituem o que Foucault (2009a) chama de formações discursivas – regras anônimas que determinam a maneira de pensar, de interpretar, de agir de cada sociedade em determinado tempo. Ou seja, há um jogo de interpretações entre o discurso verdadeiro e o falso, na medida em que a adesão a um discurso como verdadeiro, leva, necessariamente, a se considerar o outro como falso. Então as verdades funcionam como norma na sociedade, permitindo ao poder julgar, condenar, classificar os indivíduos, obrigá-los a condutas, exterminá-los, tudo com base em discursos formais e normativos e elas são construídas para manter um poder. De acordo com Coracini (2005, p. 27)

[...] não vemos ou não lemos o que queremos (de forma independente) a qualquer momento e em qualquer lugar, assim como não podemos dizer ou fazer o que quisermos em qualquer lugar e em qualquer momento: há regras, leis do momento que autorizam a produção de certos sentidos e não de outro.

E nesse controle discursivo, percebemos que no jornalismo há um espaço bem propício para o monopólio discursivo, pois nesse lugar torna-se possível a produção e circulação de discursos na sociedade. Dessa forma, os relatos jornalísticos são parte e reproduzem uma ordem discursiva, a qual identifica o que é verdadeiro e o que é falso, determinando o que pode e deve ser dito e quem tem o direito à palavra (FOUCAULT, 2010).

E a mídia fala para a maioria. Gomes (2003, p. 39) explica que

todos os mártires, os de uma religião, de uma ideologia, de uma pátria ou de um regime fazem exatamente isso: fazem valer, dando testemunho com sua palavra e sua palavra na vida, uma lei para eles maior que todas as demais instituídas, uma verdade sem sua plenitude. E é a pena imposta que lhes valida a posição, ratifica o lugar de onde esta pode ser delineada.

Portanto, nossas vidas estão organizadas em função de um discurso legitimado na sociedade, elegendo-o sem nos perguntarmos se discursos jornalísticos são efetivamente verdadeiros. Mas, ao assumi-los como verdades ou com mentiras, eles acabam funcionando mais uma vez como parâmetro, como regra, e uma maneira de guiar os comportamentos e os pensamentos. Muitas vezes, sem lermos um texto em um jornal ou revista e somente pelo nome, pela ideia de autoridade que esse nome carrega, já consideramos esse discurso como verdadeiro, mesmo sem analisar e discutir, simplesmente pela figura de autoridade do autor. Veiga-Neto (1996, p. 88) apoiado em Foucault, reforça esse pensamento ao dizer que

ao invés de perguntar “isso é verdadeiro?”, é melhor perguntar “como isso se tornou verdadeiro?”, “que efeitos tal verdade produz?”, “qual nossa relação com essas verdades?”, “poderemos alterar essa ou aquela verdade?”. Como se vê, ao contrário do que afirma alguns de seus críticos, para Foucault as verdades existem sim, mas “são deste mundo”.

Assim, o jornalismo, como elemento de mediação, emite discursos, acionando regimes de verdade. E isso é possível porque ele é uma instância social que, ao longo das últimas décadas, conquistou legitimidade para descrever e interpretar discursivamente a realidade. Além disso, o verossímil no jornalismo, ou seja, o real, não se deixa apreender diretamente, garante a credibilidade para os suportes midiáticos e também criar a imagem do enunciador que sustenta um discurso verdadeiro. Esse aspecto é bem caracterizado por Navarro (2010, p. 86) quando diz que “as estratégias de construção de efeitos de realidade funcionam como índices de referencialidade que conferem aos discursos um caráter verossímil, assegurando-lhes a credibilidade”. Dessa forma, na prática jornalística manifesta-se a vontade de verdade, ou seja, o desejo de ser aceita, pelos leitores, como uma fonte de verdade dos fatos que apresenta.

Amparado, então, por um tipo de “contrato social”, o jornalismo passa a ser considerado o condutor das “verdades”, promove a defesa e/ou acusa tudo o que possa gerar abusos governamentais e demais desrespeitos contra a sociedade. A capacidade de fazer crer do jornalismo, de que aquilo que ele diz a respeito dos fatos e acontecimentos do mundo se constituem em verdades, de que fazem parte da realidade, é uma premissa do contrato de leitura/comunicação que o jornal possui com a sociedade (CHARAUDEAU, 2006). Ou seja, a construção da verdade no jornalismo não se dá unicamente através de sua referência ao real, aos fatos, mas é um resultado das relações de poder e do contexto histórico que condicionam o seu aparecimento. Em suma, a verdade jornalística se caracteriza por ser uma verdade adjetiva

e retórica, na medida em que precisa mostrar-se por meio de argumentos para ser percebida e aceita como tal (SOUSA, 2002)

Porém, dentre a multiplicidade dos meios de comunicação que se instauram no século XX, os jornais e as revistas são suportes de mediatização da cena pública e fazem do seu discurso um dispositivo de poder capaz de convencer e governar outras pessoas. Nos termos de Piovezani (2003), a política se midiática enquanto a mídia se politiza.

Com isso, o jornalismo acaba assumindo um papel político, ao produzir e fazer circular discursos sobre a política. Conforme Piovezani (2003) essa esfera ocupa um lugar de agente (político) que está em campanha permanente.

E a atividade jornalística torna-se o espaço privilegiado para expor política na atualidade, tanto em momentos excepcionais, a exemplo das eleições, quanto no ordinário da política, no seu dia a dia. Esse deslocamento retira a primazia da rua, como lugar privilegiado de realização da política, como acontecia em outros tempos.

Não queremos dizer que esses lugares e expedientes políticos deixaram de existir, mas não há dúvida de que uma significativa parcela da atividade política hoje se realiza na dimensão pública instituída em vários ambientes midiáticos. Nesse cenário, consolida-se a visão de que não é possível conceber um papel menor para os meios de comunicação de massa na realidade política de hoje.

Assim, ao assumir o papel de agente político, o jornalismo passa inevitavelmente a obedecer a padrões, produzindo “metáforas das coisas”.

E no jornalismo o poder de “mentir” é legítimo?

2.3.4.1 Nem tudo se pode dizer e saber

O discurso jornalístico, ao procurar estabelecer seu sistema de interpretações, é legitimado pela sociedade como produtor da “verdade”. Estamos, assim, mergulhados em universos de interpretações. Mas nesse universo há uma ordem discursiva que procura controlar o dizer, na tentativa de manter os sentidos estabilizados de suas verdades.

O discurso jornalístico ocupa o lugar de mediar os interesses sociais. Ao se apresentar como mediador dos conflitos e também dos acordos sociais, ele também expressa nos seus discursos, como ator social, os interesses políticos e sociais.

Dessa forma, podemos verificar um paradoxo (verdadeiro x falso) funcionando como um jogo, o qual está submetido às regras e nesse jogo a mentira acaba por ser a enganação. Mas, nós não nascemos mentirosos, fomos educados para sê-lo.

Pensando de forma semelhante, Courtine (2006a, p. 17), ao reler o texto “A Arte da Mentira Política”³ chega à conclusão de que o discurso político é enganoso, pois esse oculta a verdade para o bem social, nos nossos dias atuais. Essa questão já vem desde *A República de Platão a O Príncipe de Maquiavel*.

Portanto, o povo não tem nenhum direito sobre a verdade política, pois essa foi e ainda continua sendo de poucos, enquanto a mentira é um direito alienável. Mas é preciso saber mentir com prudência, é o que nos recomenda (Courtine, 2006a, p. 19) em sua leitura desse livro. Resumidamente, o texto apresenta três interpretações distintas sobre a mentira: *a moralista, a cínica e a satírica*. Para a primeira interpretação, mentir é contra os padrões éticos, já para a interpretação cínica, aceitam-se as mentiras, em sua maior parte, a fim de evitar conflitos políticos e sociais e para a interpretação satírica invoca a mentira para dizer a verdade de modo dissimulado. Esse modo torna-se uma sátira com propósitos humorísticos quando explicita pelo tom jocoso que de fato está sendo enganado, nesses casos é com frequência tratada como não sendo imoral ou oportuna, mas uma forma crítica velada bastante comum entre humoristas, escritores e poetas.

Courtine (2006a) denomina de “mentir verdadeiro” não apenas o artifício discursivo, mas também a *negação de algo que é verdadeiro* (um modo de interpretação que desqualifica outras formas de interpretar como sendo mentirosas). Nessa perspectiva, podemos perceber que há alguns tipos de mentira que são considerados aceitáveis, desejáveis ou até mesmo obrigatórios, devido à convenção social. Mas, a falsidade política distingue-se dessas mentiras sociais e de etiqueta. Para Courtine (2006a), a mentira política consiste na arte de convencer o povo a agir de modo inconsciente, a manipulá-lo. Ao contrário da verdade, que é aristocrática e restrita; a mentira é democrática e todos podem dela se servir.

Como podemos verificar, devemos adequar a enganação à verdade. Com isso, cria-se um difícil impasse: Sempre o outro se expressa com sinceramente? É impossível estar certo sobre os dizeres alheios. Ou melhor, o problema da certeza da aliança entre a teoria e a prática, entre o que se diz e o que se faz, entre a verdade e a vida. Em outros termos, é a retomada de um ponto de articulação entre os discursos e as ações. Por exemplo, a lei não é expressão contratual do poder, ela é o próprio poder que descreve, analisa e classifica as condutas humanas, instituindo uma guerra de estratégias de uma determinada relação de forças, mas gera também exceções.

³ No texto *A Arte da Mentira Política* tudo é enganoso: o autor, a procedência e o próprio motivo do texto. O texto atribuído pela Biblioteca Nacional de Paris e por Sir Walter Scott a Jonathan Swift parece ter sido realmente escrito por seu amigo John Arbuthnot (1667-1735), médico da rainha Anna e autor satírico escocês. Em relação à procedência, o texto foi originalmente publicado em francês em Amsterdã em 1733; e, em relação ao seu propósito, trata-se de uma publicidade de uma assinatura de dois volumes com o mesmo nome: *a arte da mentira política*, sem revelar seu autor.

E essas forças, que não conhecemos e atravessam o presente, devem ser interrogadas, pois é uma época confusa na qual se implementa o controle social à distância, faz aparecerem novas estratégias de monitoramento e controle das formas de conduta.

Mas na instauração desse “caos” o legado intelectual de Michel Foucault é fundamental para compreender as recentes configurações do espaço político gangrenado por palavras de ordem politicamente corretas e completamente vazias. Isso é bem evidenciado na fabricação de carros, pois esses saem da fábrica com velocímetros demarcando até 200 quilômetros por hora, mas a “norma” estabelece a velocidade máxima de 80 nas placas de trânsito. Portanto, esse é apenas um exemplo entre tantos que mostra a exceção sendo a regra, ou seja, a desarticulação entre discurso e ações. Observamos, no entanto, que este universo ilusório, formado por tantas e tão diferentes mentiras, forma a arte de mentir e de dissimular.

Desse modo, os dizeres jornalísticos, como agentes políticos, têm a fome de “produzir ‘verdades’ e a vontade espectral de comer ‘verdades’ – a fome com a vontade de comer”. (PIOVEZANI, 2003, p. 61). Com isso, não importa mais o que o jornalista quis dizer ou o que deixou de dizer, mas o que está dito por ele, isto é, o que faz com que seu discurso pareça verdadeiro, ou melhor, adapte a enganação à verdade, quando é manifestado. Podemos considerar, então, que, no jornalismo, há sociedades de discurso que procuram expor como verdade a sua interpretação, cada uma com seu regime de verdades e de poderes que se excluem mutuamente. Dito de outra forma, há um jogo ideológico de interpretações entre o discurso verdadeiro e o falso, na medida em que a adesão a um discurso como verdadeiro, leva, necessariamente, a se considerar o outro como falso. Assim, Foucault (2009a, p. 28) afirma que

é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Com isso, percebemos que é preciso acreditar na impossibilidade de signos primeiros, originais, coerentes e sistemáticos. Por isso, devemos abandonar a ilusão da origem do discurso e da verdade. E o jornalismo, ao ser uma instância desse jogo discursivo, estabelece um regime de visibilidade à distância, tendo o papel de intérprete, ao atribuir o valor de verdade à interpretação, aos textos. Mas os discursos atravessados na tessitura dos textos jornalísticos estão inseridos em um contexto histórico-social.

E, ao falante, segundo afirma Bakhtin (2003, p. 285) “não são *dadas* apenas as formas da língua nacional a composição vocabular e a estrutura gramatical *obrigatórias* para enunciar,

mas também as formas de enunciado *obrigatórias*, isto é, os gêneros do discurso”. Mas o que é o gênero do discurso?

2.4 Gênero – uma prática discursiva

Conforme a colocação anterior de Bakhtin (2003), percebemos que uma comunidade discursiva e, no nosso caso, a esfera jornalística, partilha das normas preestabelecidas tanto pela Língua quanto pelas formas dos enunciados no processo de comunicação. Quando Bakhtin aponta as palavras “dadas” e “obrigatórias” atribuímos um sentido normativo e limitador dos discursos possíveis de irrupção. Além disso, percebemos aí um ato fundamentalmente regido por normas, na ordem discursiva, como disse também Foucault.

No discurso jornalístico, há a manifestação de alguns dizeres já legitimados, os quais refletem as condições específicas, pelo conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem e por sua construção composicional. Dessa forma, o discurso jornalístico elabora enunciados “relativamente estáveis”, ou como diz Bakhtin, os gêneros discursivos. Para entendermos melhor isso, vejamos a definição de Bakhtin (2003, p. 282) sobre gênero.

Gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto à comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores.

Diante dessas considerações sobre o gênero, é fato que, no campo jornalístico não há uma construção individual, dos enunciados, pois o jornalista fala a partir do gênero em que ele se inscreve para dizer. Portanto, nada, linguisticamente, pode ser dito sem ser por meio de um gênero.

Os gêneros, vistos por essa perspectiva, podem ser considerados como práticas discursivas estabelecidas para a ação conjunta de interação entre os indivíduos e se ampliam de acordo com o desenvolvimento das próprias esferas. Como a prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, construídas coletivamente, e que definem as condições de exercício da função enunciativa, não pode ser confundida com a operação expressiva individual de um sujeito ou com a sua competência discursiva. Nesse sentido, buscamos, em nosso estudo sobre gêneros discursivos, aproximá-lo a concepção de práticas discursivas, bem como dos princípios de controle do discurso.

Portanto, pertencimento a um gênero e não a outro se configura como um limite, ou melhor, como um controle do discurso, princípio também dito por Foucault (2010). Em suma, os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Ousamos até dizer que os gêneros são a nossa forma de inserção, ação e controle social.

E os textos jornalísticos, de uma determinada maneira, obedecem a um conjunto de regras de uso e de construção para falarem, definidas historicamente e essas delineiam as condições de produção de uma determinada prática discursiva, ou seja, de um gênero do discurso. Esse ciclo enunciativo acontece, porque nessa esfera discursiva dá condição de existência aos enunciados e possibilita a sua repetição.

Bakhtin (2003) nos informa ainda que, para haver a comunicação verbal, o sujeito tem à sua disposição uma imensa variedade de gêneros discursivos, tipos relativamente estáveis de enunciados, mas pelas exigências enunciativas, inscreve-se em um determinado gênero. É o que esse teórico (2003, p. 262) reforça ao comentar que

a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve.

Conforme Bakhtin, em cada campo de atividade humana, empregam-se gêneros que correspondem às suas condições específicas, por isso são infinitos, históricos e mutáveis ao longo do tempo. Assim, quando Bakhtin afirma sobre a relativa estabilidade, devemos entender como historicamente situada, geograficamente cerceada, social e identitariamente circunscrita e discursivamente aberta.

Assim, a constituição e o reconhecimento de um *gênero* se apoiam sempre nos domínios que a própria sociedade constrói ao se comunicar. Essas formas ou domínios são relativamente cristalizados para tornar a comunicação possível, senão os indivíduos viveriam numa espécie de caos comunicativo, em que todos precisariam inventar, a todo o tempo, formas de interação.

Como os gêneros surgem e se desenvolvem como práticas culturais rotineiras, na esfera jornalística, para se pronunciar, o jornalista pode se inscrever em diversos gêneros discursivos, tais como: artigo de opinião, crônica, editorial, entrevista, notícia, reportagem, resenha... Mas dentre esses, o jornalista, para poder compartilhar o “consenso comunicativo”, inscreve-se no gênero editorial. Mas o que realmente compreende o editorial?

2.4.1 Editorial – uma voz social

Diversos gêneros, no domínio discursivo jornalístico, compartilham o mesmo espaço em jornais e revistas. Muitas vezes, nesse espaço discursivo, não há muita clareza para distinguir um gênero do outro, principalmente os opinativos. Porém, quando cada um se constitui como discurso, aponta para *caminhos distintos* para atingir o seu leitor. Dentre esses variados gêneros nesse domínio, está o editorial, o qual reflete uma tendência em abordar temáticas relacionadas ao universo da política, economia e administração.

A Folha de S. Paulo e a *Carta Capital*, por exemplo, apresentaram, em todos os seus editoriais, respectivamente, desde o início da campanha eleitoral até o seu término, seus posicionamentos sobre os candidatos, mas em grande maioria sobre a candidata Dilma. E o editorial, a voz de um grupo de cidadãos, é um gênero necessário para irromper esses posicionamentos.

Mas a voz da empresa não é uníssona, porque ela somente utiliza a voz do editorialista para expor um determinado ponto de vista. Reforçamos essa ideia com Melo (1985, p. 79) ao esclarecer que, “nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”.

Como podemos perceber, com o seguinte enunciado dito no editorial do jornal *Folha de S. Paulo* “Os brasileiros precisam de informações” (*Folha de S. Paulo*, 17/09/2010) o jornalista-editorialista fala em suporte específico, posiciona-se sobre o processo eleitoral a partir de um gênero discursivo, o editorial, mas busca legitimar os direitos e interesses dos grupos a quem se dirige. Mas uma ordem do discurso se impõe a ele e o modo de enunciação encontra-se, assim, sobre uma liberdade controlada.

Segundo Faria (1997), o editorial é um

texto jornalístico *opinativo*, escrito de maneira *impessoal* e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e *expressa o ponto de vista* do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para jornal, *traços estilísticos peculiares*. (...) A página editorial *tem um estilo* que acompanha as tendências do jornal, o próprio ‘estilo’ do jornal. Esse ‘estilo’ é equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo. (FARIA, 1997, p. 118-9) (Grifos nossos)

Pelas colocações de Faria (1997), percebemos um contraponto. Como pode ocorrer à impessoalidade nesse gênero discursivo, quando se diz de um determinado modo (*traços estilísticos peculiares*), e se têm em vista os efeitos de sentido? Ao empregar palavras como:

“opinativo”, “ponto de vista”, “estilo”, observamos que há o efeito de uma inscrição, ou seja, efeito de exigências enunciativas para produzir esses enunciados.

Observamos que os enunciados materializados nos editoriais da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* marcam um estilo de comunicar, o qual chama a atenção do sujeito-leitor para essa temática e lhe provoca uma reação, um sentimento, uma reflexão sobre os fatos apresentados sobre Dilma.

Possenti (2001, p. 228) parte do pressuposto de que existe estilo em qualquer linguagem simplesmente porque toda linguagem é produto do trabalho de seus usuários. Nesse sentido, no editorial há estilo, pois traz marcas do sujeito. É, portanto, possível

ver estilo tanto no poema mais originalmente elaborado e mais impressionante do ponto de vista estético, quanto num ofício individual escolhido entre milhares exatamente idênticos que uma secretária datilografa no curso de uma carreira, por mais que ela seja eficiente e burocrática, isto é, por mais que ela os execute uniformemente e retire deles qualquer resquício de falta de objetividade. Porque, afinal, um ofício é o resultado de um trabalho longo, destinado exatamente a apagar dele qualquer marca de individualidade, o que significa que é o resultado de uma ideia de forma que aos poucos se concretizou (mesmo esquecendo estrategicamente o fato de que os ofícios têm datas, destinatários e assinaturas, que os individualizam. (POSSENTI, 2001, p. 247-248)

Portanto, essa marcação de estilo discursivamente determina também a inscrição do sujeito no gênero em que estamos analisando, pela especificidade da esfera discursiva (jornalística), pelas considerações do sentido do objeto (ou temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva e pelos seus participantes. É fato que, segundo Bakhtin (2003), cada esfera social conhece seus gêneros apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. “O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento” (BAKHTIN, 2003, p. 266). “Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados dos outros” (BAKHTIN, 2003, p. 294). A partir disso, entendemos, com Bakhtin (2003, p. 313) que

as palavras da língua não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo, só as ouvimos em forma de enunciados individuais, só as lemos em obras individuais, e elas possuem uma expressividade que deixou de ser apenas típica e tornou-se também individualizada (segundo o gênero a que pertence), em função do contexto individual, irreproduzível, do enunciado.

Nessa perspectiva, o estilo reflete uma visão de mundo, um modo de ver, de pensar, de deliberar e está repleto de práticas discursivas que denotam certas veracidades que são construídas pelo jornalista-editorialista devido a sua relação e percepção do momento histórico sobre a eleição. Portanto, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* marcam o seu estilo, quando apresentam os enunciados, os quais representam a ótica da qual as duas empresas jornalísticas veem o

processo decisório sobre a escolha do candidato(a) à eleição. E como esse acontecimento denota relevância político-social, é dito especificamente em um editorial – um evento comunicativo avaliativo de um determinado fato ou acontecimento discursivo. Podemos reforçar essa ideia com Navarro (2010, p. 81) quando ele coloca que

o jornalista expõe suas opiniões e versões diferentes de um mesmo fato. O conhecimento histórico produzido pela escrita jornalística não se confunde, certamente, com o acontecimento tal como ocorreu na atualidade, pois é construído em um tempo diferente (...). Esse conhecimento é, pois um produto que envolve escolha de abordagem, reflexão sobre as informações, problematização, interpretação, análise, ordenação temporal de uma série de acontecimentos e localização espacial na Folha de S. Paulo do jornal ou da revista. E um conhecimento que envolve, portanto, *memórias individuais* (a do jornalista) e *memórias coletivas* emolduradas pelo conjunto de acontecimentos organizados pela narrativa histórica. (Grifos nossos)

Afirmar que “o jornalista expõe suas opiniões e versões diferentes de um mesmo fato” não produz apenas um texto opinativo, mas um registro e visibilidade de saberes, da história e da memória do momento político, ou seja, da eleição para presidente. Assim, os sujeitos-editorialistas, ao falarem em um editorial, lutam pela manutenção ou pela exposição de valores herdados que os constituem e garantem a sua circulação, às vezes, convertendo-se em princípios verdadeiros. Mas a adesão a essas verdades não se dá de forma passiva, ao contrário é variável, podendo ser refutada ou aceita.

E falar sobre a eleição, por exemplo, vai ganhar corpo e estilo nesse gênero, pois nesse espaço discursivo dimensiona, transforma e constrói o que é dito. Portanto, quando os sujeito-editorialistas da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* falam sobre a eleição vão falar de acordo com os jornalistas, dialogando ou não com outras vozes sociais e atividades que fizeram circular essa mesma temática em tempos e espaços diferentes.

Nesses termos, podemos pensar o editorial como algo da ordem da incompletude por ser muito mais um filtro controlador de temas e de descrição/interpretação dos acontecimentos do que uma distribuição generosa do conhecimento. Quando os sujeito-editorialistas dessa revista e desse jornal procuram levar ao leitor o lado menos visível dos fatos sobre a disputa na eleição presidencial, integrando discursos repletos de discursos outros, não podemos compreendê-lo como um gênero fechado, acabado e escrito de maneira impessoal, como é dito anteriormente por Faria.

Em função disso, reafirmamos que, por não ter apenas característica opinativa, esse gênero discursivo é um somatório de ideias compartilhadas pela opinião pública, funcionando como um *porta-voz*.

Mas “Quem no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular?” (FOUCAULT, 2009a, p. 56).

2.4.2 Jornalista-editorialista – o discurso autorizado

Na ótica da Análise do Discurso, o conceito de sujeito é visto na forma de embates teóricos que se dão em torno dessa ideia. Mas não vamos aqui apresentar esses conflitos de concepções, pois somente queremos tratar de um sujeito que ocupa lugares sócio-discursivos, enunciando a partir de regras sociais (regras de poder) específicas a cada situação discursiva. Courtine (2009) esclarece-nos que não se pode conceber o sujeito como mestre de suas escolhas e daquilo que enuncia. Considerando essa perspectiva, percebemos que uma ordem do discurso se impõe ao jornalista-editorialista e o modo de enunciação encontra-se, assim, sobre uma “liberdade controlada”.

Em consonância com o pensamento de Nietzsche, o qual preconizava a constituição do homem ao longo da história, Foucault rompe com as concepções estruturalistas e marxistas althusserianas, pois este, fazendo uma releitura daquele, não concebe o sujeito como uma essência pré-histórica, ou ahistórica, nem como condição primeira de todas as coisas. Também não vê o sujeito como núcleo central, a partir do qual seriam construídos todos os outros conceitos que formariam seu pensamento, mas como um composto histórico, uma determinada identidade produzida e concebida como sua por forças em um determinado período histórico. Segundo Paniago (2005, p. 37),

o sujeito de um enunciado não pode ser considerado como origem individual ou autônoma do que foi dito, ou seja, ele não tem controle total dos efeitos de sentido que sua enunciação vai produzir, como se houvesse uma intenção comunicativa sempre recuperável pelo interlocutor.

Dessa forma, desfaz-se toda e qualquer possibilidade de o sujeito ter total domínio sobre seu discurso e sobre as escolhas sintáticas e semânticas que faz e ser o centro de todo conhecimento bem como manifestar-se apto a escolher e dizer verdades da/na história.

Fernandes (2007, p. 35) afirma que “compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz”. É importante enfatizar ainda que não estamos falando de um indivíduo, mas de lugares sociais que determinam os sujeito e que são mutáveis. Assim, como a linguagem, ele está em um constante processo de formação, disperso em um mundo cuja durabilidade é descartável. Ou seja, o sujeito é algo em permanente construção através das práticas discursivas de cada época, de cada momento.

Para Foucault (2005, p.7), o sujeito é aquele que produz sentido e fala apenas no interior das fronteiras do discurso do momento historicamente, isto é, “o sujeito é constituído na trama histórica”, ou seja, ele não é agente nem ponto de partida do dizer. Portanto, esse sujeito que fala é o sujeito do discurso, o qual pode ser o psiquiatra, ao falar da loucura; o cirurgião

plástico, ao falar da beleza; o jornalista; ao falar do processo eleitoral etc. Mas esse sujeito não deve ser visto como uma pessoa, é um lugar privilegiado a ser preenchido.

E ao analisarmos os discursos produzidos nos editoriais que compõem o corpus desta pesquisa, percebemos que jornalista-editorialista está submetido aos limites impostos pelo lugar de onde fala e deve seguir certos ordenamentos. Por isso, ele não está livre em seu discurso, também deve seguir regras discursivas postas pela instituição, pelo gênero discursivo, pelos sujeitos que escrevem o texto e pelo próprio discurso, que se auto-controla.

Assim, há uma “hierarquia discursiva”, pois o sujeito-editorialista ao enunciar precisa se submeter à ordem discursivo-social, à ordem discursiva-institucional e à ordem discursiva do gênero. Navarro (2010, p. 83) pontua que

o sujeito-editorialista passa sempre pelo crivo editorial, que exerce a função de manter determinados padrões nos jornais e revistas, os quais são motivados por uma combinação de razões ideológicas e econômicas.

Reforçando essa ideia, o sujeito ao enunciar não cita o que deseja, como deseja, em função de seus objetivos, do público visado. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação. Diante dessa regulação, verificamos que o sujeito-editorialista atua somente como mediador entre os acontecimentos, destacando-os, selecionando o que julga indispensável para os objetivos da instituição à qual está submetido e criando versões sobre eles. Desse modo, ao assumir o domínio das palavras, ele sintetiza a pluralidade dos discursos interessados na opinião institucional.

Nessa perspectiva, o discurso em um editorial é o resultado de um processo de dispersão dos discursos de vários sujeitos e sua continuidade em relação aos próprios discursos.

E, citando as palavras de Foucault,

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, uma série de enunciados, diferentes posições e assumir um papel de diferentes sujeitos. (2009, p. 105)

Percebemos, então, que o lugar do sujeito é vazio, até ser ocupado por alguém com condições normatizadas por instituições sociais e legais. Condições essas que, reguladas pelas práticas discursivas que emergem no tempo, legitimam a posição do sujeito.

Diante desse raciocínio, o jornalista-editorialista pode assumir a posição do intelectual específico determinado por Foucault (2005), porque também ocupa uma posição específica, politiza a ação cotidiana de indivíduos e coletivos nos diversos espaços sociais e pode facilmente

empreender discursos variados que se adaptem a contexturas específicas de forma bem sutil, quase despercebida, engajando-se na produção de saberes e verdades. Segundo esse teórico, o intelectual específico produz seu discurso sobre problemas bem pontuais, sua atuação é local e regional, sem se colocar no “plano da totalidade”.

Nessa perspectiva, podemos perceber que o jornalista-editorialista da *Folha de S. Paulo* falando de um lugar do intelectual, ao produzir seus discursos sobre a eleição presidencial em 2010, não critica simplesmente o presente, mas ao demonstrar a contingência do presente, desestrutura-o como resultado de um processo histórico, ou seja, diz o que ele é, faz uma prescrição do real. Ou seja, o seu trabalho não é modelar a vontade política dos sujeitos-leitores, mas pelas análises que faz sobre a candidata, reinterroga as evidências e os postulados, abala os costumes, os modos de fazer e de pensar.

Quando a revista *Carta Capital* emite o seguinte enunciado, “A revista *Veja* está aí para essas coisas, enquanto a *Folha de S. Paulo* reedita na tevê um velho anúncio disposto a evocar Hitler para concluir, à moda fernandista, que algumas verdades constroem mentira”, tem a capacidade de interrogar enquanto cidadão preocupado mais com a situação da banalização da mídia, fazendo seus questionamentos pessoais. Ou seja, o jornalista-editorialista posiciona-se como cidadão, a partir de uma questão política, e limita-se a fazer seu trabalho, colocando em discussão evidências que, na realidade, não o são.

Antes de finalizarmos a questão do sujeito, apesar de a constituição dos sujeitos apresentar diferenças entre Bakhtin e Foucault, acreditamos que podemos fazer aqui uma aproximação entre esses dois teóricos. Para Foucault, o sujeito está em constante interação e conflito com o outro, que o vigia, disciplina e pune, exercendo uma espécie de microfísica do poder; para Bakhtin, também há interação e conflito com o outro, visto que nossa fala só adquire concreção a partir da percepção do outro, cuja presença estrutura nossa fala. O sujeito se faz nesse processo de confronto e não há, para ambos, uma ideia de progresso, de superação dialética e de ponto final em que se chegue a um ideal de sujeito. O sujeito do discurso seria, assim, uma dispersão de vozes. E nessa dispersão, quem pode ser responsável pelo efeito de fechamento do texto?

2.4.3 Jornalista-autor – controle no discurso jornalístico

Os sujeitos-editorialistas, ao serem afetados e controlados pelos discursos, organizam as várias vozes no editorial de maneira particular e, nessa perspectiva, acreditamos ser possível vislumbrar a presença de autoria nos seus editoriais, porque, antes mesmo de iniciar seu processo de escrita, investe-se da figura de autor para, só então, lançar mão do caráter dialógico

do discurso. Para pensarmos a autoria sob a ótica discursiva, decidimos utilizar somente os pressupostos de Foucault (2010).

Conforme apregoa Foucault (2010), não podemos entender o autor como indivíduo que escreveu o texto, mas como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações, como foco de sua coerência, como funcionário do discurso. Ao dizer isso, mostra-nos que não se trata de negar o indivíduo que executa as operações físicas e mecânicas de escrever, desenhar ou criar; seu foco está na função autor que esse sujeito permite funcionar a cada momento. Mas é importante ressaltarmos que o discurso do autor deixa de pertencer somente a si e passa a fazer parte do universo sócio-cultural humano, o que reflete o atravessamento discursivo de outros em um mesmo discurso. O que fica do autor, portanto, é o modo como esse enunciado foi organizado.

É assim que Foucault concebe a autoria: como sendo uma função que o sujeito exerce no momento em que produz seus discursos, sejam eles ficcionais ou não. Ou seja, na autoria, o sujeito ao se colocar na posição de autor, é o responsável pelo efeito de fechamento do texto, ou seja, agrupamento das diversas vozes sociais.

E nos editoriais analisados, na nossa pesquisa, por disporem de um espaço determinado para veicular suas ideias, é possível verificarmos a distinção entre o jornalista-autor e o jornalista-editorialista, os quais ocupam lugares (posições) diferentes na realização da atividade autoral. Essa diferença está no fato de que, “estrategicamente”, esse jornalista-editorialista é, em primeira instância, “cindido”, pois, ao produzir o editorial, ele ocupa a função, ao mesmo tempo, de jornalista-editorialista e também de jornalista-autor. Este organiza as vozes discursivas no momento em que produz o texto, e aquele representa uma instituição. Se a autoria deriva da função-autor que dá unidade ao texto, isso significa que o jornalista-editorialista, ao produzir seus textos, precisa se colocar na posição de autor desses textos, conferindo-lhes sentido.

Foucault (2006), afirma ainda que o princípio da autoria é um dos procedimentos de controle interno do discurso. Esse procedimento de controle, podemos encontrar também em Bakhtin, pois

em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas determinantes dos ‘senhores do pensamento’ de uma época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (2003, p. 294) (grifos nossos)

Quando Bakhtin diz sobre os “senhores do pensamento” fica claro que histórica e socialmente, por meio do controle do discurso, um grupo tem a função de conservar ou produzir discurso.

Portanto, autor, conforme o que expusemos anteriormente, é entendido não como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas como um sujeito discursivo, uma função que está inscrito na materialidade do texto. Assim, a autoria seria uma posição do sujeito que permite o efeito de fechamento dos sentidos e a instalação da singularidade. A função-autor, segundo Foucault (2006b), foi uma construção desde a Idade Média, com o objetivo de controlar a circulação dos textos e/ou também produzir um status através de um nome, de um autor. Contudo, ela surge devido a uma captura de discursos composta por diversas dimensões: a “legal” – relacionada à noção de responsabilização; a “jurídica” – referida ao problema da propriedade; a “estética” – marcada pela problemática da originalidade; e a “referencial” – que aponta para o nome do autor como princípio de ordenação na trama discursiva.

Ressaltamos, ainda, que a materialização dos enunciados nos editoriais marcam, por meio de aspectos linguístico-textuais. Porém, o autor não só manifesta no linguístico, situa-se também no mundo sócio-cultural – as instituições e as pessoas que assumem a responsabilidade pelos textos.

Portanto, o autor, no editorial, não é um corpo, um rosto ou uma voz; é, sim, uma posição ocupada em tantas que o sujeito pode firmar. Nessa perspectiva, acreditamos que o editorial pode ser lido como um texto plurivocalizado, porque ele nasce das citações e de discursos de outros. Ou seja, as vozes que aparecem nele, submetem-se a uma entonação prevista por um feixe de regras sociais. Entretanto, como o discurso comporta vozes contraditórias, o jornalista-autor “seleciona” as regras que lhe permitem dizer o que quer e o que pode. Isso significa dizer que o jornalista-editorialista “não pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2009b).

Mas esse dizer não é neutro e nem surge do nada, irrompe povoado de outros enunciados, um princípio que rege as relações entre enunciados. Bakhtin (2003) chama esse processo relacional dos enunciados de polifonia, concepção que discutiremos a seguir.

2.4.4 Entrecruzamento de vozes

O discurso da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* é proferido dentro de formações histórico-sociais específicas que perseguem e cercam o dizer. Mas, conforme Bakhtin (2003, p. 272)

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns

enunciados antecedentes – dos seus e dos alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

Nessa concepção, o discurso dos sujeito-editorialistas não é individual, porque se constrói nas relações com outros discursos ou textos. Assim, há várias vozes que falam simultaneamente, ou seja, em polifonia, um conjunto de discursos que são retomados em cada fala. Portanto, nessa tessitura polifônica há um jogo de vozes cruzadas, complementares, concorrentes e contraditórias. Portanto, a *Polifonia* não deve ser vista como um universo de muitas vozes, mas um universo em que todas as vozes são equipolentes.

Assim, os editoriais trazem as marcas linguísticas reveladoras da polifonia, utilizadas pelo sujeito-editorialista com o intuito de melhor interagir com seus leitores. Ao trazer outras vozes, constrói-se maior poder de persuasão, possibilitando que o leitor se identifique com a informação veiculada e, desse modo, aceite e até tome uma tomada de posição favorável ou contrária. Dessa forma, o discurso alcança, em função das vozes presentes, um poder transformador. Quando a *Folha de S. Paulo* diz no editorial de 17 de setembro de 2010 – Anexo A – os seguintes enunciados: “segundo os autores”, “segundo as declarações”, “de acordo com os depoimentos” “segundo um dos entrevistadores”, podemos perceber a irrupção de uma outra voz, sobre algo que se deseja informar com maior força argumentativa, levando o sujeito-leitor desse jornal a acreditar na ideia veiculada. Essas vozes estabelecem um poder argumentativo capaz de conferir ao discurso legitimidade e acolhida por parte do sujeito-leitor. Nessa mesma linha polifônica, encontramos também na revista *Carta Capital* do dia 20 de setembro de 2010 – Anexo D – enunciados que procuram conduzir o sujeito-leitor a postulados tidos como certos e verdadeiros em sua cultura, tais como: “Palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra” “A revista *Veja* estás aí para essas coisas”. Essa estratégia evoca diversas vozes no discurso e favorece a aceitação do mesmo, já que o ouvinte pode se identificar com a ideologia veiculada por meio da enunciação.

Esse entrecruzamento de vozes é bem ressaltado por Bakhtin (2003, p. 316) quando diz que

o enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera.

Nesse processo comunicativo, nos editoriais, em análise, o jornalista-editorialista não fala sozinho, pois ele, ao enunciar, faz circular vários saberes e deixa brechas para sujeitos e outros discursos adentrarem no “jogo discursivo”.

O gênero editorial, para nós, apresenta diferentes vozes sociais que se defrontam, se entrecrocaram, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto; portanto, é gênero polifônico por natureza. Nesse sentido, o conceito de polifonia é importante para nosso trabalho porque o nosso corpus constitui-se de vozes que povoam a constituição do gênero editorial.

Mas nesse entrecruzamento de vozes, o sujeito-editorialista, inconscientemente, emprega mecanismos discursivos que permitem o afloramento de sua subjetividade, deixando emergir determinados recursos linguísticos e um deles é a ironia, sobre a qual expomos a seguir.

2.4.4.1 Ironia

O jornalista-editorialista, ao enunciar em um editorial, torna visível sua avaliação, seu julgamento ou seu ponto de vista, porém ele também instaura um conflito no momento em que enuncia. Esse procedimento torna-se possível, quando ele usa a ironia como mecanismo discursivo. Ou seja, em um discurso irônico, tem-se uma enunciação a propósito de uma outra enunciação anterior, que o ironizador tenta desconsiderar. Sua peculiaridade está na característica de não apagar valores anteriores aos novos propostos, por isso é muito utilizada como estratégia argumentativa no editorial, principalmente, quando o tema é polêmico.

Brait (1996) considera que esse tipo de construção linguageira dá aos textos força argumentativa, já que partilha entre locutor e interlocutor uma memória discursiva ativa na produção e recepção de discursos. Sendo assim, a ironia, como recurso argumentativo, põe em jogo a subjetividade e a alteridade no discurso para alcançar o efeito de sentido pretendido.

Essa autora (1996) ressalta que ironizar é dizer algo, acrescentando uma ideia oposta no mesmo instante em que enuncia. Portanto, o enunciado irônico é uma pluralidade de vozes orientadas nos eixos da contradição. Acreditamos que essa contradição que se dá não é de expressões em si, mas de valores argumentativos que, só podem ser interpretados como o contrário se o leitor tiver com o autor um quadro de valores de referência comum.

Além disso, é importante percebermos a ironia também como um efeito de sentido, porque ela só se realiza por um processo de intersubjetividade. Ou seja, só se concretiza a partir da interação. Com isso, o discurso irônico exige uma interação entre os seus sujeitos, tanto na instância de produção quanto na de recepção. Porém, não devemos nos limitar somente às circunstâncias do discurso, mas relacionar a todo o contexto histórico-social e também ao

contexto da própria enunciação. Mas a ironia só é viável quando a construção do sentido irônico depende, além do ironizador, também do interlocutor ou leitor.

Dessa maneira a ironia, como mecanismo discursivo, depende duplamente dos sujeitos envolvidos na enunciação. Tal afirmação se apoia nas contribuições de Hutcheon (2000) ao afirmar que para se realizar a ironia é indispensável que os sujeitos do discurso tenham referências comuns, partilhem um conjunto de conhecimentos. Mas, nem sempre esses conhecimentos estão assegurados pelo próprio texto – nesse caso, a ironia pode simplesmente não funcionar.

Ao observar o jogo de relações de forças no jornalismo, vemos que, por um lado, a ironia fortalece a opinião da revista ou jornal, sobre certas práticas, pessoas ou lugares e por outro lado, ela estabelece com o leitor uma relação de cumplicidade interpretativa e, no caso do jornalismo, entre jornalista e leitor.

Hutcheon (2000) ainda argumenta que pessoas de uma ou mais comunidades discursivas devem partilhar, pelo menos, alguns aspectos em comum com o ironizador para que sejam capazes de captar com alguma propriedade o não-dito intrínseco ao discurso irônico. É fundamental compreender que esses são movimentos “de posicionamento”, pois é assim que se geram as identificações entre um leitor e um jornalista, um leitor e um veículo, um grupo de leitores e um veículo. É assim que se cria o que costumamos chamar de comunidade discursiva – um grupo para o qual certas regras fazem sentido e no qual certos sujeitos se reconhecem como iguais porque compartilham sensações, desejos, pensamentos e valores.

A revista *Carta Capital* e o jornal *Folha de S. Paulo* sabem o valor simbólico da instauração das comunidades discursivas e se utilizam da ironia como um dos recursos de inscrição do leitor nesse processo de reconhecimento e compartilhamento de saberes. Com o uso da ironia nos editoriais, cada suporte exerce o poder – o poder de dizer, qualificar, desqualificar, julgar e tornar “procedente e autorizada” a fala de quem diz. Nesse sentido, o discurso irônico ganha ênfase, devido à sua capacidade de transmitir valores de maneira interdiscursiva.

Mas é preciso descrever também os lugares institucionais de onde o sujeito-editorialista obtém seu discurso (FOUCAULT, 2009a).

2.5 De onde se fala?

A revista *Carta Capital* e o jornal *Folha de S. Paulo* se diferenciam tanto pelo público-alvo quanto por sua linha editorial e pelo histórico de seus editores cujos aspectos ideológicos são bem distintos. Embora tenham essas diferenças, são suportes do discurso. Para conhecermos um pouco sobre esses dois suportes do discurso, vejamos, brevemente, o perfil de cada um.

2.5.1 Da Folha de S. Paulo

Conforme registro na *Folha Online*, somente em 1º de janeiro de 1960, com a unificação dos jornais Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde, surge propriamente o jornal *Folha de S. Paulo*, sob a direção de José Nabantino Ramos, Clóvis de Medeiros Queiroga e Alcides Ribeiro Meireles até 13 de agosto de 1962, quando passou aos novos donos, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, cuja família ainda mantém o controle da empresa.

Com o seu *slogan* que figura junto ao título: “Um jornal a serviço do Brasil” percebemos que ao empregar a palavra “serviço do Brasil” cria-se um efeito de sentido de ação coletiva de massa e reforça sua função de “funcionário do discurso”.

Apesar de em muitos pontos apoiar a ditadura, o jornal começou a sofrer censura em algumas reportagens ou textos opinativos. Com isso, o periódico começa a reagir e publica *Os Lusíadas* e receitas culinárias nos espaços censurados como forma de mostrar a censura. Era um silenciamento que gritava no meio das páginas como algo que não podia chegar ao público.

Mas no início da década de 70, inicia uma outra linha político-cultural com ênfase em política, economia e cultura demonstrada pela linha editorial até os dias atuais.

Com esse novo projeto editorial, a *Folha de S. Paulo* faz uma “abertura”, em 1984, por decisão do diretor de redação do jornal, Otávio Frias Filho, voltada para o público. A *Folha de S. Paulo* seria então, como afirmava Frias, um jornal liberal, burguês, preocupado com os direitos, opiniões e mobilizações do cidadão.

Com essa atitude, então, há uma tentativa de fazer um jornalismo mais crítico. Encontramos isso respaldado na apresentação de um dos seus princípios editoriais na *Folha de S. Paulo* (1994, p. 18):

O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostrá-la de um ponto de vista crítico. Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento. (Folha de S. Paulo, 1994, p. 18).

Com essa forma de “adoçar” a realidade, esse jornal dá legitimidade ao jornalista de interpretar os acontecimentos, manifestando-se, por exemplo, em comentários, editoriais, colunas assinadas, crônicas e matérias interpretativas. Ao escolher um assunto e materializá-lo no texto para editá-lo posteriormente, o jornalista “toma” decisões em larga medida subjetivas, mas influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. O jornalista-editorialista, nesse caso, pode ser associado ao que Fiorin (2007, p. 43) afirma sobre um falante.

Não pode, pois, ser considerado uma individualidade livre das coerções sociais, não pode ser visto com agente do discurso. Por ser produto de relações sociais, assimila uma ou várias formações discursivas, que existem em sua formação social, e as reproduz em seu discurso.

De acordo com os editores do jornal, os princípios editoriais do Projeto *Folha de S. Paulo* são: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Além disso, constatamos, no trecho de um editorial, um enfoque de se ter uma postura autônoma

Esta **Folha** procura manter uma orientação de independência, pluralidade e apartidarismo editoriais, o que redundará em questionamentos incisivos durante períodos de polarização eleitoral. Quem acompanha a trajetória do jornal sabe o quanto essa mesma orientação foi incômoda ao governo tucano. Basta lembrar que Fernando Henrique Cardoso, na entrevista em que se despediu da Presidência, acusou a **Folha** de haver tentado insuflar seu impeachment. (*Folha de S. Paulo*, 2010)

Como é de se observar, dentre os princípios da *Folha de S. Paulo*, ela mostra que, apesar dos diferentes lugares sociais que ocupa e, conseqüentemente, dos gêneros discursivos que distinguem suas posições enunciativas, atribui sentidos diversificados. Afinal ela se diz apartidária.

Também, a instituição reforça o meio de ter o seu discurso com “autorização” para poder interpretar os fatos, estabelecer analogias e apontar até mesmo contradições. Mas essa forma de interpretar vale-se do uso regulado de proposições e de evidências lógico-práticas que remetem à construção de efeitos de real.

Mesmo com a “abertura” para o jornalista-editorialista, não podemos nos esquecer de as manobras discursivas possíveis de serem realizadas por ele estão ancoradas num discurso que segue o caminho da vontade de verdade instaurada pela instituição, a partir das suas regras. Isso pode ser verificado quando se tem editado um manual de redação e de estilo pelo próprio jornal, o qual estipula um conjunto de normas a serem seguidas para o funcionamento do discurso jornalístico.

Mas a subjetividade tão marcada no projeto da *Folha de S. Paulo*, pode ser verificada no seu Manual de Redação (1994) estipulando que

é necessário que o jornal, sem discriminar opiniões diversas das que adota (e, ao contrário, estimulando polêmicas com elas), tenha as suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar.

Portanto, não podemos negar que o seu conteúdo jornalístico “deve” ser marcado por valores atribuídos pelo jornalista. Mas também não podemos deixar de perceber que há um “controle” sobre seu dizer. Por maior controle que se faça do seu discurso na tentativa de alcançar uma neutralidade, as ideologias aparecem, pois, sendo esse discurso expressão

de relações de poder é, por isso mesmo, lugar de resistência, de “insubmissão da liberdade” (FOUCAULT, 1995, p. 236).

2.5.2 Da revista *Carta Capital*

A revista *Carta Capital* surge no jornalismo brasileiro em 1995, pelo ítalo-brasileiro Demétrio Giovani Carta, conhecido por Mino Carta, o qual criou também as revistas *Veja*, *Quatro Rodas*, *IstoÉ*, *Senhor* e os periódicos *Jornal da Tarde*, *Jornal da República*.

Carta Capital inicia-se como uma revista mensal por um breve período, mas logo passa a ser editada quinzenalmente, e, desde 2001, sua publicação passa a ser semanal.

Mino Carta sempre a apresentou como “uma revista sobre o poder” – uma definição muito abrangente, mas que mostra bem o seu interesse principal. A proposta editorial da revista valoriza a fidelidade à verdade factual, o espírito crítico e a fiscalização do poder como os pilares fundamentais do jornalismo. É o que podemos constatar pelas próprias palavras de Carta em um editorial(2010).

Ah, sim, me demiti da direção da *Veja* para não ser despedido, ao contrário do que afirma em suas Notícias do Planalto Mario Sergio Conti. Não me surpreendeu que depois de me entrevistar longamente, ele tenha preferido publicar a versão do patrão Civita. *Passo a expor a verdade factual*, e desafio até quem me difama obsessivamente a provar o contrário. (...) Tirei o meu modesto time de campo antes da expulsão. Pela elementar razão de que me recusava a negociar minha saída. Quem sabe levasse um bom dinheiro, espécie de comissão sobre o empréstimo da Caixa a ser concedido juntamente com o fim da censura. Ocorre que não queria um único, escasso centavo saído dos bolsos de Victor e Roberto Civita. Vici e Arci: assim hão de ser pronunciadas suas iniciais. (Grifo Nosso)

Antes de tornar-se semanal, a revista *Carta Capital* era vista pelo mercado publicitário como uma revista de economia porque tinha uma grande carga de matérias econômicas. Mas, hoje, se auto-define como uma revista de informação geral que tem como base a política, a economia e a cultura. Isso por ser constatado nas palavras de Mino Carta (2010).

Outro é o tom da carta de um jovem estudante de jornalismo (não cito o nome para não constrangê-lo). Ele fica “ávido em receber *Carta Capital* toda semana” porque a considera “a vanguarda da imprensa brasileira”. Mesmo assim, confessa ter dúvidas a respeito da nossa posição a favor de Lula e de Dilma Rousseff. Será que exageramos?

Como é de se observar pelas palavras de Mino, a revista tem uma configuração politicamente mais posicionada, pois ao ressaltar a avidez do leitor da revista, acreditamos que a revista possui um público alvo bem seletivo, com alta taxa de escolaridade.

Podemos confirmar essa postura política dessa revista ao verificarmos recentemente seu posicionamento de forma distinta das outras revistas e jornais diante das informações sobre as eleições 2010, em específico da presidenciável Dilma Rousseff. No editorial “Por que apoiamos Dilma?” (05/07 2010), edição 603, o jornalista Mino Carta, representante legal da *Carta Capital*, declarou seu apoio à candidatura presidencial de Dilma Rousseff dizendo que “escolhemos a candidatura melhor”. Também encontramos essa posição na edição n. 605, no editorial “Enfim, quem é radical” ao dizer que “É em nome da liberdade de imprensa que *Carta Capital* definiu sua opção pela candidatura de Dilma Rousseff e expôs claramente as razões da escolha, conforme prática comum em outras terras, quem sabe mais afeitas a certos valores”. Nesse sentido, quando a revista *Carta Capital* divulga que apoia Dilma, a imprensa assume sua condição de agente que interfere na realidade. Acreditamos que esse posicionamento veio a ser uma contrapalavra no meio midiático, pois outros jornais e revistas de grande circulação posicionaram-se de forma contrária, nesse momento político. Assim, ela acaba tendo condições de funcionamento discursivo específicas.

A proposta da revista feita pela editora Confiança foi trazer uma abordagem mais aprofundada e analítica, com o menor número de páginas, diferente das semanais existentes no mercado, como *Isto É* e *Veja*.

Em relação ao nome da revista Mino fala que a palavra *Capital* é empregada como substantivo, indicando bem econômico aplicável à produção, centro administrativo, riqueza.

Carta Capital mostra-se bem diferente do ponto de vista de sua linha editorial comparada a outras revistas semanais de informação: privilegia as matérias e reportagens políticas, dá ênfase à crítica e aos comentários sobre a situação política e econômica brasileira e além disso não tem receio de falar da imprensa, procurando fazer uma leitura profunda da situação da mídia, de um modo geral, tanto no que se refere à globalização ou propriedade cruzada dos meios, quanto dos aspectos técnicos e até mesmo éticos e ideológicos que envolvem o negócio da mídia.

CAPÍTULO 3

“VERDADES” PRODUZIDAS NO JORNALISMO

Ao selecionarmos alguns editoriais para analisar aqui, queremos identificar quais são, nos enunciados dos jornalistas-editorialistas, os mecanismos discursivos com efeito de verdade utilizados por eles. Ressaltamos que nos interessam os enunciados materializados, já que o aparecimento deles surge no exercício de uma função enunciativa.

Portanto, olhamos para os enunciados ditos, nos editoriais da *Folha de S. Paulo* e da *Carta Capital*, em 2010, em plena efervescência política de campanha eleitoral, gerando e/ou reforçando sentidos e gerando verdades e visibilidades para mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto.

Falar de visibilidades é falar também de enunciados, daquilo que se “murmura”, do que é dito no período eleitoral de 2010, nos editoriais. E na análise enunciativa proposta por Foucault, visibilidades significa tratar dos espaços de enunciação de certos discursos – espaços institucionais muito definidos, como é o caso do jornalismo, em sua relação com os vários poderes, saberes, instituições que nele falam.

Nesse sentido, podemos remeter aos discursos jornalísticos da revista *Carta Capital* e do jornal *Folha de S. Paulo* como espaços de práticas de produção e circulação de produtos culturais de nosso tempo, mas que variam conforme os regimes de verdades de uma época, e de acordo com as condições de emergência e de produção dos seus discursos.

Porém, nesses suportes discursivos o dizer acontece sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que cada um simultaneamente replica algo e produz seu próprio discurso sobre a política e em específico sobre a Candidata Dilma no momento de decisão eleitoral.

E para compreendermos melhor esses modos de dizer, neste capítulo, queremos identificar quais são os mecanismos discursivos utilizados nos editoriais dessas duas instituições jornalísticas. Assim propomos uma investigação que se aventure a responder a uma série de relações, de “comos”, que se aventure a perguntar sobre as sucessivas transformações no grande tabuleiro social, em que arranjos de poder e de saber são continuamente feitos, e que podem ser “apanhadas” justamente nesses lugares específicos de enunciação, *Folha de S. Paulo* e *Carta Capital*.

Por acreditarmos que a linguagem desempenha papel significativo quanto aos modos do dizer, o nosso interesse, ao iniciarmos nossa análise, volta-se para o como é dito, visualizando as marcas do sujeito discursivo em relação àquilo que enuncia. A partir disso, julgamos de interesse perceber em cada dizer um jogo enunciativo e discursivo, um fenômeno às vezes sutil, passível de aparecer sob variadas formas, mas extremamente eficaz na realização de críticas, por exemplo. E é justamente isso que pretendemos discutir a partir da análise da sequência discursiva (Sd), a qual é tributária de Jean-Jacques Courtine (1981) que reporta ao fato de que os enunciados não constituem escolhas conscientes de quem os formula, mas são resultado de condições históricas de aparecimento.

3.1 O discurso da continuidade

Percebemos pela materialização dos discursos sobre a questão da vitória da eleição de Dilma Rousseff dois discursos contraditórios entre si, os quais podem ser referidos a formações discursivas distintas e contrárias. Ao ocupar um lugar nesse discurso, *Folha de S. Paulo* defende a vitória como um resultado de imposição e continuísmo de Lula, ou seja, com a candidata de Lula a história se repete, continua. Isso é evidenciado com a Sd1 seguinte:

Sd1

- a) Foi o seu próprio governo, cujas altas margens de aprovação garantiram, não sem sobressaltos, a vitória da candidata que designou. (FSP-01/11/2010 - ANEXO C)
- b) Dilma Rousseff surgiu como um nome imposto por Lula ao mundo político, e não deu até agora mostras de possuir experiência política e luz própria para liderar uma das maiores democracias do mundo. (FSP-01/11/2010 - ANEXO C)

A partir do dito e da forma como esse dizer é apresentado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, vemos, na análise desses excertos, um enunciado que tenta instabilizar os sentidos vigentes a respeito da eleição da presidente. Além disso, observamos a presença do adjunto adverbial “agora” que estabelece não apenas uma cronologia, uma relação temporal entre um dizer presente e um dito passado, mas se constitui um elemento linguístico-discursivo que demarca a falta de preparo de Dilma nesse “continuísmo” e ativa a memória discursiva de que Dilma seria apenas um fantoche de Lula e precisaria da ajuda dele para governar. Entretanto, essa memória só é retomada por leitores que acompanham as campanhas eleitorais.

E o jornalista-autor continua, procurando explicar a causa do continuísmo nessa disputa.

Sd2

Dilma Rousseff participou dos sucessos administrativos de Lula-sem que este transferisse integralmente sua vasta porcentagem de simpatizantes aos resultados eleitorais da **sucessora**. (FSP-05/10/2010 - ANEXO B)

Sd3

Carta Capital está com Dilma Rousseff porque é a chance da continuidade e do aprofundamento das políticas benéficas promovidas pelo presidente Lula. (CC-12/10/2010 - ANEXO)

Mas, em Sd3, o jornalista-autor expressa sua opinião como observador capaz, portanto, de comprovar, ao usar o conectivo “porque”. Com esse conectivo, ele emite um juízo de valor com uma justificativa que combate os discursos que disseram os “escândalos políticos” do partido dos trabalhadores (PT), produzidos na imprensa.

Mas, nos excertos seguintes (Sd4) e (Sd5), *Carta Capital* reforça o discurso do continuísmo, mostrando novamente que a sociedade escolheu Dilma por reconhecimento do governo anterior. A formação discursiva ao qual a revista está vinculada é a da coletividade. O seu discurso coloca a candidata eleita como a escolhida, no caso Lula, para governar o Brasil, razão pela qual o povo votou nela. Ao ocupar uma posição discursiva, *Carta Capital* adere a uma determinada formação discursiva. Com isso tenta mostrar que Dilma venceu, mesmo com o continuísmo, e o voto nela foi um voto com o coração e com a consciência pautada nos avanços que o Brasil teve nesses oito anos de governo Lula.

Sd5

(...) a continuidade venceu porque a nação consagra os oito anos de bom governo de Luiz Inácio Lula da Silva. (...) mesmo assim mereceu índices de popularidade nunca dantes navegados e seu governo passou a ser fator determinante do êxito da candidata”. (CC-31/10/2010 - ANEXO F)

Sd5

Lula, com seus dois mandatos, é o elemento fatal do enredo, acima e além de alguns méritos do seu governo. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Também, na Sd5, ao retomar a atuação do governo Lula, constatamos, segundo Foucault (2004), que o sujeito se “esforça” para dizer pela primeira vez o que já foi dito praticamente, como “popularidade” “moral”, “honestidade”, constituindo, portanto, a imagem do sujeito enunciador, enquanto defensor da ordem, da moral, da ética, da justiça. Ao dizer “porque a nação consagra” justifica com um argumento de generalização (a nação), reforçando que a maioria quis o continuísmo, ou seja, quis Lula novamente.

Em suma, com os enunciados nas Sd4 e Sd5, *Carta Capital* reconhece o que o dizer da “mídia nativa” diz é incompatível com a sua formação discursiva, pois a eleição de Dilma que é considerada, pela *Folha de S. Paulo*, como imposição e continuísmo (Sd1), é compreendida, pela *Carta Capital*, como popularidade do outro governo (Sd4) e (Sd5).

Além disso, há uma seleção de fatos sobre Lula (Sd6), criando um efeito positivo do continuísmo, ancorando-se a uma memória discursiva no ideal “Lulista”, construindo-se um discurso como fosse a essência, o modelo a se seguir. Também o jornalista-autor usa uma estratégia capaz de ativar a memória discursiva do leitor, fazendo com que esse recorde e concorde com ele. Afinal, esse leitor deve “pensar” de forma semelhante a ele. São, portanto, sujeitos de um mesmo tempo e espaço histórico. Assim, ao dizer que há um modelo a se seguir, justifica as críticas ferrenhas que lança sobre a figura de Dilma, reforçando uma suposta capacidade de governar. Vejamos:

Sd6

(...) Lula foi o único presidente que agiu guiado por um projeto de país; (...) o professor de sociologia é muito menos comunicativo do que o ex-metalúrgico, sem falar em carisma”; “Lembraremos inúmeros discursos de Lula, de FHC nenhum”; “atravessou oito anos a alvejar o presidente mais amado da história pátria” Lula, com seus dois mandatos, é o elemento fatal do enredo, acima e além de alguns méritos do seu governo. (CC-31/10/2010 - ANEXO F)

Portanto em (Sd6) quer que haja adesão ao projeto político de Lula, dando-nos a impressão de que podemos fazer nossas escolhas. A receita foi dada, basta aceitá-la como a melhor. Para que reconheçamos o salvador da nação, é preciso antes crucificar o outro governo (FHC), incapaz de agir com carisma como Lula.

Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* sustenta o fato do continuísmo em uma perspectiva política e histórica, instaurando o efeito de sentido do fisiologismo do PT.

Sd7

(...) Oito anos de incrustação petista na máquina pública foram suficientes para promover, além do conhecido loteamento fisiológico, a partidarização sem precedentes do Estado brasileiro. (...) Há tempos o país vem assistindo à modelagem da figura pública da postulante petista pelo presidente da República e seus propagandistas. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Mas nesse embate do continuísmo, a *Folha de S. Paulo* admite o favoritismo em um primeiro momento, contudo, a presença do “mas” estabelece uma relação de adversidade.

Sd8

Dilma Rousseff continua, sem dúvida, como favorita. Mas não terá a mesma facilidade de se esconder à sombra de Lula e furtar-se ao confronto de ideias com seu concorrente direto. (FSP-05/10/2010 - ANEXO B)

Ao empregar esse tipo de enunciado, o jornalista-autor cede ao “adversário” para melhor afirmar o ponto de vista defendido; isto é, ele concorda com o adversário em coisa passível de contestação com o objetivo de afirmar a sua tese. O enunciado “Mas não terá a mesma facilidade” se apresenta, retoma não só o fato de Dilma ter permanecido na liderança, mas também, e principalmente, o fato de ela, por um lado, no segundo turno

estar disputando somente com um adversário e não poder ficar “eternamente” “escondida à sombra de Lula”.

Mas para criar um efeito positivo, *Carta Capital* posiciona-se qualificando mais uma vez o êxito da candidata petista. A revista, ao enunciar cria o efeito de sentido sobre a ausência de uma política social no governo PT, assim constrói credibilidade ao governo e sustenta também a necessidade do continuísmo.

Sd9

Na opinião de *Carta Capital*, ele poderia ter sido às vezes mais ousado em política social, mesmo assim mereceu índices de popularidade nunca dantes navegados e seu governo passou a ser fator determinante do êxito da candidata. (CC-31/10/2010 - ANEXO F)

3.2 Discurso polifônico

3.2.1 A autoria

Não abordamos a questão do aspecto formal do texto, importamo-nos com as marcas que essa possibilidade de autoria nos discursos se apresenta ou não, nos editoriais *da Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo*. Lembramos que não pretendemos definir se há ou não autor; aliás, autor, na nossa análise, é função, e não simplesmente quem escreveu o editorial. Então, não cabe a pergunta: Mino Carta é ou não é um autor do editorial da *Carta Capital*? Sabemos que ele o produziu, mas ao fazer isso, marca um determinado sentido conforme seu gesto de interpretação, que inclui, os saberes que possui sobre o assunto, a memória, a formação discursiva (FD) e ideologia a qual se filia, entre outros.

E a forma primeira de assumir essa responsabilidade autoral se dá quando o jornalista-autor opta ou é compelido a falar do gênero editorial e, conseqüentemente, investe-se da figura de autor que esse gênero presume.

Mesmo que os jornalistas-editorialistas da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* utilizem o mesmo gênero para enunciar, as marcas de autoria entre esses dois suportes irrompem, em algum momento, de forma semelhante ou diferenciada. Essas diferenças, entretanto, podem estar ligadas à visão que as empresas têm de seu público leitor.

E um desses mecanismos começa pelo título, o qual expressa parte do tema. Assim, encontramos, nos editoriais analisados, títulos como: “A grande família”, “Nova oportunidade” e “Dilma presidente” (Folha de S. Paulo); “Dilma, mostre que é de briga”, “Espanto e pavor. Em Marte”, “Até o papa apoiou Serra” (*Carta Capital*) localizados na parte superior do editorial, já ganhando realce na estrutura desse gênero. Esses títulos são “marcas linguísticas” que dão

ênfase à importância do tema global a ser tratado e remete ao sujeito-leitor, desde o início, uma antecipação às críticas que podem ser expressas no desenvolvimento do texto.

O sujeito-editorialista, da revista *Carta Capital*, por possuir um público menor, e por formar um vínculo mais individualizado com os assinantes, além de usar a terceira pessoa, também faz uso constante de enunciados na primeira pessoa do singular e do plural. Com os enunciados “Somos otimistas”, “Acreditamos” “Permito-me” ditos no editorial de 20 de setembro, leva o sujeito-leitor a se sentir parte do corpo editorial da revista e a aceitar crenças, conhecimentos e opiniões veiculadas por esse suporte, porque consideram seus profissionais uma fonte confiável. Em relação a esse aspecto, Filho (2006, p. 81), na relação de autoria com gênero, identifica que,

há uma superposição entre a posição-indivíduo e a classe sócio-profissional, de modo que as referências à primeira pessoa são também uma referência a toda a classe sócio-profissional ao qual o autor se vincula. Classicamente, nesse uso, o autor fala em nome de sua categoria profissional, como uma espécie de porta-voz, sendo comum, no plano linguístico, a presença de pronomes de primeira pessoa do plural.

Também, ao emitir esses enunciados, o jornalista-editorialista responsabiliza-se pelo discurso e pela veracidade do fato e também busca obter o efeito de uma autoria individual, de modo que os sujeitos-leitores experimentem a sensação de estar interagindo diretamente com outro indivíduo.

Porém, essa materialidade verbal (uso de primeira pessoa) tenderá fortemente a fazer um reenquadramento da autoria nesse gênero, pois é “tradição” o uso da terceira pessoa do singular no editorial para simular a objetividade.

Além desses aspectos, o jornalista-editorialista da *Carta Capital*, na sua função de autor, assina seu nome ao lado do título editorial. Assim, a assinatura Mino Carta nos editoriais é uma forma de sinalizar um certo modo de ser do discurso, podendo dizer “isso foi escrito por Mino Carta” e esse discurso não é uma dizer rotineiro, mas trata-se de uma palavra que deva ser recebida de uma maneira e receber um certo status.

O seu nome pesa como uma grife, pois um texto de Mino Carta é um Mino Carta. Assim como o livro é um Machado de Assis, o poema é um Drummond, a tela é um Picasso. É interessante observarmos que, um nome próprio como outros têm apenas funções indicadoras, pois, além de indicação, de um gesto, de um dedo apontado para alguém, é uma descrição.

Partindo dessa perspectiva, o nome de Mino, no editorial, da revista não funciona simplesmente como um nome próprio de pessoa que tem relação com o sujeito do dizer. Equivale a descrições, tais como: diretor da revista Carta Capital, jornalista, lançou o livro O Castelo de Âmbar, publicou A Sombra do Silêncio, continuação de O Castelo de Âmbar, criou a revista Veja, Isto é, o jornal da república e a revista Carta Capital.

O nome *Mino Carta*, portanto, tem um funcionamento. Não é um elemento do texto que pode ser trocado por Pierre Dupont, Cervantes, etc, pois exerce um certo papel, que assegura uma função classificatória; permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los e opô-los a outros textos; serve, enfim, para caracterizar um certo modo de ser do discurso.

Embora o nome Mino funcione de forma classificatória, também pode funcionar como reconhecimento, titularidade. Acreditamos que com a sua assinatura há um pertencimento, afinal ele é o sujeito historicamente que criou essa revista e talvez isso lhe dê autoridade para representar a instituição. Também o nome próprio marca o eu que tanto Mino faz questão de mostrar.

Com esse reenquadramento, os sujeitos-leitores podem indagar-se a respeito de qual gênero têm diante de si pelo fato de que traços composicionais e estilísticos não previstos (ou não relativamente estabilizados) passam a figurar nele. E podem também indagar-se a respeito da posição da autoria: trata-se de alguém falando em causa própria, em nome de uma empresa, como jornalista?

A tentativa da neutralidade e objetividade no discurso da *Folha de S. Paulo* é resultado de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Portanto, ao relatar os acontecimentos, esse periódico exerce a sua de função autor. Mas, ao empregar as aspas, acaba rompendo com essa imparcialidade e não subjetividade desse gênero. Ao construir os seguintes enunciados: “taxa de êxito”, “Veja”, “inimigos do povo”, “hacienda”, “erros”, “mãe”, “mãe do país” e “mãe dos brasileiros”, ao mesmo tempo que diz, o jornalista-editorialista transfere a autoria e se distancia do dito, como se não fosse o responsável pela enunciação atual sobre a qual tem o privilégio de selecionar e emitir avaliações. Ao se utilizar desse recurso (aspas) sabe o que está presente ou não na formação discursiva do público-alvo do jornal, assim as aspas são utilizadas para não chocar este leitor previamente estabelecido. Portanto, ao enunciar, “mãe do país” e “mãe dos brasileiros”, por exemplo, o jornal retoma os sentidos que se mantêm dominantes em nossa sociedade e estão relacionados aos estereótipos da mulher enquanto “dona de casa”, “mãe amorosa” “rainha do lar”. Dizer que Dilma é mãe do país pelo jornal constrói um sentido também de desqualificação, pois se é mãe, não pode ser representante política de um país. Como vemos, há outros mecanismos, que marcam a subjetividade e a parcialidade, materializados no editorial, mesmo que esse gênero não tenha como sua característica “a existência de uma subjetividade” (ALVES FILHO, 2006, p. 85)

Para Foucault (2009b), toda produção de verdade existe apenas sob a égide do poder e de suas coerções. Nessa perspectiva, encontramos essa relação de forças materializada

discursivamente, nos dois suportes em análise, desenvolvida a partir de dois polos imagéticos bem definidos por eles:

Sd10

O caso, que se reúne aos malfeitos reportados pela revista “Veja” nesta semana, também lança dúvidas sobre o comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República. *Todas as reportagens* dão conta de que havia uma quadrilha atuando sob o nariz do chefe do Executivo. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A) (grifo nosso)

Sd11

A revista *Veja* está aí para essas coisas. (...) Permito-me anotar que a reportagem de *Veja* sobre as traquinagens do filho de Erenice Guerra conta uma história, lamentável, de nepotismo e clientelismo, problema gravíssimo da política brasileira em todos os tempos. (*Carta Capital*-20/09/2010) “Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff. (CC-20/09/2010 - ANEXO D).

Temos, assim, materializadas nessas sequências discursivas duas vertentes sobre a candidata Dilma Rousseff: uma mídia, representada pela *Carta Capital* e uma outra representada por outros suportes (*Veja*, *Folha de S. Paulo*). Encontramos, nos dizeres da *Carta Capital*, a tentativa de neutralizar os dizeres da “mídia nativa” (*Folha de S. Paulo e Veja*) ao enunciar que “não consegue provar a ligação entre os fatos”. Os jornalistas-editorialistas, ao exercerem a função de jornalistas-autores, modalizam seu discurso quando falam nessa posição discursiva, *Carta Capital* defendendo o não envolvimento de Dilma e *Folha de S. Paulo* acusando-a de copartícipe, cada uma tenta esclarecer aos sujeitos-leitores os seus posicionamentos com relação ao problemas da corrupção. Percebemos, ainda, uma organização das vozes que compõem o discurso dos jornalistas-editorialistas de maneira coesa, materializando a função autor, pois nos seus discursos há verdades institucionalmente “inquestionáveis”: a lei como poder político e a verdade/esclarecimento populacional pela mídia. Usando o enunciado “A revista *Veja* está aí para essas coisas”, o jornalista-editorialista da revista, nesse caso, compreende que as opiniões e informações apresentadas nesses meios de comunicação não emite a verdade. Essa constatação marca seu posicionamento a cerca do que ocorre nas elaborações da “mídia nativa”, mostrando-se atento aos procedimentos internos de controle das massas. E ao afirmar que é “problema gravíssimo da política brasileira em todos os tempos” ele apaga, ou silencia os casos de escândalos políticos ocorridos ao longo da história do governo petista, pois em todos os tempos agem dessa forma. Ela procura passar um “modelo” ao dizer “Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar”, fazendo com que os sujeitos-leitores não questionem sua afirmação, não recorram à sua memória episódica e aceitem sem reservas a sua “verdade”.

Quando a *Folha de S. Paulo* fala do desdobramento da história de corrupção do Partido dos Trabalhadores (PT), e em específico o caso Erenice, o jornalista-autor se posiciona

com indignação quanto ao caso, operacionalizando linguisticamente enunciados como “descalabro”, “malfeitos”, “promiscuidade”, “incrustação petista” “hacienda da grande família petista” para mostrar aos seus sujeitos-leitores a suposta verdade dos fatos. Mas, ao dizer essas formas e sequências, o jornalista-autor “oculta”, “esquece” outras. Com isso, percebemos que há referências perceptíveis dos dois universos: um editor chefe de um jornal de circulação nacional, cerceado pelas instâncias de poder político e institucional, acusa um partido político de corrupção, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que “encobre” e estimula “a impunidade e minimiza os erros de seus companheiros”. Essa representação das duas instâncias de poder, se configuram como um espaço de confronto, materializado em discurso: As verdades estão submetidas aos interesses econômicos e políticos.

Como o jornalista-editorialista se inscreve na FD jornalística desse jornal e ocupa esse lugar social de jornalista, seus enunciados já estão previstos em favor do jornal, com uma linguagem coerente ao mesmo. Temos, portanto, um jornalista-autor que racionaliza sua postura de jornalista – representando uma instância criadora, um projeto que permite ao mesmo se entender como o espaço para iniciar a escrita (FOUCAULT, 2006b). Ao utilizar a expressão “clã dos Guerra” (Anexo A), *a Folha de S. Paulo*, para definir o poder político, chama o leitor a acionar sua memória discursiva para a compreensão do termo (possa ser visto como uma espécie de ilustração em miniatura de um conglomerado maior, a grande família dos sócios do lulismo, formada por uma legião de militantes, aproveitadores e bajuladores que parece ver no exercício das funções públicas uma chance imperdível para enriquecer e perpetuar privilégios). Assim, o jornalista-editorialista, diante do papel social que ocupa e instituindo a voz da “verdade”, deve dizer que os políticos são aproveitadores, bajuladores e ditadores quando querem defender seus cargos públicos.

Dessa forma, podemos dizer que ele, na sua função de autor, ao elaborar essas formulações, que podem nos parecer meras repetições, apresenta vestígios que, por sua vez, indicam a relação entre o já dito e o novo, no que se refere aos sentidos produzidos. Esses já-ditos acerca de atitudes comprometedoras do PT são retomados como argumentos que podem validar o posicionamento da *Folha de S. Paulo* sobre a existência de uma quadrilha”. Ao enunciar a palavra “todas”, percebemos que esse jornal cria o efeito de sentido de generalização, para mostrar ao seu leitor que é um conhecimento de todos os meios jornalísticos.

A construção argumentativa, pautada no posicionamento dialético sobre a verdade, possibilita enxergarmos nos editoriais outras vozes, evidenciando o exercício da função autor. Com o título “A grande família” (anexo A) que se configura como uma unidade discursiva, o jornalista-autor propõe ao sujeito-leitor um retorno desse enunciado alterando o seu sentido no contexto dito (Demissão da Erenice Guerra) como uma crítica às posturas do PT. Com isso,

percebemos que esse enunciado dito por muito tempo na TV referindo-se a um programa, o qual mostra o dia a dia de uma família pacata e cotidiana, ao ser dito novamente, nesse contexto político, atualiza-se.

Quando o jornal coloca esse título no editorial fica-nos um questionamento: Por que usa esse título e não outro em seu lugar? Inicialmente verificamos que ele funciona como indicador de modo resumido da matéria completa, desenvolvida no editorial. Dessa forma há uma antecipação para o sujeito-leitor do tom com que terá o editorial. Assim, produz no sujeito-leitor uma curiosidade instantânea e não racionalizada, pois é a primeira tarefa do jornalista-autor. Isso se dá pela instauração de uma novidade, que impõe ao sujeito um querer-saber na forma de um querer-entender.

E o jornalista-autor “esclarece” identificando no desenvolvimento do texto para o sujeito-leitor quem é “a grande família dos sócios lulistas” e também “grande família petista”. Quanto ao adjetivo “grande”, numa escala decrescente de intensidade - pode ser considerado como uma hipérbole, indicando a possibilidade de um entendimento pelo contrário ou mesmo entre os casos em que “se elogia para censurar”. Desse conjunto, não há dúvida que o adjetivo “grande” é o elemento principal na instauração do sentido altamente qualificador e opinativo.

Como linha temática, o jornalista-autor tenta polemizar a questão do caso Erenice instaurada após as denúncias de corrupção feitas pela *Veja*. Para tanto, levanta questionamentos para chamar seus leitores a se perguntarem: “Tudo não passa de um grande engano?”. A partir desta pergunta, podemos interpretar que o locutor espera que, se todos os sujeitos-leitores do jornal não se manifestarem positivamente acerca das afirmações sobre a corrupção feitas por eles, ao menos questionem a verdade, se não há evidências.

Há, portanto, uma interdiscursividade usada como efeito de sentido de verdade. Assim, o jornalista-autor cria uma expectativa de conflito nos sujeitos-leitores do jornal ao enunciar a voz da verdade sobre o que está acontecendo nos ‘bastidores’ da política petista. Trata-se, portanto, de tomar um discurso cristalizado e mobilizar o seu funcionamento a fim de chamar a atenção dos sujeitos-leitores para uma possível obviedade, que esses não conseguem perceber, mas precisam aferir com mais acuidade. É o que podemos constatar nos seus enunciados: “Os brasileiros precisam de informações que permitam aferir com mais acuidade as virtudes e defeitos daquela a quem Lula, (...) empenha-se em entronizar...” (17 /09/2010). Parafraçando Foucault (2005), as verdades que se constroem em nossa sociedade, apoiam-se em práticas discursivas já existentes e, ainda, sob os suportes institucionais. Elas são, portanto, configuradas como vontades de verdades ao serem reforçadas a partir de novos discursos. Dessa forma, o jornalista-autor instaura um valor negativo quanto utiliza esse título.

3.2.2 A ironia

No discurso jornalístico, emerge com frequência o uso da ironia, abrindo portas para diferentes interpretações (para o duplo sentido, por exemplo). Com a ironia, há materialização das vozes dispersas.

Sabendo disso, julgamos importante analisarmos a ironia como um mecanismo enunciativo e discursivo, um fenômeno às vezes sutil, passível de aparecer sob variadas formas, mas extremamente eficaz na realização de críticas, por exemplo. Quando *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* utilizam a ironia, como recurso argumentativo, põem em jogo a subjetividade e a alteridade nos seus discursos para alcançar o efeito de sentido pretendido, permitindo que os envolvidos no processo discursivo compreendam, a partir dos recursos argumentativos, o modo como a relação entre discurso, história e instituição se estabelecem.

Portanto, por meio do mecanismo da ironia, há o entrecruzamento do discurso novo a partir do velho.

Como já dissemos no capítulo anterior, segundo Brait (1996), a ironia está relacionada ao campo da enunciação e não do enunciado. Em função disso, deve-se existir o compartilhamento de saberes entre enunciador e enunciatário. É o que podemos identificar nos seguintes trechos (Sd12) da *Folha de S. Paulo*

Sd12

- a) A ministra Erenice, *braço direito e substituta da petista Dilma Rousseff na Casa Civil*, não resistiu a mais uma reportagem com relatos acerca de atividades de tráfico de influência e cobrança de comissões (...) (FSP- 17/09/2010 - ANEXO A) (Grifo nosso).
- b) O pequeno clã dos Guerra talvez possa ser visto como uma espécie de ilustração em miniatura de um aglomerado maior, *a grande família dos sócios do lulismos*, formada por uma legião de militantes (...) (FSP-17/09/2010 - ANEXO A) (Grifo nosso)

O fenômeno da ironia encontra-se diretamente relacionado à sua própria estrutura. Para que um significado proposto sob uma perspectiva irônica possa ser atualizado e apreendido como tal, o jornalista-autor desse enunciado, ao enunciar, utiliza-se da forma explicativa sobre a ministra Erenice “braço direito e substituta da petista Dilma Rousseff na Casa Civil” e também sobre “a grande família dos sócios do lulismos”. Quando realiza esse procedimento discursivo, atualiza um acontecimento político de um outro momento, mas ligando-o a imagem de Dilma e Lula. Assim, cria-se um conflito, estabelecendo-se, ao mesmo tempo um outro ponto de vista, o qual o jornalista-autor distancia. Nesse sentido, a ironia produzida acaba por exigir um sujeito-leitor que faça parte de uma comunidade discursiva que tenha em comum o conhecimento desse momento político, que pode até ter sido adormecido, mas acaba sendo “despertado” nesse dizer. Dessa forma, pode nos parecer meras repetições quando o jornalista-autor, desse editorial diz

isso, mas ele somente indica a relação entre o já dito e o novo, no que se refere aos sentidos produzidos. Reforçamos essa ideia com Muecke (1995) “A ironia é dizer alguma coisa de uma forma que ative não uma, mas uma série infundável de interpretações subversivas”.

Com a sequência (Sd13), o discurso jornalístico traz o discurso religioso, recuperando, avaliando, opinando e “traduzindo”, discursivamente, o dizer do Papa.

Sd13

Até o papa alemão a presidente recém-eleita teve de enfrentar. Ao se encontrar já nos momentos finais da campanha com um grupo de bispos nordestinos, Ratzinger convidou-os a orientar os cidadãos contra quem não respeita a vida (...). *Parece até que Bento XVI não sabe que o Vaticano fica na Itália, onde o aborto foi descriminalizado há 40 anos.* (CC-31/10/ 2010 - ANEXO F) (Grifo Nosso)

Nesse sentido, é interessante notar que o jornalista-autor ao dizer “Ratzinger convidou-os a orientar os cidadãos contra quem não respeita a vida” não se utiliza do discurso direto, ou seja, não cita próprias palavras do Papa: “Ratzinger convidou-os a orientar os cidadãos contra quem não respeita a vida”, mas apenas comenta, ou seja, faz um simulacro do que foi dito (orientação) por ele em um encontro. Isso é evidenciado pelo verbo “convidar”, pois, pelas palavras do jornalista-autor, houve um convite, o qual pode ser interpretado como uma forma mais sutil de dizer. Porém, essa sutileza acaba sendo desfeita ao estabelecer, no seu discurso, dois posicionamentos discursivos, evidenciando, assim, uma realidade que ele desqualifica quando apresenta o desconhecimento do Papa. Dessa forma, cria-se o efeito de sentido de invalidade do dizer Religioso, colocando em dúvida a legitimidade dele. Para responsabilizá-lo pela falácia cometida, *Carta Capital* enfatiza isso com o uso da expressão *não sabe*.

Mas, em (Sd14), o discurso irônico funciona pela redução de um enunciado ideológico à sua situação de enunciação. Assim, quando Fernando Henrique declarou-se ateu, o jornalista-autor reduz esse dizer à sua condição de enunciação, mas esse dito perde todo o efeito de uma suposta *seriedade*. É na ruptura com esse discurso que se pretende lógico que a ironia se instaura, confrontando o regime de verdades que atravessa os dois dizeres.

Sd14

A propaganda petista houve por bem retirar o assunto de sua pauta. É o que manda o figurino clássico, recuar em tempo hábil. Fernando Henrique Cardoso declarava-se ateu em 1986. *Mudou de ideia depois* de perder a Prefeitura de São Paulo para Jânio Quadros e imagino que a esta altura não se abstenha aos domingos de uma única, escassa missa. Se não for o caso de comungar. (CC-12/10/2010 - ANEXO E)

Ao dizer *Mudou de ideia*, cria-se um outro efeito de sentido, dando a entender que ele não seja religioso, mas somente cumpre um ritual. Na posição do jornalista-autor, desenvolve, então, todo um raciocínio a fim de desconstruir o discurso de FHC, mostrando para o sujeito-leitor a posição assumida por Fernando Henrique e que não deve ser negada por ele.

Além disso, podemos também encontrar outro procedimento na construção da ironia na Sd15:

Sd15

Espanto e pavor. Em Marte (título)

Estão na ribalta um candidato a Mussolini, ou a Hitler, ou a ambos, e uma assassina de criancinhas. Ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Um alienígena que baixasse à Terra ficaria entre o espanto e o pavor. Quanto a nós, brasileiros, não é o caso de maiores preocupações. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

O uso dos substantivos *Mussolini* e *Hitler* retorna uma memória discursiva, a história política, após a 1ª Guerra Mundial nos países vencidos, que lutaram contra o capitalismo e contra o comunismo; na Itália, o fascismo; na Alemanha, o nazismo. Porém, esse enunciado, no seu retorno pela *Carta Capital*, cria o efeito de sentido de defesa e apoio a Lula e à Dilma. Quando o jornalista-autor usa o pronome nós, evidencia o seu posicionamento, divergindo-se da realidade absurda criada pelo Fernando Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra, porque todos (brasileiros) sabem que a candidata de Lula não agiria assim (como *Mussolini* e *Hitler*), mas compreendem, como sujeito-leitores dessa revista, a que esses dizeres se referem. Com o emprego da ironia, podemos perceber a avaliação e o julgamento discordante do jornalista-autor dessa revista e também o movimento de verdades que servem como instrumentos estratégicos para se observar o saber por meio das relações de poder.

Além disso, o uso do “*nós*” inclusivo evoca uma coletividade, que, atribuindo união a um conjunto, cria uma força em torno do mesmo discurso. Constatamos também que a formação discursiva que predica Lula e Dilma como ditadores é excluída, silenciada, (in)significada, impedida de significar como tal. Embora haja as palavras de Fernando Henrique, Rodrigo Maia e Mônica Serra, elas não se materializam, pois na formação discursiva do editorial, o que eles dizem “nunca existiu” o que existe “na verdade” são boatos sem consistência que “não é o caso de maiores preocupações”.

Mas, o jornalista-autor, na Sd15, chama atenção do seu sujeito-leitor, e ao mesmo tempo desfaz esse mal entendido, ao mostrar que essas são palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Assim, ele não a valida, mas questiona a “verdade” dessa ideia até certo ponto difícil de acreditar. Observamos que, ao empregar a ironia, ele não disse o contrário, mas passa a questionar e esse questionamento torna-se objeto de reflexão. É um recurso para fazer um enunciado ser dobrado e logo em seguida ser comentado ou receber um acento apreciativo. Neste processo, ele manifesta um discurso a qual não assimila como seu. Assim se afasta sobre o que é dito, assumindo uma postura de juiz sobre as formulações enunciativas nesse momento em que são pronunciadas.

E a *Folha de S. Paulo* pretende continuar nesse controle do dizer, ao produzir o seguinte enunciado

Sd16

Da compra do apoio de partidos e parlamentares à violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, passando pela devassa no Imposto de Renda (...) Apurar, ao que tudo indica, não é mesmo um verbo que se conjugue no Palácio do Planalto. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Nessa sequência discursiva, o jornalista-autor da *Folha de S. Paulo* constrói ecos de falas do senso comum e da sabedoria popular: *político é tudo igual; o poder corrompe*. E para reforçar e provar isso, utiliza-se do encadeamento narrativo: “Da compra...à violação...passando pela” para identificar todas as ações de corrupção do governo petista de forma enumerativa. Com isso, ele chama a atenção do sujeito-leitor para “relembrar” todo esse processo. Para o jornalista-autor, portanto, existe uma necessidade eminente de confirmar sua verdade a partir de argumentos consistentes, ir aos fatos. Isso se explica em razão de que o poder da verdade também está na comprovação dos fatos. Assim o sentido irônico aparece, então, como uma crítica ou mesmo uma discordância ou afastamento do jornal sobre a forma de descaso em não apurar os episódios acontecidos no governo do Partido dos Trabalhadores.

Dessa forma, o jornalista-autor, usando a ironia, desqualifica e critica, principalmente quando se considera o conjunto textual como uma grande enunciação sobre Lula, seu governo e os que o cercam, e que se constituem no alvo do efeito irônico da *Folha de S. Paulo*. O jornal se apresenta como o observador onisciente que avalia a situação e a recria ironicamente.

Verificamos também no enunciado da *Carta Capital* o emprego do discurso irônico ao dizer

Sd17

Rodrigo Maia percebe outra semelhança, com Hitler, o qual pretendia “extirpar” a raça judia assim como Lula pretende “extirpar” a gente do DEM. Quanto a Dilma Rousseff, a própria mulher do candidato tucano à Presidência, Mônica, enxerga nela, favorável ao aborto, uma matadora de criancinhas. O que talvez soe estranho a ouvidos qualificados para um debate sério sobre a questão, mas casa à perfeição com vetustas ideias pelas quais mastigar bebês era praxe entre comunistas. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Ao atribuir comparações entre *Dilma-Lula/Hitler* formuladas no corpo do texto do editorial cria-se um efeito argumentativo. Por que, entre outras formas de dizer, fazer justamente essas comparações? Se não se deve/pode buscar a intenção do enunciador, pode-se chegar ao efeito que esse modo de dizer é capaz de provocar (embora não necessariamente, porque depende também do sujeito-leitor). De uma maneira ou de outra, a Sd17 estabelece uma crítica ou mesmo uma discordância da revista sobre a forma de comparação já dita em outro momento na “mídia nativa”.

E reforçando essa crítica e discordância, mais uma vez a revista enuncia “mastigar bebês era praxe entre comunistas” retornando um dito, o qual funciona como estratégia discursiva. Para compreendê-lo é preciso uma inserção no saber histórico para resgatar a ação do partido comunista. Dessa forma, o discurso de *Carta Capital* lembra-nos isso, porém, bem depois, ela contrapõe, de forma argumentativa e na “defensiva” dizendo que “É uma lição para todos nós. Dilma Rousseff deixou claro ser contra o aborto ‘pessoalmente’”.

Por outro lado as formas de nomeação e de classificação ou qualificação também são frequentes na revista *Carta Capital*, às vezes produzindo uma ironia que contamina todo o texto, ou mesmo permanecendo com um efeito irônico localizado. Esses elementos instauram a possibilidade de ironia, de forma ferina contra a mídia. Nenhum dos elementos tem qualquer marca explícita de distanciamento pela enunciação jornalística, que delega ao leitor a tarefa de exercitar a atribuição de sentido. Percebemos isso, por exemplo, quando o jornalista-autor diz: *o príncipe dos sociólogos, mídia nativa, mídia atucanada, marqueteiros nativos, os feis da tucanagem*. Não será apresentada uma análise de cada um, mas notamos que mesmo sem aspas, todos carregam *tom* irônico. Nesses casos, a indicação de ironia está mais no uso das próprias expressões pela enunciação jornalística, revelando o seu dizer, de forma mais assumida.

3.2.3 A negação

A *negação* foi estudada por inúmeros autores, filiados às mais diversas correntes teóricas. No entanto, não pretendemos proceder a um exame detalhado dos autores que se dedicam e/ou dedicaram ao seu estudo. Nesse momento, somente queremos refletir a respeito dela a partir do estatuto *discursivo* que é dado a essa modalidade de heterogeneidade discursiva em Indursky (1997).

Conforme Indursky (1997, p. 213), “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos”. Ressaltamos que o discurso-outro deve ser compreendido por todo discurso proveniente de outras formações discursivas (FDs). Assim, constrói uma divergência entre duas posições de sujeito, ou melhor, o sujeito rejeita o sentido que acredita estar ‘fora’.

E para marcar as formações discursivas antagônicas, o sujeito-autor da revista *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo* marcam linguisticamente nos seus discursos a negativa *não*, transformando uma afirmação em negação.

Jean-Jacques Courtine ([1981], 2009), quando analisou o discurso comunista endereçado aos cristãos, percebe-os como formulações sob a forma do enunciado dividido.

Essas formulações põem, no mesmo espaço discursivo, discursos provenientes de regiões antagônicas. E a marcação da negação irrompe estabelecendo um retorno de uma memória discursiva⁴, com a qual o sujeito do discurso reivindica, embora disso não se dê conta, as afirmações pertencentes ao discurso-outro, que, no domínio de saber ao qual está (o sujeito) filiado, não podem ou não devem ser ditas. Ou seja, materializa-se entre duas FDs antagônicas no interdiscurso, a linha divisória entre o que pode ser formulado e o que não pode.

A sequência discursiva apresentada a seguir, emitida na revista *Carta Capital*, instaura a negação discursivizada na FD dessa revista.

Sd18

A gestão Lula e Dilma precipitará finalmente o surgimento de uma oposição *não* golpista, ao contrário da atual, golpistas até a medula, a mesma que, com iguais propósitos foi situação. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Mas ao negar, o jornalista-autor, na organização desse discurso, contrapõe a formulação afirmativa “a gestão de Lula e Dilma como uma oposição golpista”, cujo efeito de sentido predominante na FD antagônica é o de que “o governo Lula é corrupto”. Com isso, o sujeito-autor nega essa atitude de corrupção do governo petista para romper com a FD da “mídia nativa”, para que seja possível redirecionar o dito para os saberes próprios a sua FD. Assim ele se posiciona contra a direita brasileira, passando um efeito de sentido de que se a vitória fosse de Serra, não seria uma vitória da democracia, mas, talvez, de uma espécie de ditadura. Ao se posicionar contra o adversário de Dilma, essa revista produz um efeito de apoio à Lula.

Também podemos observar a internalização de enunciados provenientes de outros discursos na seguinte sequência da *Folha de S. Paulo*:

Sd19

O Brasil *não* pode ser confundido com uma espécie de “hacienda” da grande família petista. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Quando o jornalista-autor utiliza o advérbio *não*, instaura uma contradição em seu dizer, pois nega o Brasil ser uma hacienda da grande família petista em contraposição a afirmativa “o Brasil é uma “hacienda” da grande família”. O uso da palavra “Brasil” indica a coletividade, e ao usar essa palavra no lugar de povo, percebemos que o sujeito-autor constrói o sentido de inclusão de todos os habitantes desse país. Portanto, no mesmo enunciado, articulam-se dois discursos que estão afastados radicalmente por seus antagonismos ideológicos, colocando em confronto posições de sujeito incompatíveis. Esse modo de negar produz o efeito de sentido de denúncia ou de refutação das ações do outro lado.

⁴ A memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos (COURTINE, 2009, p. 106).

Somando-se a isso, encontramos a sequência discursiva na *Folha de S. Paulo*

Sd20

Apurar, ao que tudo indica, *não* é mesmo um verbo que se conjugue no Palácio do Planalto. Ali, prefere-se iludir, tergiversar, apaniguar. (FSP- 17/09/2010 - ANEXO A)

Sd21

A expectativa da vitória no primeiro turno, que pareceu certa e até acachapante há algumas semanas, *não* se confirmou. (...) Ao chancelar o segundo turno, o eleitorado demonstrou *não* ter suficiente convicção para conceder à pouco conhecida candidata lulista um triunfo aclamatório. Conclamou os dois candidatos a limpar a maquiagem do marketing e propor à jovem democracia brasileira uma discussão mais séria e madura. (FSP- 05/10/2010 - ANEXO B)

Em (Sd20), a marca linguística *não* instaura o questionamento a um pré-construído pertencente a um outro domínio de saber antagônico. Esse saber, que contrapõe ao discurso do jornal, mostra a lisura existente no Palácio do Planalto. Mas, o jornal contrapõe essa afirmativa, ou seja, desfaz esse sentido e constrói outro com a sua negação: não se apuram os fatos de corrupção no Palácio do Planalto. E a Sd21 constrói o efeito de sentido de uma verdade: a vitória da Dilma não era certa. Assim, o jornalista-autor confronta o seu discurso ao da formação discursiva que defendia a vitória como certa.

Quando *Carta Capitale* e *Folha de S. Paulo* usam a negação, percebemos que esse mecanismo constitui um jogo de afirmação e negação. Trata-se, com efeito, de um jogo que se estabelece entre o dizer e o dito. E quando o jornalista-autor nega, ele atribui ao seu discurso o estatuto de verdade e, àquele em que se manifeste um conflito, o estatuto de mentira ou de segredo.

3.3 Porta-voz do discurso

Segundo Pêcheux (1990a, p. 17), o porta-voz assume “dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro de um ‘nós’ em formação...”

Ao falar do editorial, o porta-voz transmite solicitações, faz declarações, tece análises, elabora críticas e formula exigências. Essas situações devem ser enunciadas publicamente em nome de um grupo. Por conseguinte, a discursivização do porta-voz é um “ecoar” coletivo, pois ele não fala apenas em seu nome. Sua função deve possibilitar visibilidade, credibilidade e legitimidade aos interesses do sujeito-leitor. Isso pode ser bem observado nos enunciados seguintes.

Sd22

O Brasil precisa superar, agora, e superará, uma quadra que ainda o viu tolhido pela presença do partido do golpe, entendido como garantia do privilégio e sustentado pela mídia, seu braço direito e porta-voz”. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Sd23

O Brasil merece a continuidade do governo Lula em lugar da ferocidade dos eleitores tucanos. (CC-12/10/2010 - ANEXO E)

Sd24

O Brasil não pode ser confundido com uma espécie de “hacienda” da grande família petista. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Sd25

Os brasileiros precisam de informações que permitam aferir com mais acuidade as virtudes e defeitos daquela a quem Lula, em mais uma de suas sintomáticas e infelizes metáforas, empenha-se em entronizar como a “mãe” do país. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Como mostra Piovezani (2003, p. 59), o sujeito porta-voz não é a reprodução da fala do povo, “mas seu simulacro, pelo mesmo fato de que a existência do porta-voz atesta a impossibilidade de que o povo fale, pois se assim acontecesse, a função de falar em seu nome estaria elidida”. Ao denominar o povo pela expressão Brasil, o sujeito porta-voz, como ser social, que, como tal, partilha com outros sujeitos da comunidade à qual pertence seu ponto de vista sobre os “acontecimentos políticos” para que esses possam funcionar como convenções.

Ao nos depararmos a Sd19 e Sd29, percebemos que o sujeito porta-voz compartilha o seu otimismo e sua crença no governo de Dilma com os leitores da revista. Nesses enunciados, é importante observar que o jornalista-editorialista concebe como público-alvo de seu texto todos os brasileiros.

Sd26

Somos otimistas. Acreditamos que a gestão Lula e Dilma precipitará finalmente o surgimento de uma oposição não golpista, ao contrário da atual, golpistas até a medula, a mesma que, com iguais propósitos, foi situação. (...) Concordamos com José Dirceu quando defende a liberdade de imprensa. (CC-20/10/2010 - ANEXO D)

Sd27

Acaba de chegar o momento do confronto direto, dos debates olhos nos olhos. Ao reiterar nosso apoio à candidatura de Dilma Rousseff, acreditamos, isto sim, que ela deva partir firmemente para a briga, o que, aliás, não discreparia do temperamento que lhe atribuem. (CC- 12/10/2010 - ANEXO)

Ao usar a primeira pessoa do plural no sintagma *nosso apoio*, reforça a credibilidade juntando as vozes do sujeito-editorialista da revista e da sociedade em geral. Dessa forma, o sujeito-editorialista ao dizer “acreditamos” interage com outros sujeitos que se inscrevem na formação discursiva em defesa de Lula e Dilma, posicionando-se contra a repetição do fato “Chavez”, um golpista, no Brasil. Mas essa voz ecoa em nome da democracia e dos eleitores que confiaram num partido de esquerda para mudar o país. E a revista, enquanto instrumento formador de opinião, com responsabilidade social, reitera o apoio à gestão Lula e Dilma.

Também podemos perceber o porta-voz a partir da sequência enunciativa seguinte:

Sd28

A maioria dos eleitores moveu-se pelas razões que nos levaram a apoiar a candidata de Lula desde o começo oficial da campanha. (*Carta Capital-31/10/2010 - ANEXO F*)

Na sequência anterior, percebemos que o sujeito do discurso coloca o apoio à luta de Dilma como sendo um apoio de todo o povo. Porém, o sujeito do discurso se apresenta não como representante da fala do povo, mas como um porta-voz na medida em que há a impossibilidade de o povo falar. Esse sujeito porta-voz procura demonstrar que não é uma luta individual ao dizer “a maioria” e o “nosso apoio”, mas de toda a sociedade; daí a preocupação em tentar se constituir como um “nós”.

O papel do sujeito porta-voz, enquanto uma fala de consolidação, é mostrar o que aconteceu criando o efeito de verdade a partir da humanização, da exibição dos equívocos. Ele é um porta-voz da própria História, já que pretende mostrar aquilo ainda não se sabia. Esse sujeito porta-voz neste momento, tem o papel de mostrar para os “seus”, aqueles que estão inseridos no “nós”, como se deu no passado próximo e fazê-los refletirem sobre o presente. É o que podemos perceber nas sequências seguintes:

Sd29

Pois Dilma Rousseff teve de enfrentar esta mídia atucanada, a reeditar o udenismo de antanho em sintonia fina com seus heróis. Deram até para evocar o passado da jovem Dilma, “guerrilheira” e “terrorista”. Como de hábito, apelaram para a má-fé para explorar a ignorância de um povo que, infelizmente, ainda não conhece a sua história, e que não a conhece por obra e graça sinistra de uma minoria a sonhar com um país de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem demos. (*CC-31/11/2010 - ANEXO F*)

Sd30

Nos porões do regime dos gendarmes da chamada elite, Dilma Rousseff foi encarcerada e brutalmente torturada. Poderia ter sofrido o mesmo fim de Vlado Herzog, que os jornalistas não se esquecem de recordar todo ano. (*CC-23/11/2011 - ANEXO F*)

Com o interdiscurso, o sujeito porta-voz recupera um discurso da esquerda, que já foi dito em outro lugar, mas que se encontra disperso; ele os agrupa aproximando seu discurso daquele que pensa ser o da população, do povo. Esse sujeito do discurso jornalístico pretende mostrar aquilo que a censura e a repressão impediram que fosse dito no momento anterior, mas que agora ele diz e pode dizer o que não se pôde dizer.

E ao enunciar que Dilma foi brutalmente torturada, cria um efeito de sentido de um certo repúdio em relação aos grupos que agiam contra o regime militar. Assim retoma fatos da história até então ocultos diante da forte censura imposta pelo regime militar. Nesse discurso, enfoca a história da mulher presa em nome de uma causa e cria uma imagem da “Dilma mártir”. Percebemos, nesse efeito de sentido, o retorno de vários discursos que abordavam o passado de Dilma como guerrilheira, discursos esses de formações discursivas diversas: uns tratando o fato de ser guerrilheira como positivo, como uma guerreira contra a ditadura militar; e outros

tratando como terrorista e assassina. Portanto, o enunciado em questão pode produzir tanto um efeito negativo quanto positivo. Nesse caso, vai depender da interpretação do leitor.

Também podemos ver o jornalista-autor aparecer como mediador entre dois polos. Ao expor toda a “verdade” sobre o passado de Dilma, ele acaba defendendo interesse de um determinado grupo e se dirigindo a um adversário. Ao assumir a posição, portanto, se configura como porta-voz.

O jornalista-autor com os enunciados seguintes Sd31, Sd32, Sd33 como o seu dever tenta apresentar dizeres. “verdadeiros” para transformar a subjetividade dos outros, que também devem ter, pelo menos, coragem para ouvir e participar francamente do confronto.

Sd31

A Folha trouxe, na edição de ontem, a explosiva história de um empresa que afirmou ter sido orientada a procurar a Capital Consultoria, de um filho da então secretária-executiva do ministério, para liberar um empréstimo bilionário do BNDES. (FSP-17/09/2012 - ANEXO A)

Sd32

Carta Capital, como de hábito, supõe outros desfechos em um pleito disputado pela atual oposição de forma nunca dantes praticada, em termos de hipocrisias, falsidades e baixeiras. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Sd33

Carta Capital percebe os sinais, nem tão tímidos, da mudança em andamento. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Ao verificarmos a marcação do nome da instituição “*A Folha trouxe*”, “*Carta Capital supõe*”, “*Carta Capital percebe*” “*A tese, com a qual esta Folha já concordou*” cada uma delas assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas. Agem como um “intelectual específico”, função determinada por Foucault (2005), pois ao se apresentarem ao sujeito-leitor determinados conhecimentos sobre a política, evidencia isso para operar uma crítica determinada. Com isso, há interesse de instaurar um regime político, econômico e institucional de produção de uma verdade. Quando a *Carta Capital* usa os verbos *supõe* e *percebe* e a *Folha trouxe* e *concordou*, existe autoridade para cada um dizer e também validar esse dizer como verdade. Quando dizem isso, esses dizeres estão investidos de muito mais do que supõe uma simples dito: eles põem em jogo um conjunto de elementos, referentes às possibilidades de aparecimento e delimitação desses discursos. Reforçamos essa ideia com Foucault ao mostrar que nossa sociedade legitima certas pessoas para falar, e ao mesmo tempo desautoriza outras.

Com os enunciados anteriores, podemos notar que o jornalista-autor é autorizado a dizer, pois ao registrar o nome da empresa explicitamente no corpo do texto, acaba também por legitimar seu discurso. Além disso, nessa passagem, a voz do jornalista-editorialista mais a voz da revista unem-se para sustentar a posição desse enunciatador para isentá-lo da exclusividade do papel de acusador/defensor, já que ele não faz afirmações sozinho.

Também a *Folha de S. Paulo* utiliza discursos advindos de vozes sociais que corroboram para reforçar a ação corrupta do PT. Essa estratégia argumentativa consiste, então, em apresentar um discurso, como argumento de autoridade, e validando, por fim, o posicionamento assumido pelo jornal. E ao dar voz a outros autores, assegura a veracidade argumentativa do seu próprio discurso.

Sd34

Segundo os autores da denúncia, em conversas gravadas pela reportagem, houve troca de e-mail (...) “*Segundo as declarações*, o pacote também incluiria uma doação. (...) Para completar o descalabro, *segundo um dos entrevistados*, o ministério servia de guichê. (FSP-17/09/2010 - ANEXO B) (Grifos nossos)

Assim, cria-se um efeito de distanciamento, estruturado a partir das vozes de terceiros, que o jornalista-sujeito-editorialista engendra para proteger a sua face, corroborar seu ponto de vista ou depreciar e refutar o ponto de vista do adversário, filiando-se a diferentes vozes que se remetem a um mesmo discurso. Em geral, esses tipos de argumentos compartilham do mesmo posicionamento do jornal, formando um grande bloco de terceiros que se associam na luta argumentativa instaurada nos espaços de discussão sociais. Ele (o sujeito falante) delega a sua fala a um terceiro para trazer um prova de autenticidade que é dito evocando um testemunho. Ao observarmos essas vozes, percebemos que o jornalista-editorialista, na sua função de autor, agrupa-as para dizer ao sujeito-leitor que não está sozinho, de modo que a sua voz passa a ser também a voz da coletividade. Ao construir o discurso nesses moldes, cria o efeito de sentido de consenso, com a ideia de que este é o pensamento de todos.

3.4 Redução da credibilidade do outro

O uso da refutação para desmoralizar o discurso do outro é recorrente nos discursos dessas duas instituições analisadas por nós.

Esse processo ocorre como uma forma de resistência entre as duas instituições midiáticas. *Folha de S. Paulo* (Sd35) refuta a tese defendida por *Carta Capital* (Sd36) sobre a vitória de Dilma ao colocar em cena algumas vozes, cujos discursos se tornam aliados na defesa do posicionamento desse jornal, seja conferindo autoridade ao ponto de vista assumido, seja refutando teses que se mostram contrárias ao posicionamento defendido. Essas outras vozes parecem possuir autoridade o bastante para refutar a tese da *Carta Capital* através da apresentação de dados quantitativo, advindos das pesquisas realizadas. Nos enunciados seguintes, enfatizam a questão de Dilma ser a primeira mulher presidente do Brasil. Esse enfoque na mulher pode

ser um efeito da campanha de Dilma e do discurso de posse, que teve a mulher como tema recorrente, bem como a saúde, os direitos e a dignidade da mulher. Vejamos:

Sd35

Temos uma mulher na Presidência da República, primeira na história do Brasil. E que uma mulher chegue a tanto já é notícia extraordinária (...) Dilma Rousseff representa entre nós a vitória contra o velho preconceito pelo qual mulher só tem serventia por certos dotes que a natureza generosamente lhe conferiu. (...) (CC-31/10/2012 - ANEXO F) (grifo nosso)

Sd36

Dilma Rousseff será *a primeira mulher a exercer o cargo de presidente do Brasil*. Da Islândia à Argentina, passando pela Alemanha e pelas Filipinas, a presença de mulheres na chefia de um governo já não ressalta pelo ineditismo, ainda que seu número, segundo as Nações Unidas, não alcance a marca de duas dezenas, num total de 192 países pesquisados. (FSP-01/11/2012 - ANEXO C) (grifo nosso)

Assim, cria-se um conflito, revelando posicionamentos diferentes, de um lado inscreve-se, socialmente, a mídia “nativa” representada aqui pela *Folha de S. Paulo* e de outro a revista *Carta Capital*. Porém, esta compreende do ponto de vista da própria posição enunciativa feminista, mostrando que a vitória derrubou um preconceito social, mas aquela utiliza-se de uma posição cronológica, geográfica e estatística compreendendo que Dilma não é a primeira mulher a se destacar no meio político, pois os dados estatísticos reforçam um quantitativo de mulheres chefiando governos, afinal já há mulheres destacando-se em cargos políticos, apesar de ainda desqualificar essa representatividade feminina. Esse entrecruzamento de discursos que irrompem mostram o embate entre os saberes que se revelam como verdadeiros, é o que Foucault (2005a, p. 13) considera o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro e o falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder”.

Assim, no discurso da FD do sujeito-editorialista da *Carta Capital* (Sd35), o papel da mulher eleita aí identificado é definido como algo positivo na sociedade, enquanto o papel da candidata eleita identificado, com a FD adversária (Sd36), é descrito como algo em segundo plano, inexpressivo. Portanto, entram de forma diferenciada nessa ordem do discurso, relações de poder-saber. Entre *Folha de S. Paulo* e *Carta Capital*, as resistências se exercem reciprocamente, pois são lugares institucionais legitimados socialmente na divulgação do saber e, por isso mesmo, são dois segmentos sociais que controlam o que deve ser dito ou não dito. Por isso, lutam pela sobreposição de seus discursos, para isso, cada um usa o argumento que está ao seu alcance.

Dando continuidade, percebemos também que ao evocar a voz da revista *Veja* cada suporte, a revista e o jornal, assume uma posição ao que foi dito. Vejamos as sequências seguintes:

Sd37

O caso, que se reúne aos malfeitos reportados pela revista “Veja” nesta semana, também lança dúvidas sobre o comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República. Todas as reportagens dão conta de que havia uma quadrilha atuando sob o nariz do chefe do Executivo em seu mais próximo e estratégico gabinete - a mesma Casa Civil em que se montou, no primeiro mandato, o esquema do mensalão. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Sd38

(...)A revista *Veja* está aí para estas coisas, enquanto a *Folha de S. Paulo* reedita na tevê um velho anúncio disposto a evocar Hitler para concluir, à moda fernandista, que algumas verdades constroem uma mentira. (...) Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Notemos que a *Carta Capital* evoca a voz de *Veja* para desmoralizar a *Folha de S. Paulo* e também tenta sustentar o discurso com valor de verdade. Ao dizer que a “*Veja* está aí para estas coisas”, *Carta Capital* reforça que *Veja* sempre produz discursos “antidemocráticos” e inverossímeis, colocando em cheque a legitimidade dessa instituição. E segundo essa revista, os outros (*Folha de S. Paulo* e *Veja*) produzem discursos vazios por não terem argumentos necessários para comprovar o que dizem.

Mas com relação ao dizer da *Folha de S. Paulo*, podemos observar que ela se refere a *Veja* como forma de convocar uma voz que possa se associar, ou seja, aliar-se na defesa do posicionamento assumido. Ao lançar mão dessa estratégia, o sujeito acaba instaurando, diante de si, um terceiro, que, ao mesmo tempo, assume o papel de aliado na construção discursiva e na corroboração do posicionamento assumido. Esse procedimento fica bem evidenciado no uso da palavra “também”, filiando as duas empresas em posições ideológicas de frente “esquerdistas”. Na perspectiva do jornal, ao dizer “malfeitos” e “quadrilha” a corrupção é concebida como falta de integridade e de caráter “do comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República”. Assim a *Folha de S. Paulo* trata sobre a questão da corrupção como um fato antiético.

É interessante notarmos que os trechos de ambas as instituições corroboram as suas teses defendidas. No caso da *Folha de S. Paulo* reforça as dúvidas sobre o comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República, ou seja, a corrupção resulta na falta de conhecimento, controle e fiscalização, pois “havia uma quadrilha atuando sob o nariz do chefe do Executivo”. Diferentemente do discurso desse jornal, *Carta Capital* reforça a construção de discursos mentirosos das duas outras “mídias nativas” que nem conseguem provar a ligação dos fatos denunciados entre a campanha de Dilma Rousseff. A presença de tais estratégias acaba marcando a existência de um embate no dispositivo de concorrência, em que o discurso de uma instituição torna-se a antítese do discurso da outra.

E esse embate estabelece uma relação de poder, conforme propõe Foucault (2005a). Entre a *Folha de S. Paulo* e a *Carta Capital* há o exercício do poder e da resistência, uma ação

recíproca, e isso é possível devido aos seus lugares institucionais legitimados socialmente na divulgação do saber e, por isso mesmo, são dois segmentos sociais que controlam o que deve ser dito ou não dito.

E nesse controle, ela exclui o que não pode ser dito

Sd39

A mídia nativa desfralda estas patéticas definições da lavra dos cabos eleitorais de seu candidato enquanto tenta transformar o Caso Erenice em escândalo de imensas proporções. O enredo suscitado pela quebra de certos sigilos passa para o segundo plano, mas ninguém se surpreenda se for ressuscitada a versão da “guerrilheira terrorista Dilma”, capaz de violências inauditas de arma na mão. (CC-20/09/2010 - ANEXO D)

Sd40

Se não há evidências sobre a participação de Dilma Rousseff em desvios como os agora apontados, é inevitável questionar a escolha de Erenice Guerra para exercer as funções de secretária-executiva e, posteriormente, chefe da Casa Civil da Presidência. Ninguém mais do que Dilma sabia com quem estava tratando. Faltou-lhe argúcia para perceber o que se passava? Desconfiou, mas não tomou providências? Tudo não passa de um grande engano? É preciso que se responda. (FSP-17/09/2012 - ANEXO B)

Nessa sequência discursiva, a *Folha de S. Paulo* faz referência às denúncias sobre a ministra da Casa Civil, Erenice, mas, o jornalista-autor, por meio de alguns questionamentos sobre a possível omissão de Dilma sobre o assunto, quer respostas. O uso das interrogações, em um primeiro momento, satisfaz a condição da pertinência no sentido de ser dada a responsabilidade ao sujeito-leitor para, entre duas variáveis abertas, escolher, segundo a circunstância, a variável mais pertinente. Mas o que se observa é que as interrogações feitas acabam provocando a resposta fechada, ou melhor, de confirmação “que Dilma sabia com quem estava tratando”. Dito de outro, essas interrogações estabelecem outras relações a formação discursiva democrática. Elas consistem em tomar a palavra não para expressar uma dúvida ou exigir uma resposta, mas para marcarem e impedirem, àqueles a quem se fala, a possibilidade de poder negar ou mesmo responder. Assim se constrói um discurso através de perguntas retóricas, simulando uma participação do sujeito-leitor, pois a interrogação permite a interpretação de que se trata de manifestar uma chamada para os valores que o referido jornal pretende defender. Assim, o jornalista-autor assume uma posição de indignação em relação aos escândalos acontecidos no partido do PT.

Assim vemos “intimar” o sujeito-leitor a se engajar junto à instituição na causa defendida quando diz “É preciso que se responda” inserindo todos nesse quadro de questionamentos que se estrutura em torno de uma busca racional daquilo que é verdadeiro ou que é mais verdadeiro (verossímil). Assim se institui uma tese sobre a postura de Dilma, travando-se uma batalha discursiva. Isso leva a criar o efeito de sentido de que acreditar no PT é sinônimo de erro, insanidade, mesmo não havendo evidências sobre a participação de Dilma Rousseff em desvios.

O jornalista-autor está em uma ordem do discurso que lhe permite dizer “a verdade”. Portanto, qualquer outro saber – acreditar no desconhecimento de Dilma ou mesmo do PT sobre a Ministra Erenice – não pode ser tido como verdadeiro. Dessa forma o seu papel não é dizer aos outros o que eles devem fazer ou modelar suas vontades políticas, como reforça Artières (2004, p. 16), mas, “de levar seus contemporâneos a perceber o que está acontecendo”. É o que verificamos no seu dizer seguinte:

Sd41

Nesta hora em que as pesquisas de intenção de voto apontam para uma vitória acachapante da candidata oficial, mais do que nunca é preciso estabelecer limites e encontrar um paradeiro à ação de um grupo político que se mostra disposto a afrontar garantias democráticas e princípios republicanos de forma recorrente. (FSP-17/09/2010 - ANEXO A)

Assim, é possível identificarmos a manutenção do poder – ou a tentativa de -intervenção no processo social e eleitoral, pois nesse dizer leva o sujeito-leitor a questionar a credibilidade da candidata petista. O discurso do jornal, ao materializar o enunciado “garantias democráticas”, marca o seu posicionamento ideológico em relação ao momento político e ativa também a memória anterior acerca do PT, partido de esquerda.

E para reforçar essa verdade e desqualificar a “candidata de Lula” o jornalista-autor continua a dizer

Sd42

Foi ela o fenômeno eleitoral do primeiro turno. Neófito em disputas para o Executivo, liderou uma coligação inexpressiva, relativamente modesta em recursos, com ínfima presença no horário eleitoral gratuito. Ao merecer 19,3% dos votos, ganhou importância no desenlace do segundo turno e tornou-se mais do que uma simples promessa para 2014. (FSP-05/10/2010 - ANEXO B)

Com esse enunciado, portanto, acreditar na vitória de Dilma não pode ser verdadeiro, pois dizer a “verdade” implica estar no exercício do poder sobre determinado saber (Marina é o fenômeno natural), o que no editorial equivaleria ao fato da liderança e importância da candidata adversária do PT. Além desse aspecto, esse enunciado dito demonstra a certeza nessa realidade apresentada quando é comprovada por dados estatísticos (19%), pois são eles que sustentam a verdade contida. Esse efeito de real é instalado para estabelecer o caráter de verdade e, conseqüentemente, a credibilidade. Ao enunciar, faz proliferar o efeito de verdade respaldado por esse poder-saber e, desta maneira, levar o sujeito-leitor a perceber a realidade e a força política representada pela outra candidata.

E com a sequência seguinte (Sd43) a *Folha de S. Paulo* mostra-se conhecedora das mudanças necessárias para um bom desenvolvimento e também “novo”, emitindo o discurso pacífico ao desejar “boa sorte” a eleita. Mas, nesse fragmento em análise, também encontramos uma crítica demolidora ao governo da eleita. Isso é evidenciado quando o jornalista-autor

emprega a expressão “resta desejar”, pois o jornal, com todo seu conhecimento, sinaliza uma incerteza no “novo” governo externando somente um desejo e não uma realidade. Assim, ele constrói um discurso de desqualificação sobre a Dilma.

Sd43

A eleita terá tempo para refletir acerca da formação de seu governo e do desafio nada trivial de levar o país a uma nova etapa de desenvolvimento. *Resta desejar que tenha boa sorte e competência para isso.* (FSP-05/10/2010 - ANEXO B) (Grifo nosso)

Por outro lado, Carta Capital estabelece um confronto direto, pelo próprio perfil de sua linha editorial, como já dissemos no capítulo anterior “não tem receio de falar da imprensa, procurando fazer uma leitura profunda da situação da mídia” e a própria revista assume isso ao dizer “como de hábito supõe outros desfechos de um pleito disputado pela atual oposição de forma nunca dantes praticada, em termos de hipocrisias, falsidades e baixezas”.

E com essa coragem de dizer, ou melhor, com uma vontade da verdade, ela se inscreve em um discurso crítico e de desqualificação à mídia. É o que podemos identificar nos enunciados ditos abaixo:

Sd44

Outra diversidade chama em causa a mídia nativa. Fascinada, sempre esteve ao lado de FHC, inclusive para lhe esconder as mazelas. Vigorosa intérprete do ódio de classe em exclusivo proveito do privilégio, atravessou oito anos a alvejar o presidente mais amado da história pátria”. (...) “Pois Dilma Rousseff teve de enfrentar esta mídia atucanada, a reeditar o udenismo de antanho em sintonia fina com seus heróis”. (...) “Mas a hipocrisia da mídia não tem limites, com a contribuição da ferocidade que imperou na internet ao sabor da campanha de ódio nunca tão capilar e agressiva” (CC-31/10/2010 - ANEXO F)

Sd45

É razoável supor que essa manifestação de intolerância goze da orquestração tucana, excitada pelo apoio maciço da mídia e pelos motes da campanha serrista” (...) “P.S. Bem a propósito: a demissão de Maria Rita Kehl por ter defendido na sua coluna do Estado de S. Paulo a ascensão social das classes mais pobres prova que quem constantemente declara ameaçada a liberdade de imprensa não a pratica no seu rincão” (CC-12/10/2010 - ANEXO E)

Sd46

A mídia nativa desfralda estas patéticas definições da lavra dos cabos eleitorais de seu candidato enquanto tenta transformar o Caso Erenice em escândalo de imensas proporções” (...) “Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff. (...) “O Brasil precisa superar, agora, e superará, uma quadra que ainda o viu tolhido pela presença do partido do golpe, entendido como garantia do privilégio e sustentado pela mídia, seu braço direito e porta-voz” (...) “esta mídia é visceralmente antidemocrática, embora nem por isso deva ser coibida. Está a ser punida, aliás, e de outra maneira: prova-se, já há algum tempo, que não alcança o público na sua maioria. Tal é a nossa convicção, a mudança se dará naturalmente. E por este trilho, a mídia nativa vai perder o emprego”. (CC - 20/09/2010 - ANEXO D)

O discurso da revista traz instabilidade ao discurso, porque é capaz de revelar a sua postura frente aos enunciados ditos pela “outra” mídia. Dessa forma, ela se exclui e transfere a

responsabilidade para a “mídia nativa”. Assim, tenta criar um efeito de sentido, com um discurso da “vitimação”, no qual Dilma é acusada sem precedentes. Pelos enunciados ditos, percebemos que a “mídia nativa” mostra-se como se estivesse no Panopticon, tudo vê e nesse olhar sabe muito sobre a Dilma e esse saber tem o desejo de construir uma verdade sobre ela. Isso pode ser confirmado pelas palavras que aparecem nos enunciados anteriores, como: “intérprete”, “desfralda”, “manifestação de intolerância”. Assim, o bem e o mal ficam delimitados, orientando de forma maniqueísta o entendimento do sujeito-leitor.

Quando *Carta Capital* diz “A mídia nativa desfralda estas patéticas definições da lavra dos cabos eleitorais de seu candidato” representa uma resposta aos dizeres da “mídia nativa”, a qual, segundo a revista, manipula informações”. Ao mostrar ao leitor “essa verdade”, a revista desqualifica, assim, a sua adversária “mídia nativa”, mostrando que “ela viola as regras do jogo”, tenta-se assim “tirar dessa seu direito à palavra. A revista, ao acusar a mídia em peso, distancia-se dela e não se insere nesse grupo midiático, mas, desde o início da campanha eleitoral, revelou-se pertencente às mesmas filiações ideológicas: a de construir sentidos que versassem sobre o apoio a Dilma.

Como podemos observar, *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo* constroem formações discursivas distintas e que se recusam mutuamente. Enquanto esta assume a posição de acusadora do Governo Lula, em todos os episódios, aquela assume a posição de defensora, também em todos os episódios, produzindo sentidos que apontam o objetivo da mídia e da oposição: atingir o Governo Lula.

3.5 A adjetivação

Normalmente, quando o jornalismo possui a função de informar, explicar e orientar o leitor, a suposta objetividade passa a ser característica fundamental. Entretanto, quase nunca esse traço é observado no gênero editorial. Portanto a linguagem neutra, isenta de juízos de valor, sem preconceitos, sem nenhum tipo de influência é impossível, porque as avaliações estão materializadas no texto.

E para que os jornalistas-editorialistas marquem linguisticamente, nos editoriais, seus posicionamentos, utilizam-se de adjetivos e de termos com traços avaliativos intensos, que agem como enaltecendores de determinado valor.

Em Sd47, retirados da *Folha de S. Paulo* em 17/09/2012 (ANEXO A), esse processo avaliativo é materializado com um tom de espanto, e derrisão (não seriam necessariamente elogiáveis).

Sd47

a explosiva história de uma empresa, para liberar um empréstimo **bilionário do BNDES**.

A firma **do filho da ministra demissionária**.

Um balcão **de negócios**

A grande família **dos sócios do lulismo**.

Essa **espantosa** instrumentalização das estruturas governamentais.

O perfil **estatizante, corporativo e arrivista do PT**.

Ao identificarmos esse uso expressivo de adjetivações na *Folha de S. Paulo*, percebemos o jornalista-autor conduzir-lhes, com um tom negativo, a um campo semântico sobre os problemas enfrentados por Lula, a partir das denúncias de corrupção envolvendo o PT e os líderes de seu governo. É importante ressaltarmos que essas sequências discursivas, ao serem veiculadas no jornal, permitem revelar e caracterizar ações de corrupção no governo petista. O discurso do jornalista-editorialista mostra-se inscrito em uma formação social própria ao que a sociedade recrimina e define como malandragem.

Devemos perceber que ao atribuir esse tom derrisório, não é contra uma postura individual diferente da sua que o jornalista-autor se posiciona, mas contra uma atitude que é característica de seu grupo (supostamente) e que o leva a avaliar como avalia.

Conforme os postulados de Foucault sobre a formação discursiva, podemos compreender como o retorno desses dizeres já ditos marcam a formação discursiva, que segundo o filósofo não se restringe ao conflito de classes, já que o poder também está localizado em “microesferas de poder”.

Dessa forma, todos os adjetivos ditos mostram-se valiosos numa análise preocupada em compreender as relações de poder que estão nas bases da constituição do sentido. Dessa forma, esses enunciados impõem uma lei de verdade, emergindo a contradição legalidade *versus* ilegalidade, na qual o sujeito da enunciação atua claramente em favor da segunda, construindo uma imagem pejorativa.

Resgatando o poder-saber da história oficial dos acontecimentos, em especial o episódio do caso Erenice, o tom de voz do jornal atua em seu poder de tudo ver, aproximando passado e presente e deixando margens para prever o futuro. Os editoriais produzidos nesse período constroem a imagem de Lula e de Dilma tendo como vetor de sentido a corrupção, colaborando com a instalação de efeitos de dúvida. Daí depreendemos as estratégias discursivas da *Folha de S. Paulo* para fazer crer na realidade relatada. O que fica mais visível nisso é, sem dúvida, a construção de significações pejorativas da imagem da *candidata a Presidente, Dilma*: sem postura e moral, impossibilitada de governar adequadamente e incapaz de assumir os escândalos do seu partido. Sendo assim, o jornalista-autor constrói o simulacro, reafirmando um valor de verdade. Notamos que através de um modo de dizer recorrentemente enfático, a *Folha de S. Paulo*, ao falar sobre a Dilma, faz uma dupla desqualificação: desqualifica a

militante, desqualifica também o movimento partidário, PT. Observamos o tom de voz que mais se desvela: a enunciação que não relativiza, mas ataca diretamente.

Em relação aos títulos dos editoriais da *Folha de S. Paulo* “A grande família” no anexo A, “Nova oportunidade” no anexo B e “Dilma presidente” no anexo C, encontramos sintagmas nominais, os quais vêm marcados por um tom valorativo do jornalista-autor. Ao dizer o adjetivo “grande” ele dimensiona a família petista, colocando-a não muito pequena e isso, aparentemente, causando um forte impacto no sujeito-leitor de “estranhamento”, que leva, muitas vezes, à indagação ou à pura indignação. Particularmente em um momento em que se busca redemocratização da sociedade brasileira, o jornal retorna esse dizer que provoca incômodo em boa parte dos sujeitos-leitores. A recorrência ao adjetivo “grande” evidencia uma identidade, porém com efeito de sentido negativo. Assim, o jornalista-editorialista procura levar o seu sujeito-leitor a se inscrever em uma formação discursiva política ‘esquerdista’.

Por outro lado, *Carta Capital*, em relação à “mídia nativa”, constrói um campo associado sobre o que outros suportes já falaram a respeito de denúncias de corrupção no Governo Lula. Enunciados, no anexo E, como: “festival imponente de preconceitos e recalques, de raiva, de calúnias e mentiras, indigno de um país civilizado e democrático”; “coro da arrogância, da prepotência, da ignorância, da vulgaridade”; “marqueteiros nativos”; e também no anexo F, tais como: “vigorosa interprete do ódio” ditos de forma recorrente, nos seus editoriais, retoma com um tom negativo, uma memória discursiva que permite a produção de sentidos em torno de uma história “não edificante”, mas “de ódio”. Assim, o jornalista-editorialista inscreve-se em uma formação discursiva que o mostra vítima de um jogo discursivo da “mídia nativa”.

Assim, ao construir seu discurso com adjetivações, os sentidos produzidos por *Carta Capital* marcam sua filiação à formação discursiva de centro-esquerda.

Portanto, com a tessitura desse capítulo, identificamos mecanismos empregados pelos jornalistas-editorialistas que, com uma vontade da verdade, constroem dizeres com efeito de verdade e esses sujeitos discursivos acabam mostrando uma realidade do ponto de vista de cada suporte (*Folha de S. Paulo e Carta Capital*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que, o discurso em cada suporte é uma polifonia, uma dispersão, uma resistência, uma relação de poder, uma construção de verdades, um saber... que intervém nas subjetividades de cada sujeito-leitor.

A cada análise realizada, podemos constatar que nos editoriais selecionados há os mesmos mecanismos discursivos para produzirem um efeito de verdade, tais como: a polifonia por meio da autoria, da ironia e da negação, o Porta-voz do discurso, a redução da credibilidade do outro e adjetivações. Por meio desses mecanismos, cada um constrói verdades sobre a candidata Dilma, sendo que *Carta Capital* sempre está do lado dessa candidata e por diversas vezes materializa esse posicionamento “ao reiterar apoio à candidatura de Dilma” (*Carta Capital* - 12/10/2010 - ANEXO E).

Embora, na metodologia desta pesquisa não tenha havido nenhuma fase quantitativa, pôde-se observar que a revista *Carta Capital* utiliza maior quantidade da ironia para tornar mais viável à constituição de seu julgamento ou seu ponto de vista discordante, que instaura um conflito no momento em que enuncia. Brait (1996, p. 51) afirma que a ironia, geralmente, “[...] descreve em termos valorizantes uma realidade que ela trata de desvalorizar”. Portanto com o discurso irônico, *Carta Capital* enuncia tentando desconsiderar, ou seja, desqualificar a “mídia nativa”. Sua peculiaridade está na característica de não apagar valores anteriores aos novos propostos, por isso é muito utilizada como estratégia argumentativa no editorial dessa revista. Podemos ver, como Michel Foucault (2005), nesse intenso movimento da revista, uma *microfísica do poder*, promovendo uma contínua luta pelo estabelecimento de suas verdades nesse momento político. Nos seus editoriais, *Carta Capital*, por conta do uso intenso de adjetivos e expressões que, em geral, negativa a posição da “mídia nativa”, desconstrói os discursos produzidos pela *Folha de S. Paulo*. Portanto, com os seus discursos e exercendo a função de autor, cada suporte, em nosso estudo, sintetiza e põe em circulação as *vontades de verdade* de parcelas da sociedade, no momento da decisão e escolha do presidenciável do nosso país.

Nessa perspectiva, podemos perceber que se estabelece uma resistência por parte da revista *Carta Capital* e também por parte do jornal *Folha de S. Paulo* no exercício do poder. E nesse embate, cada uma resiste. E nessa resistência, a revista filia-se a um discurso de “oposição” à “mídia nativa” e os seus discursos, baseados em técnicas de “confessionário”, sempre que pode diz: “palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra”, “disse ele que o PT depois da vitória”, “regala-se a colunista, a ponto de anunciar”, entre outros.

Esses dizeres operam como um jogo no qual *Carta Capital* pensa estar de fora, numa posição de poder, tentando produzir, ou melhor, mudar os produtos do sistema. Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* mostra-se desfavorável à candidata de Lula, procurando mostrar ao sujeito-leitor os supostos escândalos cometidos no governo petista. Encontramos, assim, um discurso produtor de verdades que afirmam que Dilma Rousseff surgiu como um nome imposto.

A cada análise realizada, percebemos que os jornalistas-editorialistas criam verdades sobre a candidata Dilma para obter certos resultados políticos, tais como: as coisas boas do governo petista começaram no governo tucano; O PT é corrupto, o continuísmo do governo Lula é uma imposição e o continuísmo é um reconhecimento do governo anterior. A partir dessas posições da *Carta Capital* e da *Folha de S. Paulo*, é até natural que os seus posicionamentos, de um lado ou de outro, tenham assumido em muitos casos um caráter de resistência. O fato é que cada um indica “verdades” diferentes, por mais que os fatos noticiados tenham acontecido ou não e por mais que as declarações reproduzidas tenham sido efetivamente ditas.

Percebemos também que, ao se inscrever no gênero editorial para falar, cada jornalista-editorialista defende a posição assumida, mas não dizendo o que quer, e sim “o que a realidade impõe que ele pense e fale (FIORIN, 2007, p. 43)”. Dessa forma, esses suportes analisados, por terem uma linha editorial diferenciada, trazem uma contextualização, dos “acontecimentos políticos”, ou seja, recortam os fatos e os apresentam como “devem” ser vistos, tentando “informar” ao sujeito-leitor as verdades sobre Dilma.

São faces diferenciadas sobre a eleição de 2010, mas os jornalistas-editorialistas precisam seguir a prática do seu trabalho. É assim que esses mantêm controle, domínio sobre certos dizeres. E, como jornalismo opinativo, há a tomada de posição e a interpretação que cada um tem dos fatos, a partir de seu lugar discursivo, ficando muitas vezes marcada na superfície textual.

Ressaltamos também uma particularidade na forma de enunciar pelo gênero editorial por parte da *Carta Capital*. Essa acaba por “quebrar” o ritual desse gênero, pois Mino Carta sempre apresenta a assinatura de seu nome e também se utiliza da variação da pessoa gramatical (eu-nós, ele/ela) nos editoriais produzidos. Quando Mino assina o editorial, sinaliza um certo modo de ser do discurso, podendo dizer “isso foi escrito por Mino Carta” e esse discurso não é um dizer rotineiro, mas se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma maneira específica, recebe um certo status.

Os ataques da *Folha de S. Paulo* a Lula e ao governo são diretos. Enquanto isso, *Carta Capital* tenta fazer a defesa, por meio das comparações com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Mas, também, essa revista recorre ao passado, como um “operador de memória” (COURTINE, 2006b) e sempre que “pode” rememora o passado da ditadura ao

retornar enunciados como: “Nos porões do regime dos gendarmes da chamada elite, Dilma Rousseff foi encarcerada e brutalmente torturada”(Anexo F). Assim, essa revista inscreve-se na história do presente para marcar a democracia do governo petista.

A *Folha de S. Paulo* tenta, por meio de uma suposta objetividade, falar “a todos”, já *Carta Capital*, por meio de temas como “mexicanizar o Brasil” e nomes não muito conhecidos como “fim de Vlado Herzog”, fala a poucos, porque o leitor deve ter um saber histórico dos fatos retomados.

Mas essa revista e esse jornal se posicionam, tentam convencer e mostrar ao seu sujeito-leitor quem está errado, inscrevendo-se em determinadas formações discursivas. *Carta Capital* filia-se ao posicionamento discursivo que defende a continuação do governo Lula e, por extensão, defende a eleição de Dilma. Em contrapartida, *Folha de S. Paulo* inscreve-se no posicionamento contra esse processo e ecoa uma voz de denúncia. Mesmo que cada uma produza efeitos de sentidos divergentes, cada suporte, em análise, constrói a amálgama entre Lula e Dilma, tentando fornecer a ideia de pacto, companheirismo, fidelidade.

Com um texto sagaz, amargo muitas vezes, *Carta Capital* deixa sua ideologia saltar às vistas do sujeito-leitor, pois escancara seu apoio à candidata do Partido dos Trabalhadores. Procura, ao mesmo tempo, ser o advogado de defesa daquele em quem acredita por estar sendo massacrado injustamente, o governo Lula. Mas essa sua defesa é feita de modo direto, sem temer qualquer repressão, afinal o jornalista-editorialista deixa suas marcas no seu texto, inscrevendo-se em uma formação discursiva democrática ao dizer que “esta mídia é visceralmente antidemocrática, embora nem por isso deva ser coibida” (ANEXO D).

Enquanto a *Folha de S. Paulo*, de forma recorrente e incessante, ao empregar os mesmos mecanismos discursivos da revista *Carta Capital*, constrói uma formação discursiva de agressividade contra o presidente Lula e consequentemente contra toda a postura do Partido dos Trabalhadores, a revista *Carta Capital*, na defensiva a Lula, constrói um simulacro da inocência do presidente Lula, silenciando dizeres de referências a algumas denúncias contra o presidente. E nessa relação de poder-saber, esses dois suportes discursivos são os lugares propícios e portadores privilegiados para estabelecerem um processo de construção, de procedimentos para que um determinado enunciado seja ou não verdade.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, F. **A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo**. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Traduzido por J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001.
- ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frederico (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Traduzido do russo por Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Traduzido por Michel Lahud e Yara Frateschi. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARONAS, R. L. Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre autoria. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice, NAVARRO, Pedro Barbosa. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p.45-62.
- _____. O tema corrupção em programas de governo das eleições presidenciais 2006. In: MILANEZ, Nilton, GASPAR, Nádea Regina (orgs). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 127-143.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 1996.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARTA, Mino. **Calúnias, má memória e escola ruim**. Carta Capital. São Paulo,. 2010a. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/calunias-ma-memoria-e-escola-ruim/>>. Acesso em: 20 de set. de 2011.

_____. **Até o papa apoiou o Serra**. Carta Capital. São Paulo, 2010b Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/ate-o-papa-apoia-serra/>>. Acesso em: 06 maio de 2011.

_____. **Espanto e pavor. Em marte**. Carta Capital. São Paulo,. 2010c Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/espanto-e-pavor-em-marte/>>. Acesso em: 06 de maio de 2011.

_____. **Dilma, mostre que é de briga**. Carta Capital. São Paulo,. 2010d Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-mostre-que-e-de-briga/>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, Jean Jacques. **A arte da mentira política**. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006a.

_____. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006b.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Patrícia C. R. Reuillard et al. São Carlos: Edufscar, 2009.

DELEUZE, Giles. **Foucault**. Tradução de José Carlos Rodrigues. Lisboa: Veja, 2000a.

_____. GUATARRI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. vol. 2. São Paulo: 34, 2000b.

_____. **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 2006.

FERNANDES, C. A. Linguística e história: formação e funcionamento discursivo. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral (org.). **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.

_____. **A análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. São Paulo: Claraluz, 2007.

FERREIRA, M. C. L. **O quadro atual da análise de discurso no Brasil** – Um breve preâmbulo. Revista Letras; Espaço de Circulação de Linguagem. Universidade Federal de Santa Maria, n. 27, p. 39-46, 2003.

FARIA, Maria Alice de O. **O jornal na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. 4 ed. São Paulo: Folha da Manhã 1994.

_____. **Agrandefamília**. 2010. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/17/2/>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. **Nova oportunidade**. 2010. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/10/05/2/>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. **Dilmapresidente**. 2010. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/11/01/2/>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. **Todo poder tem limite**. 2010. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/09/26/2/>>. Acesso em: 04 de set. de 2011.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, L. Humbert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do Poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Estratégia, poder-saber.** Manoel B. da Motta (org.). Tradução Vera L. A. Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Ditos e Escritos IV).

_____. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 264-284 (Ditos e Escritos, vol. 3).

_____. **A arqueologia do saber.** Traduzido por Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

_____. **A ordem do discurso.** Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010.

GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

GOMES, M. R. **Jornalismo e ciências da linguagem.** São Paulo: Hacker Edusp, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos, 2003a. p. 95-110.

_____. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (org.). **Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas.** Uberlândia: EDUFU, 2003b.

_____. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 45-62.

_____. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: Diálogos e Duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção – conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 155-168.

HUTCHEON, Linda. **Teoria e política da ironia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

MARTINS, A. C. S. Linguagem, subjetividade e história: a contribuição de Michel Pêcheux para a constituição da análise do discurso. **Unimontes Científica**, v. 6, n. 1, jan./jun., 2004. Disponível em: <http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/anexos/artigos/revista_v6_n1/15_artigos_linguagem.htm>. Acesso em: 4 dez. 2010.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.p.VII-XXIII.

_____. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso** – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 2003.

MELO, José. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: _____; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v. 2, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.101-143.

MUECKE, Douglas Colin. **Ironia e irônico**. Tradução: Geraldo Gerson de Sousa. São Paulo: Perspectiva, 1995.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Clara Luz, 2004. p. 97-130.

NAVARRO, Pedro Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, N. R. A. (orgs) **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. p.79-93.

NIETZSCHE, Frederich. **Obras Incompletas**. Seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PANIAGO, M. L. F. S. **Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar**. Araraquara: UNESP, 2005. Tese de doutorado em Linguística pela Faculdade de Ciências e Letras; Universidade Paulista, Araraquara, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GERALDI, João Wanderley. (org.). **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, p. 7-20, n. 19, jul./dez., 1990a.

PÊCHEUX, M. A Análise Automática do Discurso. Trad. de E. Orlandi. In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990b. p. 61-161.

PIOVEZANI, Carlos Félix filho. Política midiaticizada e mídia politizada; fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, 2003. p.49-64.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSA, Rosane. A natureza e os limites dos discursos jornalísticos. In: **Intercom – congresso brasileiro de ciências da comunicação, XXV**. Salvador, 1-5, set., 2002.

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

_____. A teatralidade na geração de empregos: Mídia na campanha eleitoral. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (org.). **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos/São Paulo: Claraluz, 2003. p.125-134.

SOUSA, A. de. 2002. **A retórica da verdade jornalística**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-verdade-jornalistica.pdf>>. Acesso em: 04/05/2011.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

VEIGA-NETO, A. **A Didática e as Experiências de Sala de Aula**: uma visão pós-estruturalista. Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, v. 21, n. 2 (jul/dez), p. 161-175, 1996.

ANEXOS

ANEXO A

São Paulo, sexta-feira, 17 de setembro de 2010.

A GRANDE FAMÍLIA

Demissão de Erenice Guerra alimenta suspeitas sobre a montagem de um balcão de negócios no ex-ministério da candidata Dilma Rousseff

A ministra Erenice Guerra, braço direito e substituta da petista Dilma Rousseff na Casa Civil, não resistiu a mais uma reportagem com relatos acerca de atividades de tráfico de influência e cobrança de comissões supostamente praticadas por membros de sua família. *A Folha de S. Paulo* trouxe, na edição de ontem, a explosiva história de uma empresa que afirmou ter sido orientada a procurar a Capital Consultoria, de um filho da então secretária-executiva do ministério, para liberar um empréstimo bilionário do BNDES.

Segundo os autores da denúncia, em conversas gravadas pela reportagem, houve troca de e-mails com um assessor da Casa Civil e realizou-se uma reunião entre representantes da empresa que pleiteava o empréstimo e Erenice.

A firma do filho da ministra demissionária teria cobrado pelo serviço seis pagamentos mensais de R\$ 40 mil, além de uma “taxa de êxito” – um eufemismo para propina – de 5% sobre o valor do financiamento. Segundo as declarações, o pacote também incluiria uma doação de R\$ 5 milhões, supostamente para a campanha de Dilma Rousseff.

Em síntese, de acordo com os depoimentos colhidos pelo jornal, um balcão de negócios, montado no coração do Poder Executivo, tentou vender facilidades para uma empresa interessada em recursos bilionários do banco de fomento do governo federal – que utiliza dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador na concessão de crédito a juros subsidiados.

Para completar o descabro, segundo um dos entrevistados, o ministério servia de guichê partidário com a finalidade de arrecadar fundos para a candidatura oficial. Em que pesem as negativas, o pedido de demissão da ministra reforçou conjecturas acerca de sua participação nas tratativas.

O caso, que se reúne aos malfeitos reportados pela revista “Veja” nesta semana, também lança dúvidas sobre o comportamento de Dilma Rousseff e da própria Presidência da República. Todas as reportagens dão conta de que havia uma quadrilha atuando sob o

nariz do chefe do Executivo, em seu mais próximo e estratégico gabinete - a mesma Casa Civil em que se montou, no primeiro mandato, o esquema do mensalão.

O episódio não deixa dúvida quanto à crescente promiscuidade, no atual governo, entre interesses públicos e privados. Oito anos de incrustação petista na máquina pública foram suficientes para promover, além do conhecido loteamento fisiológico, a partidarização sem precedentes do Estado brasileiro.

O pequeno clã dos Guerra talvez possa ser visto como uma espécie de ilustração em miniatura de um conglomerado maior, a grande família dos sócios do lulismo, formada por uma legião de militantes, aproveitadores e bajuladores que parece ver no exercício das funções públicas uma chance imperdível para enriquecer e perpetuar privilégios. Infelizmente, essa espantosa instrumentalização das estruturas governamentais, em tudo compatível com o perfil estatizante, corporativo e arrivista do PT, tem encontrado na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o seu principal fiador. Inebriado com seus elevados índices de popularidade, o mandatário é o primeiro a estimular a impunidade e a minimizar os “erros” de seus companheiros.

Da compra do apoio de partidos e parlamentares à violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, passando pela devassa no Imposto de Renda de milhares de cidadãos, entre os quais adversários políticos do PT, tudo é atribuído a conspirações da imprensa ou de “inimigos do povo”; nada é investigado a fundo.

Apurar, ao que tudo indica, não é mesmo um verbo que se conjugue no Palácio do Planalto. Ali, prefere-se iludir, tergiversar, apaniguar. Por isso mesmo é de esperar que ainda existam instituições públicas com suficiente independência e iniciativa para proceder a uma averiguação rigorosa desses episódios.

Nesta hora em que as pesquisas de intenção de voto apontam para uma vitória acachapante da candidata oficial, mais do que nunca é preciso estabelecer limites e encontrar um paradeiro à ação de um grupo político que se mostra disposto a afrontar garantias democráticas e princípios republicanos de forma recorrente.

O Brasil não pode ser confundido com uma espécie de “hacienda” da grande família petista.

Se não há evidências sobre a participação de Dilma Rousseff em desvios como os agora apontados, é inevitável questionar a escolha de Erenice Guerra para exercer as funções de secretária-executiva e, posteriormente, chefe da Casa Civil da Presidência. Ninguém mais do que Dilma sabia com quem estava tratando. Faltou-lhe argúcia para perceber o que se passava? Desconfiou, mas não tomou providências? Tudo não passa de um grande engano? É preciso que se responda.

Há tempos o país vem assistindo à modelagem da figura pública da postulante petista pelo presidente da República e seus propagandistas. Já é hora de o marketing dar lugar ao debate e ao questionamento. Os brasileiros precisam de informações que permitam aferir com mais acuidade as virtudes e defeitos daquela a quem Lula, em mais uma de suas sintomáticas e infelizes metáforas, empenha-se em entronizar como a “mãe” do país.

ANEXO B

São Paulo, terça-feira, 05 de outubro de 2010.

NOVA OPORTUNIDADE

Eleitor frustra expectativa de triunfo aclamatório do PT, contempla Marina Silva e dá chance a um debate político mais franco e esclarecedor.

Na noite de domingo, as aparições públicas dos três principais postulantes à Presidência da República deixaram patente o sentimento que predominava em suas respectivas campanhas pouco depois da apuração dos votos. Embora conseguisse substancial vantagem sobre seu maior oponente, a petista Dilma Rousseff e seus aliados ofereceram às câmeras a imagem irretocável da frustração. A expectativa da vitória no primeiro turno, que pareceu certa e até acachapante há algumas semanas, não se confirmou.

Já se sabia da reorientação de parte do eleitorado, depois dos escândalos revelados pela imprensa, mas o declínio da petista chegou a ultrapassar a margem de erro no *DataFolha*, o instituto de pesquisa que mais se aproximou do resultado do pleito presidencial.

Foi eloquente, a propósito, o quieto abatimento do presidente Lula, após sua exaltada e onipresente participação como cabo eleitoral da candidata. Por sua vez, Marina Silva, a grande contemplada pela migração de votos, apresentou-se com o sorriso da vitória a transbordar do rosto. De todos os que nas últimas eleições tentaram assumir o papel de terceira via, foi Marina, sem dúvida, a mais bem sucedida. A líder ambientalista atraiu os votos de ex-eleitores petistas, insatisfeitos com a corrosão ética do atual governo; conquistou a simpatia de jovens, artistas e intelectuais interessados na agenda verde; e contou com a adesão de mulheres e religiosos conservadores, apreensivos com a ambiguidade dos adversários diante de temas como a legalização do aborto.

Foi ela o fenômeno eleitoral do primeiro turno. Neófito em disputas para o Executivo, liderou uma coligação inexpressiva, relativamente modesta em recursos, com ínfima presença no horário eleitoral gratuito. Ao merecer 19,3% dos votos, ganhou importância no desenlace do segundo turno e tornou-se mais do que uma simples promessa para 2014.

Com efeito, é para a próxima eleição que a ex-ministra e seu grupo político estão olhando – e essa perspectiva poderá afastá-los de compromisso mais estreito com qualquer um dos lados.

O tucano José Serra, por fim, mostrou-se exultante por ver renascer a oportunidade de travar uma disputa mais aberta e equilibrada com sua rival – chance que há pouco parecia se esvaír numa campanha vista com reservas pelos próprios correligionários.

As vitórias que o eleitor concedeu ao PSDB em Estados estratégicos como São Paulo e Minas Gerais – e ao Democratas em Santa Catarina, onde Lula pregou sua extinção – servem de novo alento aos opositores. Dilma Rousseff continua, sem dúvida, como favorita. Mas não terá a mesma facilidade de se esconder à sombra de Lula e furtar-se ao confronto de ideias com seu concorrente direto.

Ao cancelar o segundo turno, o eleitorado demonstrou não ter suficiente convicção para conceder à pouco conhecida candidata lulista um triunfo aclamatório. Conclamou os dois candidatos a limpar a maquiagem do marketing e propor à jovem democracia brasileira uma discussão mais séria e madura.

ANEXO C

São Paulo, segunda-feira, 01 de novembro de 2010.

DILMA PRESIDENTE

Vitória da candidata petista impõe, acima das paixões plebiscitárias e dos sectarismos, o desafio de governar para todos.

Dilma Rousseff será a primeira mulher a exercer o cargo de presidente do Brasil. Da Islândia à Argentina, passando pela Alemanha e pelas Filipinas, a presença de mulheres na chefia de um governo já não ressalta pelo ineditismo, ainda que seu número, segundo as Nações Unidas, não alcance a marca de duas dezenas, num total de 192 países pesquisados.

No Brasil, onde a participação feminina se limita a 10% do conjunto dos deputados federais eleitos em 3 de outubro, contra uma média mundial de 19%, ganha especial significado a eleição da postulante do PT – antecedida, lembre-se, da expressiva votação conquistada por Marina Silva (PV) no primeiro turno.

Ao mesmo tempo, constitui provavelmente sinal de avanço político o fato de que esse aspecto não tenha sido foco de exploração na campanha eleitoral. Preconceitos de sexo, tanto quanto as operações de marketing em torno do rótulo de “mãe dos brasileiros”, pouco mobilizaram as opiniões.

O que esteve em jogo na sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva não constitui segredo. Foi o seu próprio governo, cujas altas margens de aprovação garantiram, não sem sobressaltos, a vitória da candidata que designou.

Na condição de ministra da Casa Civil, sucedendo a José Dirceu, Dilma Rousseff participou dos sucessos administrativos de Lula – sem que este transferisse integralmente sua vasta porcentagem de simpatizantes aos resultados eleitorais da sucessora.

A circunstância de que eleitores de José Serra também aprovem o desempenho do presidente é um fator que diminui, aliás, o aspecto plebiscitário desta campanha.

Ao contrário do que pretenderam, com fortes doses de sectarismo, alguns setores mais exacerbados do PT, não proveio de uma minoria de privilegiados a significativa votação que o candidato tucano e governadores de oposição alcançaram neste pleito.

Menos do que um jogo de tudo ou nada, no qual estariam em risco os ganhos sociais obtidos nos últimos anos ou os bons resultados na economia, a disputa transcorreu, curiosamente, como se houvesse duas personagens em busca de uma polêmica.

Dentro de uma relativa convergência de objetivos mais amplos para o futuro do país, as divisões exaltadas de campanha podem – e devem – retroceder, a partir de agora, para segundo plano.

Não resta dúvida que nisto reside um dos principais reptos para a futura presidente. Dilma Rousseff surgiu como um nome imposto por Lula ao mundo político, e não deu até agora mostras de possuir experiência política e luz própria para liderar uma das maiores democracias do mundo.

A presidente eleita, cercada de aliados fisiológicos e de partidários enquistados na máquina pública, contará com inédita maioria na Câmara e no Senado – suficiente para patrocinar mudanças constitucionais, que dependem de 3/5 dos votos. Tal concentração de poder requer moderação e equilíbrio, para que seja exercida em benefício da nação e não a favor de projetos de poder minoritários, interessados em minar os pilares da democracia representativa e hipertrofiar a presença do Estado na economia e na vida dos indivíduos.

A eleita terá tempo para refletir acerca da formação de seu governo e do desafio nada trivial de levar o país a uma nova etapa de desenvolvimento. Resta desejar que tenha boa sorte e competência para isso.

ANEXO D

Mino Carta - 20 de setembro de 2010.

ESPANTO E PAVOR. EM MARTE

Dilma e o PT vão mexicanizar o Brasil? Carta Capital prevê, pelo contrário, um avanço democrático.

Estão na ribalta um candidato a Mussolini, ou a Hitler, ou a ambos, e uma assassina de criancinhas. Ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Um alienígena que baixasse à Terra ficaria entre o espanto e o pavor. Quanto a nós, brasileiros, não é o caso de maiores preocupações.

No caso de Lula, cujo estilo mussoliniano o príncipe dos sociólogos aponta, vale admitir que outra citação possível seria a de Luís XIV, personificava o poder todo. “O Estado sou eu”, dizia o monarca por direito divino. Pois segundo FHC, o presidente afirma, nas entrelinhas da sua atuação, “eu sou tudo e quero o poder total”. E isto “não pode”, proclama o ex, com aquela riqueza vocabular que o caracteriza.

Rodrigo Maia percebe outra semelhança, com Hitler, o qual pretendia “extirpar” a raça judia assim como Lula pretende “extirpar” a gente do DEM. Quanto a Dilma Rousseff, a própria mulher do candidato tucano à Presidência, Mônica, enxerga nela, favorável ao aborto, uma matadora de criancinhas. O que talvez soe estranho a ouvidos qualificados para um debate sério sobre a questão, mas casa à perfeição com vetustas ideias pelas quais mastigar bebês era praxe entre comunistas.

A mídia nativa desfralda estas patéticas definições da lavra dos cabos eleitorais de seu candidato enquanto tenta transformar o Caso Erenice em escândalo de imensas proporções. O enredo suscitado pela quebra de certos sigilos passa para o segundo plano, mas ninguém se surpreenda se for ressuscitada a versão da “guerrilheira terrorista Dilma”, capaz de violências inauditas de arma na mão. A revista Veja está aí para estas coisas, enquanto a Folha de S. Paulo reedita na tevê um velho anúncio disposto a evocar Hitler para concluir, à moda *fernandista*, que algumas verdades constroem uma mentira.

Permito-me anotar que a reportagem de Veja sobre as traquinagens do filho de Erenice Guerra conta uma história, lamentável, de nepotismo e clientelismo, problema

gravíssimo da política brasileira em todos os tempos. Aspecto comum, e condenabilíssimo, dos comportamentos de um poder sempre inclinado a instalar cabides de emprego e traficar influências. Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff.

Sempre falta algo para fechar o círculo. A despeito, até, de José Dirceu, com sua mania de protagonismo. É dele uma observação cometida por ocasião de uma palestra para petroleiros baianos. Disse ele que o PT depois da vitória de Dilma no primeiro turno vai ficar muito mais forte, hegemônico mesmo. Nada tão estimulante, digamos, para Dora Kramer, em nova apresentação do seu penteado.

Regala-se a colunista, a ponto de anunciar que Lula “quer eliminar da política a possibilidade da oposição”. Ela atende a demandas e convicções da minoria branca, à espera da mexicanização do Brasil, via transformação do PT em PRI, sem contar as soturnas intenções de manietar de vez a nossa indomável imprensa. *Carta Capital*, como de hábito supõe outros desfechos de um pleito disputado pela atual oposição de forma nunca dantes praticada, em termos de hipocrisias, falsidades e baixezas.

Somos otimistas. Acreditamos que a gestão Lula e Dilma precipitará finalmente o surgimento de uma oposição não golpista, ao contrário da atual, golpistas até a medula, a mesma que, com iguais propósitos, foi situação. Das cinzas do desastre tucano nascerá, esta a aposta, um avanço democrático decisivo. Lula, com seus dois mandatos, é o elemento fatal do enredo, acima e além de alguns méritos do seu governo. O Brasil precisa superar, agora, e superará, uma quadra que ainda o viu tolhido pela presença do partido do golpe, entendido como garantia do privilégio e sustentado pela mídia, seu braço direito e porta-voz.

Carta Capital percebe os sinais, nem tão tímidos, da mudança em andamento. Concordamos com José Dirceu quando defende a liberdade de imprensa. Mas a questão é outra: esta mídia é visceralmente antidemocrática, embora nem por isso deva ser coibida. Está a ser punida, aliás, e de outra maneira: prova-se, já há algum tempo, que não alcança o público na sua maioria. Tal é a nossa convicção, a mudança se dará naturalmente. E por este trilho, a mídia nativa vai perder o emprego.

ANEXO E

Mino Carta - 12 de outubro de 2010.

DILMA, MOSTRE QUE É DE BRIGA

O Brasil merece a continuidade do governo Lula em lugar da ferocidade dos eleitores tucanos.

As reações de milhares de navegantes da internet envolvidos na celebração dos resultados do primeiro turno como se significassem a derrota de Dilma Rousseff exibem toda a ferocidade – dos súditos de José Serra. Sem contar que a pressa de suas conclusões rima sinistramente com ilusões.

Escrevi ferocidade, e não me arrependo. Trata-se de um festival imponente de preconceitos e recalques, de raiva e ódio, de calúnias e mentiras, indigno de um país civilizado e democrático. É o destampatório de vetustos lugares-comuns cultivados por quem se atribui uma primazia de marca sulista em relação a regiões – entendidas como fundões do Brasil. É o coro da arrogância, da prepotência, da ignorância, da vulgaridade.

É razoável supor que essa manifestação de intolerância goze da orquestração tucana, excitada pelo apoio maciço da mídia e pelos motes da campanha serrista. Entre eles, não custa acentuar, a fatídica intervenção da mulher do candidato do PSDB, Mônica, pronta a enxergar na opositora uma assassina de criancinhas. A onda violeta (cor do luto dos ritos católicos) contra a descriminalização do aborto contou com essa notável contribuição.

Ocorre recordar as pregações dos púlpitos italianos e espanhóis: verifica-se que a Igreja Católica não hesita em interferir na vida política de Estados laicos. Não são assassinos de criancinhas, no entanto, os parlamentares portugueses que aprovaram a descriminalização do aborto, em um país de larguíssima maioria católica. É uma lição para todos nós. Dilma Rousseff deixou claro ser contra o aborto “pessoalmente”. Não bastou. Os ricos têm todas as chances de praticar o crime sem correr risco algum. E os pobres? Que se moam notável contribuição.

A propaganda petista houve por bem retirar o assunto de sua pauta. É o que manda o figurino clássico, recuar em tempo hábil. Fernando Henrique Cardoso declarava-se ateu em 1986. Mudou de ideia depois de perder a Prefeitura de São Paulo para Jânio

Quadros e imagino que a esta altura não se abstenha aos domingos de uma única, escassa missa. Se não for o caso de comungar.

A política exige certos, teatrais fingimentos. Não creio, porém, que os marqueteiros nativos sejam os melhores mestres em matéria. Esta moda do marqueteiro herdamos dos Estados Unidos, onde os professores são de outro nível, às vezes entre eles surgem psiquiatras de fama mundial e atores consagrados. Em relação ao pleito presidencial, as pesquisas falharam e os marqueteiros do PT também.

Leio nesses dias que Dilma foi explicitamente convidada por autoridades do seu partido a descer do salto alto. Se subiu, de quem a responsabilidade? De todo modo, se salto alto corresponde a uma campanha bem mais séria e correta do que a tucana, reconhecemos nela o mérito da candidata.

Acaba de chegar o momento do confronto direto, dos debates olhos nos olhos. Ao reiterar nosso apoio à candidatura de Dilma Rousseff, acreditamos, isto sim, que ela deva partir firmemente para a briga, o que, aliás, não discreparia do temperamento que lhe atribuem. Não para aderir ao tom leviano e brutalmente difamatório dos adversários, mas para desnudar, sem meias palavras, as diferenças entre o governo Lula e o de FHC. Profundas e concretas, dizem respeito a visões de vida e de mundo, e aos genuínos interesses do País, e a eles somente. Em busca da distribuição da riqueza e da inclusão de porções cada vez maiores da nação, para aproveitar eficazmente o nosso crescimento de emergente vitorioso.

Carta Capital está com Dilma Rousseff porque é a chance da continuidade e do aprofundamento das políticas benéficas promovidas pelo presidente Lula. E também porque o adágio virulento das reações tucanas soletra o desastre que o Brasil viveria ao cair em mãos tão ferozes.

P.S. *Bem a propósito: a demissão de Maria Rita Kehl por ter defendido na sua coluna do Estado de S. Paulo a ascensão social das classes mais pobres prova que quem constantemente declara ameaçada a liberdade de imprensa não a pratica no seu rincão.*

ANEXO F

Mino Carta - 31 de outubro de 2010.

ATÉ O PAPA APOIOU SERRA

Dilma Rousseff, a eleita, teve de enfrentar a campanha mais feroz contra um candidato à Presidência na história do Brasil.

Temos uma mulher na Presidência da República, primeira na história do Brasil. E que uma mulher chegue a tanto já é notícia extraordinária.

Levo em conta a preocupação do *DataFolha* a respeito da presença feminina no tablado eleitoral: refiro-me à pergunta específica contida na sua pesquisa, sempre aguardada com ansiedade pelo Jornal Nacional e até pelo *Estadão*. A julgar pelo resultado do pleito, Dilma Rousseff representa entre nós a vitória contra o velho preconceito pelo qual mulher só tem serventia por certos dotes que a natureza generosamente lhe conferiu.

Para *Carta Capital* a eleição de Dilma Rousseff representa coisas mais.

A maioria dos eleitores moveu-se pelas razões que nos levaram a apoiar a candidata de Lula desde o começo oficial da campanha. Em primeiro lugar, a continuidade venceu porque a nação consagra os oito anos de bom governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Inevitável foi o confronto com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, cujo trunfo inicial, a estabilidade, ele próprio, príncipe dos sociólogos, conseguiu pôr em risco.

Depois de Getúlio Vargas, embora manchada a memória pelo seu tempo de ditador, Lula foi o único presidente que agiu guiado por um projeto de país.

Na opinião de *Carta Capital*, ele poderia ter sido às vezes mais ousado em política social, mesmo assim mereceu índices de popularidade nunca dantes navegados e seu governo passou a ser fator determinante do êxito da candidata.

A comparação com FHC envolve também a personalidade de cada qual. Por exemplo: o professor de sociologia é muito menos comunicativo do que o ex-metalúrgico, sem falar em carisma. Não se trata apenas de um dom natural, e sim da postura física e da qualidade da fala, capaz de transmitir eficazmente ideias e emoções. Lembraremos inúmeros discursos de Lula, de FHC nenhum.

Outra diversidade chama em causa a mídia nativa. Fascinada, sempre esteve ao lado de FHC, inclusive para lhe esconder as mazelas.

Vigorosa intérprete do ódio de classe em exclusivo proveito do privilégio, atravessou oito anos a alvejar o presidente mais amado da história pátria. Quando, ao dar as boas-vindas aos 900 convidados da festa da premiação das empresas e dos empresários mais admirados no Brasil, ousei dizer que o mensalão, como pagamento mensal a parlamentares, não foi provado para desconforto da mídia, certo setor da plateia esboçou um começo de vaia. Calou-se quando o colega Paulo Henrique Amorim ergueu-se ao grito de “Viva Mino!” Os fiéis da tucanagem não primam pela bravura.

Pois Dilma Rousseff teve de enfrentar esta mídia atucanada, a reeditar o udenismo de antanho em sintonia fina com seus heróis. Deram até para evocar o passado da jovem Dilma, “guerrilheira” e “terrorista”. Como de hábito, apelaram para a má-fé para explorar a ignorância de um povo que, infelizmente, ainda não conhece a sua história, e que não a conhece por obra e graça sinistra de uma minoria a sonhar com um país de 20 milhões de habitantes e uma democracia sem demos.

Nos porões do regime dos gendarmes da chamada elite, Dilma Rousseff foi encarcerada e brutalmente torturada. Poderia ter sofrido o mesmo fim de Vlado Herzog, que os jornalistas não se esquecem de recordar todo ano.

Mas a hipocrisia da mídia não tem limites, com a contribuição da ferocidade que imperou na internet ao sabor da campanha de ódio nunca tão capilar e agressiva. E na moldura cabe à perfeição a questão do aborto, praticado à vontade pelas privilegiadas e, ao que se diz, pela própria esposa de José Serra, e negado às desvalidas.

Até o papa alemão a presidente recém-eleita teve de enfrentar. Ao se encontrar já nos momentos finais da campanha com um grupo de bispos nordestinos, Ratzinger convidou-os a orientar os cidadãos contra quem não respeita a vida, clara referência à questão que, lamentavelmente, invadiu as primeiras páginas, as capas, os noticiários da tevê. Parece até que Bento XVI não sabe que o Vaticano fica na Itália, onde o aborto foi descriminalizado há 40 anos.